



• U

C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



João Augusto Rodrigues Gomes Figueiredo

# Dinâmicas da Política Externa Russa: as relações com a União Europeia nos mandatos de Putin e Medvedev

Dissertação de Mestrado na área científica em Relações Internacionais,  
sob a orientação da Professora Doutora Licínia Simão, apresentada à  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2012

• U



C •

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

João Augusto Rodrigues Gomes Figueiredo

# Dinâmicas da Política Externa Russa: as relações com a União Europeia nos mandatos de Putin e Medvedev

Dissertação de Mestrado na área científica em Relações  
Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Licínia  
Simão, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de  
Coimbra.

Imagem da capa disponível em

[http://3.bp.blogspot.com/\\_8GMXh5qkDuk/TAAYYiKS3oI/AAAAAAAAADWw/IEBBEelmlek/s400/UE.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_8GMXh5qkDuk/TAAYYiKS3oI/AAAAAAAAADWw/IEBBEelmlek/s400/UE.jpg)

Setembro de 2012



• U •

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## **Resumo**

A Federação Russa tem sido um intrigante quebra-cabeças para muitos académicos e, também, para os seus parceiros no sistema internacional. A definição das suas prioridades estratégicas e da sua política externa reflecte equilíbrios de poder e influência difíceis de entender, o que torna a análise da política externa russa um desafio. O carácter presidencialista da definição e condução da política externa russa propicia dinâmicas paralelas, que acabam por influenciar o processo de tomada de decisão. Assim sendo, estilos de liderança, relações pessoais e grupos de influência assumem igualmente um papel central na definição e condução da política externa do Kremlin.

Esta dissertação centra-se no estudo das relações UE-Rússia, mais concretamente, nas dimensões energética, na medida em que serão analisadas as guerras do gás e a maneira como a Rússia utiliza as suas reservas energéticas como alavanca política face à UE, e geoestratégica, nomeadamente no que concerne aos alargamentos da UE e o desenvolvimento das suas políticas de vizinhança para os países da ex-União Soviética. Momentos de cooperação e momentos de tensão vão alternando neste jogo de interesses que são as relações UE-Rússia, que, em 2000, ganharam um novo e importantíssimo actor, com a chegada de Vladimir Putin ao Kremlin, e cujos mandatos (2000-2004 e 2004-2008) são aqui analisados. Por seu lado, quando Medvedev ascendeu à presidência da Federação Russa, em 2008, as relações UE-Rússia estavam bastante maculadas, após um segundo mandato de Putin onde as tensões existiram em número alargado. A grande dúvida consistia em saber

se Medvedev viria efectivamente trazer uma mudança positiva nas relações entre estes dois actores e se seria capaz de se afirmar face ao seu predecessor.

Como forma de discernir os processos através dos quais são formuladas as posições dos decisores dotados de autoridade e daqueles que os influenciam no processo de liderança, ao longo da dissertação, são analisados conceitos como *world views*, imagem externa e relações externas. Estes conceitos são importantes na medida em que permitem estudar como é construído o papel das lideranças, uma vez que esta dissertação argumenta que as relações com a UE são fortemente influenciadas pelos estilos de liderança, relações pessoais e grupos de influência, devido ao papel central do Presidente na definição das prioridades estratégicas da política externa russa e ao facto de ele ser o principal agente na definição da imagem externa da Rússia.

Palavras-Chave: Federação Russa; Política Externa; Tomada de Decisão; Estilos de Liderança; Grupos de Influência.

## **Abstract**

The Russian Federation has been an intriguing puzzle for many scholars and also for their partners in the international system. The definition of its strategic priorities and its foreign policy reflect a certain balance of power and influence, which is difficult to understand, thus making the analysis of Russian foreign policy a challenge. The presidential character of the definition and conduct of its foreign policy sustains parallel dynamics, which influence the decision-making process. Thus, leadership styles, personal relationships and influence groups also assume a central role in the formulation and conduct of foreign policy in the Kremlin.

This dissertation focuses on the study on EU-Russia relations, more specifically, the dimensions of energy, such as the gas wars and Russian use of its energy reserves as a tool for political leverage against the EU show; and geostrategic, particularly related to EU enlargements to and proximity policies towards former-Soviet Union countries. Moments of cooperation and tension alternate in this game of interests in EU-Russia relations, which in 2000 gained a new and important player, with the arrival of Vladimir Putin to the Kremlin, and whose terms in office (2000-2004 and 2004-2008) are analyzed here. Therefore, when Medvedev ascended to the presidency of the Russian Federation in 2008, EU-Russia relations were quite tainted after Putin's second term, during which tensions existed almost on a daily basis. The greatest question was whether Medvedev would actually bring a positive change in relations between these two actors, and whether he would be able to assert himself against his predecessor.

As a way to analyze the processes through which the positions of decision makers and those who influence the leadership process are formulated, the

dissertation uses concepts such as world views, external image and external relations. These concepts are important because they allow the analysis on how the leadership roles are built, considering this dissertation argues that the EU-Russia relations are heavily influenced by leadership styles, personal relationships and influence groups, due to the central role of the President in the definition and conduct of Russian foreign policy and to the fact that he is the main character in the definition of the external image of Russia.

Key Words: Russian Federation; Foreign Policy; Decision Making; Leadership Styles; Influence Groups.

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de várias pessoas das quais não posso nem me devo esquecer neste momento.

Agradeço ao meu Pai, que, infelizmente, faleceu poucas semanas antes de conseguir concretizar o sonho de me ver a entregar esta dissertação, por todo o investimento que fez na minha educação desde criança, sendo que nunca me faltou com nada que fosse preciso para a minha formação pessoal. Agradeço-lhe também por todos os valores e educação que me incutiu, e que me permitiram transformar-me numa pessoa melhor e mais adulta.

Agradeço à minha Mãe por todos os mimos, os incentivos, as ajudas, as reprimendas, mas, acima de tudo, pelo facto de me ter conseguido dar sempre força para ultrapassar os obstáculos da vida. Sem ela, sei que nunca teria chegado onde já cheguei.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Licínia Simão, por todo o apoio, paciência e ensinamentos demonstrados ao longo deste ano de trabalho, que tão úteis foram para ultrapassar os imensos obstáculos com que me deparei.

Agradeço a todos os meus amigos, que nas horas boas e más nunca me abandonaram, que sempre me incentivaram nos momentos em que me encontrei mais desanimado e que sempre compreenderam as minhas ausências nos encontros combinados devido ao trabalho que tive em mãos.

Agradeço a todo o corpo docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que me acompanhou desde o 1º ano, mas seria injusto não atribuir uma palavra de apreço especial para com a Professora Doutora Raquel Freire, que me fez desenvolver este gosto pelo tema da Rússia, e que tanto me ajudou a pesquisar sobre este tema.



## Índice

Introdução .....	1
Abordagens de análise e conceptuais .....	2
Estado da arte .....	5
Política Externa Russa e as relações com a UE .....	8
Estrutura da dissertação.....	10
Capítulo 1. Enquadramento Teórico: o Processo de Tomada de Decisão em Política Externa.....	13
1.1. Os processos de tomada de decisão em política externa.....	16
1.2. Os estilos de liderança e o papel das ideias.....	19
1.3. O papel dos líderes e os pequenos grupos.....	28
Capítulo 2. Vladimir Putin: de inesperado a incontestado.....	35
2.1. De S. Petersburgo a Moscovo .....	36
2.1.1. Os Grupos de Apoio .....	39
2.2. O pragmatismo de Putin na sua chegada ao Kremlin .....	42
2.2.1. As questões energéticas e o pragmatismo russo na sua gestão .....	47
2.2.2. A assertividade de Putin nos seus discursos.....	49
2.3. As relações UE-Rússia no primeiro mandato (2000-2004): em busca de um parceiro.....	52
2.3.1. O 11 de Setembro e a postura da Rússia: oportunidade de reafirmação ..	55
2.3.2. A institucionalização da cooperação EU-Rússia.....	57
2.4. As relações UE-Rússia no segundo mandato (2004-2008): agudização das relações.....	60
2.4.1. As relações UE-Rússia e o caso da Ucrânia.....	63
Capítulo 3. Dmitry Medvedev: a projecção de uma imagem positiva.....	67
3.1. O Surgimento de Medvedev.....	68

3.1.1. Medvedev à presidência .....	72
3.2. Medvedev e a política externa russa .....	79
3.2.1. Poder formal vs Poder real .....	82
3.2.2. Expectativas vs Realidade .....	84
3.2.3. O papel dos <i>lobbies</i> .....	88
3.3. Relações UE-Rússia no mandato de Medvedev.....	91
3.3.1. Cimeiras UE-Rússia .....	91
3.3.2. A guerra na Geórgia e a mediação da UE .....	95
3.3.3. A Guerra do Gás de 2009 .....	105
Conclusão.....	110
Anexos .....	115
Anexo 1 .....	116
Anexo 2 .....	117
Anexo 3 .....	118
Anexo 4 .....	119
Anexo 5 .....	120
Anexo 6 .....	121
Anexo 7 .....	122
Anexo 8 .....	123
Anexo 9 .....	124
Anexo 10 .....	125
Anexo 11 .....	126
Anexo 12 .....	127
Referências Bibliográficas .....	128

## **Introdução**

Esta dissertação tem como objectivo analisar de que forma as teorias de análise de política externa, centradas nos decisores políticos, afectam a definição e condução da política externa russa. Ou seja, este trabalho olha para diferentes factores, nomeadamente os processos de tomada de decisão em política externa, diferentes estilos de liderança e as relações entre os líderes e os grupos de influência que os acompanham dentro e fora das burocracias, e pergunta de que forma se relacionam e afectam o papel dos Presidentes Vladimir Putin e Dmitry Medvedev na definição e condução da política externa da Federação Russa face à União Europeia (UE). Dentro destas linhas teóricas, serão igualmente abordados conceitos e indicadores, explicitados ao longo desta introdução, que contribuirão para a referida análise.

A Federação Russa tem sido um intrigante quebra-cabeças para muitos académicos e, também, para os seus parceiros no sistema internacional. A definição das suas prioridades estratégicas e da sua política externa reflecte equilíbrios de poder e influência difíceis de entender, o que torna a análise da política externa russa um desafio. Um dos aspectos centrais na definição da política externa da Federação Russa, de acordo com a sua Constituição e com a prática desde o fim da União Soviética, é o papel central do Presidente da Federação na definição e persecução da política externa (Federação Russa, 1993). Partindo deste quadro legal e político, centrar a análise da política externa russa na figura dos seus líderes máximos é um passo fundamental.

As relações pessoais, perspectivas e estilos de liderança influenciam o curso da política externa (Freire e da Vinha, 2011: 14), pelo que se devem incluir estes

elementos na análise das relações da Rússia com a UE e na definição de uma parceria estratégica entre os dois vizinhos. O carácter e a visão dos Presidentes russos no poder, bem como a liderança política são afectados por diversos factores que, por norma, influenciam a maneira de cada pessoa desenvolver as suas ideias. Estilos de liderança, derivados de preconceitos, conceitos cognitivos construídos ao longo da vida e análises comportamentais, ou mesmo os grupos de influência e as suas agendas, representam indicadores que influenciam as decisões de política, nomeadamente de política externa. No que a esta dissertação diz respeito, nomeadamente ao estudo de caso aqui utilizado, parece ser possível inferir que estes factores afectam a política externa russa face à UE, conforme será explicado na secção seguinte.

### **Abordagens de análise e conceptuais**

A questão central à qual este trabalho procura responder é a de saber em que medida o exercício da liderança por parte dos presidentes Putin e Medvedev é afectado por dinâmicas paralelas ao processo de definição de política externa, tais como os seus estilos de liderança, os interesses particulares dos grupos de influência, e o próprio processo de tomada de decisão. A tese olha para as relações da Federação Russa com a UE como forma de ilustrar essas interações. Devido à extensão considerável do tema, foi restringido o campo de análise, no que se refere a estas relações. Assim sendo, este estudo irá focar-se principalmente na dimensão energética e geoestratégica, principalmente olhando para o uso da interdependência

energética como alavanca política e a competição por influência no espaço da ex-URSS, especialmente no que toca aos alargamentos e políticas de vizinhança da UE.

A problemática central desta dissertação reporta-se à forma como, através da análise do papel dos líderes Vladimir Putin e Dmitry Medvedev e da sua interacção com outros factores de política externa, são definidas e conduzidas as directrizes de política externa da Federação Russa face à UE. A resposta a esta problemática será fornecida tendo em conta um modelo de análise teórico que incluirá conceitos como as “visões do mundo” (*world visions*) dos líderes (Goldstein e Keohane, 1993: 8), a formulação e projecção de uma “imagem externa” e a “determinação das relações externas”. O primeiro destes conceitos refere-se à análise dos estilos de liderança e prioridades estratégicas, enquanto indicadores da forma como os líderes políticos definem e conduzem uma determinada acção política. Esta abordagem permite olhar para o papel das ideias, valores e crenças, bem como da maneira de agir dos líderes russos nas suas relações com a UE, nos tópicos da energia e das questões geoestratégicas. No entanto, não é possível descurar, nesta situação, a importância que diversos grupos de influência (nomeadamente *lobbies* económicos e militares) desempenham em algumas tomadas de decisão em política externa. A política externa é condicionada por este factor, pelo que o papel destes grupos será estudado ao longo desta dissertação, permitindo identificar as dinâmicas que limitam ou potenciam as visões dos líderes na sua interacção com os grupos de influência.

Quanto à “imagem externa”, fala-se da imagem que é projectada para o exterior e que é percebida pelos parceiros da Federação Russa. Essa percepção pode determinar a forma como os parceiros agem em determinado contexto político, uma vez que, conforme se analisará no capítulo teórico, as acções dos agentes são

sempre condicionadas pela maneira como interpretam determinada informação/acontecimento (Goldstein e Keohane, 1993: 8-10). Os indicadores associados a este conceito podem-se dividir em diversas acções tomadas pela Rússia no panorama internacional, e que afetaram a imagem que a UE tem da política externa russa. Estas acções incluem o nível político (a influência nas eleições presidenciais na Ucrânia, em 2004, por exemplo), o nível geoestratégico, nomeadamente do contexto regional (conflito russo-georgiano), ou até mesmo o nível da condução da política interna da Federação (o que Segrillo [2011: 137] chamou de “diarquia” entre Putin e Medvedev, isto é, a sucessão e distribuição de poderes entre ambos os Presidentes). O indicador económico também está presente, particularmente na questão energética, nos casos das chamadas “guerras do gás”<sup>1</sup>.

Finalmente, o último conceito, “determinação das relações externas”, prende-se com a capacidade de impor ou fazer aceitar as prioridades estratégicas da Rússia nos documentos oficiais que regem as relações com a UE e de salvaguardar os seus interesses estratégicos (nomeadamente, os definidos nos documentos estratégicos da Rússia) na prática das relações com este importante vizinho. As várias cimeiras UE-Rússia parecem ser um indicador adequado para analisar este conceito.

Da confluência destes conceitos, surge a formulação das hipóteses de análise ao problema. Por exemplo, se o Presidente define as prioridades da política externa de forma clara e projecta uma imagem coerente e coesa do país, influenciado por um estilo de liderança mais assertivo e por grupos de influência que partilham da sua visão, então a Rússia mostra uma capacidade forte de determinar a direcção das

---

<sup>1</sup> Estas dinâmicas serão desenvolvidas mais à frente, aqui basta referir que as guerras do gás se referem à renegociação dos preços do gás que transitava da Rússia para a Ucrânia, que, dada a recusa deste Estado em pagar os valores exigidos, levou ao corte do fornecimento de gás natural por parte da Federação Russa.

relações com a UE. Ou se, pelo contrário, devido ao facto de as suas prioridades de política externa serem definidas e conduzidas de forma colegial, aceitando posições semelhantes de certos grupos de influência e ignorando posições assertivas, a Rússia determina a direcção das relações com a UE de maneira mais conciliadora.

Estas duas hipóteses servirão de base à análise da definição e condução da política externa russa pelo seu principal actor e, em último caso, contribuirão para responder à pergunta de partida: em que medida os estilos de liderança dos presidentes Putin e Medvedev são afectados por outras dinâmicas de política externa e como é que isso é expresso nas relações com a UE? Sendo que esta dissertação argumenta que as relações com a UE são fortemente influenciadas pelos diversos factores já aqui referidos, devido ao papel central do Presidente na definição das prioridades estratégicas da política externa russa e ao facto de ele ser o principal agente na definição da imagem externa da Rússia.

## **Estado da arte**

Para levar a cabo esta dissertação, foi necessário proceder ao estudo de uma bibliografia considerável. Maria Raquel Freire e Luís da Vinha, no capítulo “Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas” em *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança* (2011), e Valerie Hudson, com *Foreign Policy Decision-Making: A Touchstone for International Relations Theory in the Twenty-First Century* (2002), constituíram os autores de referência no enquadramento teórico desta dissertação. Estes autores levaram a cabo análises ao nível da política externa que permitem um acesso mais detalhado a diversos modelos teóricos de formulação e

decisão em política externa, bem como ter em conta as diversas variáveis que condicionam a formulação e decisão em política externa. Também igualmente importantes no estudo da política externa foram a obra *The New Foreign Policy: Power Seeking in a Globalized Era*, de Laura Neack (2008), onde esta autora apresenta um quadro de análise de política externa, baseado no contexto político do século XXI, nomeadamente, caracterizado pela globalização e pela violência global, com o objectivo de estabelecer poder. No caso particular do estudo do papel dos líderes, salienta-se a obra de Margaret Hermann *et al.*, “Who Leads Matters: The Effects of Powerful Individuals” (2001). Judith Goldstein e Robert Keohane, em *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change* (1993) oferecem uma explicação detalhada sobre o papel das ideias, crenças e interesses na definição da personalidade dos líderes, influenciando assim os seus estilos de liderança e, conseqüentemente, a sua maneira de definir e conduzir a política externa. Finalmente, Vertzberger, na sua obra *The World in Their Minds: Information Processing, Cognition, and Perception in Foreign Policy Decisionmaking* (1990) leva a cabo uma análise aprofundada e precisa sobre o papel do processamento da informação e da percepção dos acontecimentos por parte dos líderes e a influência que estes aspectos têm sobre a definição e condução da política externa de um Estado, bem como do papel dos decisores dotados de autoridade. Sobre este último, subdivide-o no papel dos líderes (centrando-se em questões de natureza humana, crenças, atitudes e personalidade) e na importância dos pequenos grupos (nomeadamente as suas dinâmicas, as diversas facções, as burocracias, etc.).

Sobre a política externa russa foram consultadas diversas obras e autores. Bobo Lo (2002 e 2003), Dale Herspring (2005), Robert Kagan (2008), Marcel de

Haas (2010) e Dmitri Trenin (2006, 2009 e 2012) são apenas alguns que se focam nesta temática e que conduzem estudos sobre a evolução e a condução desta mesma política durante os mandatos presidenciais de Vladimir Putin e Dmitri Medvedev.

Sobre a análise destes dois Presidentes, cito como particularmente importante a obra *The Return: Russia's Journey from Gorbachev to Medvedev*, de Daniel Treisman (2011). Este livro desenvolve uma análise extremamente complexa e detalhada sobre as vidas de Putin e Medvedev, desde o berço até ao Kremlin, tornando-o uma absoluta necessidade para compreender a forma de agir em questões de política externa por parte destes dois actores e os seus estilos de liderança. Michael Stuermer (2009), por sua vez, fornece-nos uma obra onde a vida de Putin é cuidadosamente analisada, e através da qual temos uma imagem bastante vívida daquele que foi o 2º Presidente da Federação Russa; uma outra obra na qual estas características são bem visíveis tem por autor Richard Sakwa (2008). Ol'ga Kryshchanovskaya e Stephen White (2005) dão-nos a conhecer a maneira como Putin, enquanto Presidente, conduzia a política, bem como as pessoas do seu círculo íntimo e que, com ele, partilhavam o poder na Rússia. Já Irina Kobrinskaya, em 2002, levou a cabo um estudo sobre as grandes mudanças na definição das directrizes de política externa russa desde Ieltsin aos primeiros anos de Putin na presidência.

Quanto a Medvedev, os seus discursos, bem como as obras de Andrew Wilson (2008), Jonavicius (2008), Reinhard Krumm (2010), Svanidze e Svanidze (2008) e Marc Oprach (2008) são algumas das bases em que esta dissertação irá assentar para levar a cabo a análise do mandato presidencial daquele que foi o 3º Presidente da Federação Russa, especialmente, no que à definição e condução da política externa diz respeito.

## **Política Externa Russa e as relações com a UE**

Desde o final da Guerra Fria que tanto a UE como a Federação Russa reconheceram a importância de um relacionamento bilateral; contudo, reconheceram igualmente a existência de diversas dificuldades no aprofundamento das suas relações (Haukkala, 2010: 73-75). Se, geograficamente, estes dois actores estão juntos, uma vez que metade da Europa é território russo e metade da Rússia está em território europeu, a verdade é que, em termos políticos, nem um actor nem o outro estão sempre de acordo, ou ansiosos por encontrar acordo (Baranovsky, 2001: 429). Na verdade, após o colapso da União Soviética, em 1991, Boris Ieltsin achou premente promover uma aproximação da Federação Russa com a então Comunidade Económica Europeia, procurando desenvolver relações de grande proximidade com estados com quem anteriormente as relações eram caracterizadas por uma certa tensão. Esta aproximação fez-se com a expectativa clara de que a Rússia seria plenamente integrada na comunidade internacional e naquilo que ficou conhecido como “a casa comum europeia”, celebrenemente anunciada por Gorbachev (1989). No entanto, para isso, havia uma série de valores que eram exigidos à Rússia, de modo a poder tomar parte no “clube ocidental”: democracia, direitos humanos, economia de mercado, estado de direito, entre outros, rapidamente arrefeceram o desejo russo de europeização<sup>2</sup> e colocaram um ponto de interrogação nas relações UE-Rússia (Baranovsky, 2001: 433).

---

<sup>2</sup> “A europeização é um conceito que consiste nos processos de construção, difusão e institucionalização de normas formais e informais, procedimentos, paradigmas políticos, estilos e crenças partilhadas que são primeiramente definidas e consolidadas no processo político da UE e, depois, incorporadas numa lógica doméstica, nomeadamente, ao nível dos discursos, estruturas políticas e políticas públicas” (Radaelli, 2004: 3).

A base legal das relações entre a Rússia e a UE é o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), assinado em 1994, e que entrou em vigor a 1 de Dezembro de 1997 (Stuermer, 2009: 224). Este foca-se em questões como a promoção da democracia, o Estado de Direito, o pluralismo e os direitos humanos (Isakova, 2005: 57). No entanto, é importante referir que, aquando da assinatura e entrada em vigor do APC, a Rússia apresentava-se bastante limitada no seu poder no sistema internacional, em percurso claramente descendente. Esta foi a principal razão pela qual os seus principais interesses e desejos foram relegados para segundo plano, o que viria a afectar negativamente a postura da Federação Russa, na sua tentativa de se reafirmar enquanto grande potência regional e internacional (Stuermer, 2009: 224).

A verdade é que não é possível esquecermo-nos que estamos perante dois actores completamente distintos, onde, por um lado, existe uma União Europeia com uma estrutura complexa e dinâmicas de decisão multinível e, por outro, uma Rússia que vai formulando políticas e compromissos precários para com alguns valores que, de acordo com o APC, seriam tidos como partilhados (Freire, 2008: 54-55). Momentos de cooperação e momentos de tensão vão alternando neste jogo de interesses que são as relações UE-Rússia, que, em 2000, ganharam um novo e importantíssimo actor, com a chegada de Vladimir Putin ao Kremlin.

Por seu lado, quando Medvedev ascendeu à presidência da Federação Russa, em 2008, as relações UE-Rússia estavam bastante maculadas, após um segundo mandato de Putin onde as tensões existiram em número alargado. A grande dúvida consistia em saber se Medvedev viria efectivamente trazer uma mudança positiva nas relações entre estes dois actores, e se seria capaz de se afirmar para lá da sombra do

seu predecessor. O balanço final sugere que, apesar da clara influência de Putin na condução das relações externas do país, durante o mandato de Medvedev, este mostrou-se capaz de assegurar uma postura pragmática e algo assertiva, sempre que estavam em jogo os principais interesses da Rússia, mas também demonstrou uma abertura e uma cordialidade que seria difícil com Putin.

Estas complexas dinâmicas serão analisadas pormenorizadamente nos dois capítulos empíricos desta dissertação, cuja estrutura será exposta de seguida.

### **Estrutura da dissertação**

O primeiro capítulo pretende fornecer aos leitores o enquadramento teórico desta dissertação. No referido capítulo, procurar-se-á definir política externa e, após ter este conceito esclarecido, levar a cabo um estudo das diferentes características dos diversos estilos de liderança e, finalmente, da razão desta análise ser feita à luz do papel dos líderes e da influência dos pequenos grupos.

O segundo capítulo centrar-se-á em Putin, e terá como objectivo descrever o percurso deste, desde os seus tempos de jovem em S. Petersburgo até à sua chegada ao Kremlin, como Presidente da Federação Russa, sendo que esta análise tem o propósito de demonstrar como alguns aspectos deste percurso de Putin poderão ter condicionado as suas ideias e abordagens aos desafios políticos que foi encontrando. Assim sendo, seguir-se-á uma incidência grande no próprio Putin, nomeadamente, sobre o seu estilo de liderança assertivo e pragmático, sendo que alguns exemplos de acontecimentos nas relações UE-Rússia ao longo dos dois mandatos (que terão também, cada um, a sua própria análise seccionada) serão usados como ilustração de

que a sua liderança contribuiu decisivamente para que estes acontecimentos se tenham desenrolado da forma como se desenrolaram.

O capítulo desta dissertação dedicado à presidência de Dmitry Medvedev (2008-2012) divide-se em três secções: o surgimento de Medvedev, o seu papel na definição e condução da política externa russa e as relações com a UE e com o espaço ex-soviético. Neste capítulo, será abordada a maneira como Medvedev cresceu enquanto homem e enquanto político, incidindo sobre a sua educação, o seu ideário ocidental, a maneira como entrou na política e como evoluiu entre S. Petersburgo e Moscovo, passando pela Administração Presidencial, pela Gazprom e pelo cargo de Primeiro-Ministro Adjunto, antes de chegar a Presidente da Federação Russa. Inserido neste último cargo, será importante analisar a sua personalidade e o conjunto de ideias que o definem, variando entre liberalismo económico, direitos humanos, o progresso e a modernização da Rússia e a democracia. No que à política externa diz respeito, será estudada a sua maneira de exercer o poder, as expectativas face à sua chegada ao Kremlin, estando as suas relações com Putin como Primeiro-Ministro e com os grupos de influência igualmente sempre presentes. As Cimeiras UE-Rússia irão também desempenhar um papel de relevo na análise da evolução do discurso político entre a Federação Russa e a UE, como base para analisar a importância dos estilos de liderança nas relações entre estes dois parceiros do sistema internacional. Finalmente, a guerra dos 5 Dias, na Geórgia, bem como a guerra do gás de 2009, que representam os dois principais desafios à política externa russa no seu mandato, servirão para estudar em que medida todos os pressupostos previamente analisados no capítulo foram postos em prática em estudos de caso concretos.

Por fim, o capítulo final apresenta as conclusões da dissertação, sistematizando os principais aspetos desenvolvidos: que as relações com a UE são fortemente influenciadas por dinâmicas paralelas, como estilos de liderança, processos de tomada de decisão e a influência dos pequenos grupos junto das lideranças, devido ao papel central do Presidente na definição das prioridades estratégicas da política externa russa e ao facto de ele ser o principal agente na definição da imagem externa da Rússia.

## **Capítulo 1. Enquadramento Teórico: o Processo de Tomada de Decisão em Política Externa**

A análise de política externa tem tentado responder às questões sobre quem manda em política externa, focando-se em situações de distribuição de poder, personalidade dos líderes, os seus estilos de liderança, e a sua relação com outros actores predominantes em política externa, sem descurar, contudo, as questões burocráticas na estrutura institucional das relações externas (Hill, 2003: 53). Esta dissertação apresenta três linhas de análise ao nível teórico que permitem uma abordagem ampla e compreensiva das dinâmicas de política externa em curso na Federação Russa, nomeadamente dinâmicas relativas ao papel dos líderes e às relações UE-Rússia.

Em primeiro lugar, serão analisados os processos de tomada de decisão em política externa, tendo em conta a estrutura constitucional (que centra a política externa nas mãos do Presidente), o nível informal (nomeadamente no âmbito dos grupos de influência), e a definição de prioridades estratégicas. A maneira como Medvedev se sentiu de certa forma constrangido no início do seu mandato, devido à dicotomia entre o seu poder formal (o qual lhe era atribuído pela Constituição) e o poder que realmente detinha (devido à forte influência de Putin), ou as reuniões informais que Putin regularmente tinha com os seus assessores, são ambos bons exemplos da relevância destas dinâmicas na política externa russa. Em segundo lugar, é igualmente importante ter em atenção as diferentes características dos diversos estilos de liderança – centrando-se este estudo na definição de estilos assertivos ou conciliadores – que, no contexto hierárquico da Rússia, se tornam particularmente relevantes. Além disso, o conceito de imagem externa desempenha

igualmente um papel importante na definição destes estilos de liderança, sendo importante o estudo deste tema, na medida em que a percepção de determinado comportamento de política externa russa por parte dos parceiros da Federação Russa pode condicionar a maneira como esta é desenvolvida e levada a cabo. As decisões russas de interferir nas eleições ucranianas, em 2004, ou a guerra na Geórgia, de 2008, são exemplo de como a imagem externa russa, especialmente junto dos parceiros europeus, está profundamente ligada e influencia a actuação dos presidentes. Finalmente, é importante não descurar a importância das relações entre os líderes e os grupos de influência que os acompanham, dentro e fora das burocracias, onde serão analisadas questões de *group think* e das visões do mundo (*world views*) dos líderes e dos grupos que os rodeiam, dado que é impossível falar de Putin ou Medvedev sem referir os grupos de pessoas da sua confiança que os rodeiam e aconselham nas diversas tomadas de decisão, seja em política interna ou externa.

No entanto, antes de passar para estas análises, esta dissertação irá trabalhar o conceito de política externa, de forma a conseguir encontrar uma definição consensual e, ao mesmo tempo, abrangente de todas as temáticas que se querem ver desenvolvidas neste estudo. Existem diversas definições possíveis de política externa. De acordo com Freire e da Vinha (2011: 17-18), não se pode dizer que haja uma definição absoluta e consensual de política externa, havendo, sim, princípios comuns que a caracterizam: o papel dos governos estatais, enquanto actores privilegiados e a dimensão internacional da acção política são dois destes denominadores comuns. Surgem então diversas definições de política externa, dos mais variados autores e abrangendo alguns parâmetros em comum. Richard Merritt

(1975: 1) classifica a política externa como o aglomerar de estratégias que utilizam as capacidades de um Estado-nação para atingir os objectivos propostos pelo seu líder. Charles Hermann, por seu turno, define política externa como um programa orientado para a resolução de objectivos elaborados por decisores dotados de autoridade, direccionado a entidades externas à jurisdição dos responsáveis pela formulação política (Hermann, 1990: 5). Já Deborah Gerner aprofunda mais o conceito de política externa e fala nele como uma interacção no sistema internacional, ao defini-lo como as intenções, as declarações e as acções de um actor – frequentemente, mas nem sempre, um Estado – direccionadas ao mundo exterior e a resposta de outros actores a estas intenções, declarações e acções (Gerner, 1995: 18). Freire e da Vinha (2011: 18), por sua vez, definem política externa como “o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções”.

No entanto, tais definições parecem ser algo limitadoras neste caso em estudo, dado que, conforme se verá, é importante não negligenciar a dimensão interna e intersubjectiva do processo de definição de política externa. Assim sendo, para o propósito desta dissertação, e analisando as diversas definições de política externa existentes, poder-se-á caracterizar política externa como um conjunto de objectivos, estratégias, instrumentos e acções, que, através de uma interacção constante no sistema internacional, são estudados e postos em prática por decisores dotados de autoridade, com ou sem a influência de outras entidades ou grupos, face a entidades externas à sua jurisdição política, bem como a resposta dessas entidades, sejam esses resultados intencionais ou não, face às acções tomadas. Este é pois, um

processo dinâmico que exige um ajuste constante, face às novas dinâmicas internas e externas com que os decisores políticos se confrontam.

### **1.1. Os processos de tomada de decisão em política externa**

Para entender estes processos de tomada de decisão, há que ter em atenção alguns elementos, nomeadamente os actores envolvidos na decisão política, os “decisores dotados de autoridade”, englobando questões de legitimidade, líderes individuais e a sua relação com grupos com acesso privilegiado (Freire e da Vinha, 2011: 20), mas também as dinâmicas do modelo de tomada de decisão, no que concerne as questões de interacção, *group think* ou fenómenos de escolha individual (Freire e da Vinha, 2011: 20).

Como se pôde observar através da análise das diversas definições, bem como pela que foi avançada por esta dissertação, os conceitos de “líder”, “actor” e “decisores dotados de autoridade” estão presentes como um elemento central na definição e condução da política externa. Assim sendo, faz sentido considerar o papel dos “decisores dotados de autoridade” como central para este estudo, sendo que, como o próprio nome indica, cabe-lhes definir o porquê e o como da política externa. Os actores envolvidos na decisão política desempenham um papel importante na definição de um modelo teórico, na medida em que se está a reconhecer legitimidade a uma entidade num qualquer processo de tomada de decisão; neste caso concreto, referem-se os pequenos grupos, constituídos por indivíduos junto da liderança, ou podendo ser apenas um líder individual (Neack: 2008: 67; Freire e da Vinha, 2011: 20).

Por sua vez, o segundo factor, constituído pelas dinâmicas do modelo de tomada de decisão, toma importância na medida em que condiciona a decisão final em política externa através das metodologias utilizadas na sua definição. À luz desta dissertação, fala-se da “interacção dinâmica entre [...] diversos membros [de um grupo]”, acções de “*group think*” ou uma “decisão resultante da escolha individual”, entre outras dinâmicas (Freire e da Vinha, 2011: 20). Estas dinâmicas serão analisadas mais pormenorizadamente na subsecção 1.3, mas, basicamente, referem-se à interacção constante entre decisores dotados de autoridade e outras entidades, sejam conselheiros, *lobbies* ou especialistas em determinada área de política, que, por sua vez, permitam uma mais eficaz definição e condução da política externa.

Como foi referido nos parágrafos anteriores, esta dissertação dá um enfoque maior ao papel dos líderes, embora enquadrando-o num contexto burocrático mais amplo, onde a importância dos pequenos grupos de indivíduos junto da liderança está presente. A razão de esta dissertação apenas tratar destes dois actores tem explicação à luz da Constituição da Federação Russa, que atribui um carácter presidencialista ao sistema político russo, sendo igualmente explicada através da análise de alguns processos de tomada de decisão *de facto*, nomeadamente, no que concerne aos grupos que rodeiam e influenciam o Presidente da Rússia. Ou seja, por um lado, existe um processo *de jure* que atribui ao Presidente da Rússia os maiores poderes na definição e condução da política externa. Por outro, existem os processos que conduzem a tomadas de decisão, mas que se desenrolam fora de um contexto Constitucional, acontecendo em reuniões *ad hoc* ou através de meros contactos entre os elementos mais importantes no Kremlin, reflectindo a fraca institucionalização dos processos políticos na Rússia pós-soviética.

De acordo com o Artigo 80º da Constituição da Federação Russa, o Presidente define as principais directrizes da política interna e externa e, além disso, como Chefe de Estado, representa a Federação Russa no interior do país e nas relações internacionais. De acordo com o artigo 86º e suas alíneas, o Presidente negocia e assina tratados internacionais em nome da Federação Russa, assina os documentos de ratificação e aceita as credenciais e cartas de convocação de volta dos representantes diplomáticos (Federação Russa, 1993). Como já foi referido, e como se pode ver através destas referências, estamos perante um regime presidencialista, onde (de acordo com o artigo 111) o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Chefe de Estado, com o consentimento da *Duma*, o Parlamento, depois de este ser eleito (ou, excepcionalmente, em casos em que o chefe do governo se demita, ou em que a *Duma* rejeite o candidato apresentado pelo Presidente) (Federação Russa, 1993). Um caso relativamente recente e directamente ligado ao tema desta dissertação consistiu na demissão de Boris Ieltsin, em 1999, o que levou a que Vladimir Putin assumisse o cargo de Presidente Interino, até às eleições que aconteceriam em Março de 2000 (Treisman, 2011: 90-92).

Através da análise da Constituição, é possível verificar a forma *de jure* de conduzir a política externa na Rússia. Contudo, para além desta forma, existe também a maneira *de facto*, que consiste na influência de pequenos grupos de interesse na definição e condução da política externa. A verdade é que existem várias condicionantes aos processos de tomada de decisão. Os denominados *lobbies*, ou grupos de pressão, constituem apenas uma dessas condicionantes, existindo como forma de pressionar os actores com poder de decisão na política, seja directamente, ou através do grande público (Rozeff, 2005). Sejam eles grupos de interesse,

comunidades epistémicas ou até mesmo a opinião pública, todos existem com o objectivo de assegurar os seus interesses em todas as tomadas de decisão políticas (Freire e da Vinha, 2011: 37-41).

No caso concreto desta dissertação, será dada particular atenção a dois grupos de influência existentes na Federação Russa: os *siloviki* e os liberais. Os *siloviki* caracterizam-se como sendo os elementos das fardas: pessoas ligadas ao exército, à polícia ou às forças de segurança; por outro lado, os liberais mantêm uma ligação aos valores ocidentais, nomeadamente, os da economia de mercado (Kryshtanovskaya e White, 2005: 1069). O funcionamento desses grupos será explorado na última secção deste capítulo, e aprofundado ao longo da dissertação.

## **1.2. Os estilos de liderança e o papel das ideias**

Os diversos estilos de liderança compõem o segundo factor para analisar a forma como é definida e conduzida a política externa da Federação Russa. Estes podem caracterizar-se como elementos sugestivos daquilo que é, ou não, importante para o líder, na análise de uma determinada situação (Hermann *et al.*, 2001: 98). A motivação de um líder define a maneira como este orienta a sua maneira de viver, moldando o seu carácter e levando-o a definir prioridades, que depois tenderá a pôr em prática (Barber, 1977: 8). É possível encontrar esta motivação em Putin e em Medvedev. Embora ambos ambicionassem colocar a Rússia, de novo, numa posição de referência no sistema internacional (Kagan, 2008: 32), Putin fez isso através de uma forma conflituosa, de afirmação da autonomia russa no contexto internacional, enquanto o segundo avançou com uma agenda de modernização, que exigia maior

cooperação com os parceiros internacionais (Krumm, 2010: 1). Basicamente, a maneira de ser de cada figura de liderança pode condicionar a forma como uma decisão é tomada, consoante a sua assertividade ou o seu espírito conciliador, em suma, as visões que determinado líder tem do mundo. Quais são, contudo, as características de liderança de Putin e Medvedev? Será que estes dois presidentes evidenciam algum estilo de liderança particular? E será que, na possibilidade de evidenciarem um certo estilo de liderança, este tem influência nas decisões que são tomadas no âmbito da política externa? Estas são algumas das questões a que este estudo procurará dar resposta.

Na definição de determinado estilo de liderança, o papel das ideias tem relevância na definição e condução da política externa. De acordo com Goldstein e Keohane (1993: 3), as ideias definem-se como crenças tidas por determinado indivíduo, que por sua vez contribuem para explicar resultados políticos, nomeadamente aqueles relacionados com política externa. Ainda citando estes autores, as ideias, juntamente com os interesses, têm um peso extremamente importante na explicação das acções humanas (Goldstein e Keohane, 1993: 4). Os líderes, sendo pessoas humanas dotadas de uma certa autoridade no que concerne a tomadas de decisão, têm ideias, pensam, raciocinam, isto é, as suas decisões são constantemente condicionadas pelas suas crenças e pressupostos. As ideias têm sempre importância na política, pois são elas que contribuem na clarificação de princípios e concepções de relações causais, bem como coordenam o comportamento individual de determinada pessoa (Goldstein e Keohane, 1993: 5).

No que toca à definição das crenças, podem-se encontrar três tipos, de acordo com a teoria de Goldstein e Keohane (1993: 8-10): as visões do mundo, as crenças

baseadas em princípios e as crenças causais. As visões do mundo são sempre condicionadas por um contexto maior, que pode ser desde uma cultura, a um determinado prisma ideológico. No entanto, estas visões estão intrinsecamente ligadas às identidades de cada um, às suas emoções e lealdades (Goldstein e Keohane, 1993: 8-9). Por outras palavras, pode dizer-se que estas visões têm uma influência bastante grande na maneira como determinado líder elabora as suas políticas e as põe em prática, deixando nelas assim o seu cunho pessoal. Por seu lado, as crenças baseadas em princípios estão intimamente inseridas na personalidade do líder, isto é, naquilo em que ele acredita ser o certo e o errado, o bom e o mau, o justo e o injusto, traduzindo a ligação entre as visões do mundo e determinada acção política, neste caso concreto, de política externa (Goldstein e Keohane, 1993: 9-10). No que toca às crenças causais, estas estão relacionadas com relações causa-efeito, cuja autoridade deriva de uma determinada elite (Goldstein e Keohane, 1993: 10). No caso russo, pode-se falar nos grupos de influência, sendo que existem grupos especializados em assuntos relacionados com a segurança, economia, entre outros.

Mas, em suma, e indo ao encontro da posição de Goldstein e Keohane (1993: 11), é possível afirmar que todos estes tipos de crenças se interligam entre si para definir uma acção final, como por exemplo uma tomada de decisão em política externa, pois não é de todo descabido falar em visões do mundo de que derivem certos comportamentos que, adaptados aos princípios do líder e aos conhecimentos oferecidos pelas elites, formulem determinada acção de política externa.

No entanto, é importante ter em conta que as ideias não são um fim em si mesmo. Muitas vezes estas funcionam apenas como um roteiro ou como parâmetros na busca de uma decisão final (Goldstein e Keohane, 1993: 13). Existem igualmente

situações onde estas crenças acabam por ser institucionalizadas, independentemente do poder de quem as tem (Goldstein e Keohane, 1993: 20). Mas mesmo estas situações, associadas a determinados interesses, sejam eles pessoais (do Presidente), de determinado grupo (grupos de influência), ou até de uma colectividade (como um Estado, neste caso, a Federação Russa), tomam um papel relevante em toda e qualquer decisão política, podendo influenciar a definição e condução da política externa. Por sua vez, estas ideias e estes interesses vêm afectar aquilo a que se pode chamar os estilos de liderança.

Herman *et al.*, (2001), na obra “Who Leads Matters: The Effects of Powerful Individuals” estabelecem um quadro de diversos estilos de liderança, sendo que estes são influenciados por diversos factores, como as motivações do líder, a resposta a obstáculos e a abertura face à informação por parte do Presidente. No que concerne à relação com o tema em si, isto é, a política externa russa e as suas relações com a UE, diversas premissas avançadas por estes autores são bastante úteis, na tarefa de definir se Putin possui um estilo de liderança assertivo e se Medvedev é dotado de um estilo de liderança mais conciliador. Esta definição parte das motivações, que já aqui foram referidas, na medida em que motivações diferentes geram estilos de liderança diferentes. Para classificar um determinado estilo de liderança como assertivo ou conciliador, de acordo com a análise de Herman *et al.* (2001) há que analisar duas acções que, normalmente, o líder desempenha num dado grupo, sendo elas a manutenção da instituição (manutenção de um grupo ou a construção de relações) e a prossecução de objectivos políticos (“*getting things done*” ou o desempenho de tarefas). Poder-se-á considerar que um Presidente que procure desempenhar a primeira acção será mais conciliador, enquanto o Presidente que opte

pela segunda será, por exclusão de partes, mais assertivo. Quanto ao caso concreto da Federação Russa, e das suas relações com a UE, podem-se relatar alguns casos, como a recusa da Rússia em assinar a Carta Energética, proposta pela UE, a não renovação do APC, a retirada unilateral da Rússia do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa são apenas alguns exemplos de medidas assertivas tomadas durante os mandatos de Vladimir Putin (Freire, 2011: 163). Por seu lado, Medvedev prosseguiu algumas das políticas do seu antecessor, nomeadamente no que concerne à política externa. Contudo, como se pode ver pelos cinco princípios da política externa russa, que este Presidente apresentou em Setembro de 2008, e que será analisado com mais profundidade no Capítulo 3 desta dissertação, existe um discurso com algumas linhas mais conciliadoras, a juntar às de continuidade: o primado do direito internacional; um mundo caracterizado por uma ordem multi-polar; uma política de não isolamento e de coexistência pacífica, nomeadamente através da manutenção de relações de amizade com a Europa e com os Estados Unidos (Reynolds, 2008). Conforme refere Freire, estes princípios resumem as linhas fundamentais da política externa russa, após o colapso da União Soviética (2011: 164), mostrando como, apesar de uma abordagem menos conflituosa, a visão do presidente Medvedev, assenta numa linha de continuidade.

Nos próximos capítulos desta dissertação, que tratarão sobre estes dois Presidentes, será explicada a grande importância que estes estilos desempenham na definição e condução da política externa russa, pois envolve questões de poder efectivo e de imagem externa. O poder efectivo está relacionado com a prática do poder, nomeadamente se este é real ou formal (os grupos de influência têm um papel relevante neste ponto); por outro lado, nas questões de percepção e imagem, fala-se

da maneira como determinado comportamento é interpretado, quer pela Federação Russa, quer pela UE. Conforme será elaborado nos próximos capítulos, verificou-se que as interpretações dos discursos e acções de Putin e de Medvedev variavam consoante o contexto político, o tipo de discurso (mais assertivo ou mais conciliador), etc., facilitando ou dificultando a obtenção de resultados nas relações entre a Rússia e a UE. Estas dinâmicas merecem um estudo mais contextualizado, pelo que serão abordadas em pormenor nos capítulos empíricos deste estudo. Por sua vez, a definição dos estilos de liderança dos Presidentes surgirá da junção das acções dos líderes face aos obstáculos, a maneira como respondem perante a informação e a motivação dos mesmos face ao contexto político em que estão inseridos (Hermann *et al.*, 2001: 94-95).

No que concerne ao processamento da informação, esta entende-se como o conjunto de actividades, levadas a cabo individualmente ou colectivamente, através das quais os decisores dotados de autoridade procuram uma compreensão precisa e sofisticada do meio social e político em que estão inseridos (Vertzberger, 1990: 8). O comportamento dos decisores, por sua vez, pode ser condicionado por diversas dimensões, sendo que, para este caso concreto, importa definir a dimensão organizacional-estrutural, que agrupa as condicionantes impostas pela organização e estrutura do sistema internacional, bem como a dimensão político-doméstica, que, por sua vez, se refere à estrutura de e ao equilíbrio entre as forças políticas e as instituições, bem como se refere ao processo através do qual se definem as políticas (externas e não só) e que, conseqüentemente, afectam as decisões tomadas (Vertzberger, 1990: 41-42). Estas decisões, derivadas do processamento da informação, marcam a predominância (ou não) do papel de um determinado líder. O

facto de os líderes terem que lidar com um conjunto alargado de factores no sistema internacional, que condicionam as suas tomadas de decisão, reflecte-se na definição e na condução das políticas externas dos Estados. Na sua definição, pois condiciona à partida qualquer roteiro que seja definido. Na sua condução, pois, devido a vários factores condicionantes, a política externa pode ter que ver alterada a maneira como está a ser levada a cabo.

Pode-se considerar que um líder possui um papel predominante quando mantém um interesse e envolvimento profundos em questões de defesa e de política externa; quando considera as questões de política externa como extremamente importantes na própria condução da política interna; quando toma parte activa em questões de protocolo e diplomacia de alto-nível, como visitas de Estado, presença em cimeiras, etc.; e sempre que as questões em agenda possuam particular interesse para a pessoa que está na presidência (Hermann *et al.*, 2001: 85). Putin e Medvedev parecem enquadrar-se nesta análise, dado que as questões de defesa e de política externa foram consideradas como de extrema importância por ambos os Presidentes, reflectindo a longa tradição russa de envolvimento com as dinâmicas internacionais. Para além disso, ambos consideraram a boa condução da política externa, mantendo estabilidade nas suas fronteiras, como uma condição *sine qua non* para a própria estabilidade da Rússia, nomeadamente na chamada vizinhança partilhada com a UE (Gaspar, 2000; Medvedev, 2008a). Além disso, não foram raras as vezes em que ambos os Presidentes representaram a Rússia em várias reuniões e cimeiras internacionais, e ainda mais frequentes as visitas em que os temas versaram sobre questões de defesa ou energia, como sugere o historial de cimeiras UE-Rússia.

É igualmente importante falar sobre as características da personalidade de determinado líder, pois estas influenciam os estilos cognitivos e os padrões motivacionais. Um certo autoritarismo, dogmatismo e auto-estima são algumas das características que definem determinado estilo de liderança e, também igualmente importante, o carisma de um líder (Vertzberger, 1990: 172-173). A noção de líder carismático está intimamente ligada com a auto-confiança de um Presidente, e não parece de todo descabido considerar que Putin e Medvedev são considerados líderes carismáticos, com uma ênfase maior sobre o primeiro. As características físicas também são relevantes para a imagem de um líder (Vertzberger, 1990: 181), quer pela sua forma física (pelo que poderá não ser descabida a maneira como Putin se deixava fotografar a praticar judo<sup>3</sup>, a nadar em lagos ou a andar a cavalo), quer pela sua própria aparência (aparência sempre muito bem cuidada de Medvedev).

Toda esta noção das ideias, da percepção, da análise da informação e, claro está, dos estilos de liderança, tem influência junto do público interno, mas também na criação e desenvolvimento da chamada “imagem externa”, que outros constroem face a determinado actor. As acções de política externa, levadas a cabo pelos Presidentes Putin e Medvedev, são interpretadas pelos seus parceiros europeus, determinando a forma como reagem e acomodam (ou não) as ideias e abordagens russas e vice-versa. O próprio estilo de liderança de um dado Presidente, pela sua posição de liderança, pode condicionar a maneira como percebe determinada acção levada a cabo por outro actor do sistema internacional, isto é, como percebe a imagem externa transmitida por outrém. Esta realidade será abordada continuamente ao longo desta dissertação, pelo que, ao juntar a esta teoria os estudos

---

<sup>3</sup> Ver Anexo 1

de caso, será possível levar a cabo uma análise mais profunda sobre estes aspectos. Contudo, pode ser já referido que parece óbvio que um estilo de liderança assertivo por parte do Presidente da Federação Russa levará obrigatoriamente a um comportamento diferente em matéria de definição e condução de política externa, contrariamente à maneira como a mesma temática seria conduzida se na liderança da Federação Russa estivesse uma personalidade conciliadora. Consequentemente, a imagem externa que é transmitida e que é percebida pelos líderes, pode vir a ser alterada por estas dinâmicas, pelo que a análise de todos estes aspectos teóricos não se pode prender a um único capítulo, sendo constantemente introduzidos ao longo da dissertação.

No que às relações com a UE diz respeito, tem-se verificado ao longo dos mandatos de Putin e de Medvedev um conjunto de comportamentos que se podem classificar em qualquer um dos referidos estilos de liderança. Se, por um lado, a Rússia aceitou a mediação da UE na Guerra com a Geórgia, em 2008 (Hughes, 2008), também cortou o fornecimento de gás à Ucrânia em 2009 – tal como já havia feito em 2006 –, apesar de conscientemente saber que também estava a afectar a UE (Euronews, 2009). Tal como as cimeiras entre a UE e a Rússia são frequentes, também parece ser frequente uma certa falta de vontade genuína nessas cimeiras, afirmando Álvaro Vargas Llosa (2011) que as cimeiras semestrais mais não são do que uma amostra de como os dois agentes sentados à mesa das negociações se detestam, mas, no entanto, ambos “dançam um delicado minueto à volta do assunto em discussão [porque] [...] precisam um do outro”.

### 1.3. O papel dos líderes e os pequenos grupos

Qual é, então, o papel dos líderes e dos grupos que os rodeiam nas tomadas de decisão em política externa? Por que razão foi escolhida esta abordagem teórica para esta temática? De acordo com Raquel Freire e Luís da Vinha

[os] diferentes modelos teóricos [...] auxiliam os investigadores a melhor compreender os eventos políticos internacionais, nomeadamente identificando os factores determinantes mais relevantes das ocorrências, bem como as circunstâncias em que determinados factores conduziram a um determinado desfecho em vez de outro (Freire e da Vinha, 2011: 19-20).

Os pequenos grupos, por norma, “partilham uma série de valores, atitudes e crenças elementares; a maioria dos membros partilha de uma ligação efectiva; e dividem os papéis formais e informais entre si” (Freire e da Vinha, 2011: 28). Contudo, não é infrequente que os elementos destes grupos abdicuem dos seus próprios interesses e agendas pessoais (Freire e da Vinha, 2011: 29), como se poderá ver nos capítulos empíricos desta dissertação. Estes pequenos grupos, por norma, colocam a lealdade entre os seus membros no centro da sua atenção, em vez de se focarem num determinado problema a ser resolvido (Neack, 2008: 68). Num sistema onde esta “rivalidade” acontece, o processo político acaba sempre por ser influenciado pela competitividade por maior influência na política. Esta competição pode ser “ganha” pelo grupo que dominar a discussão (Neack, 2008: 75), neste caso concreto, a discussão de determinada agenda e a consequente tomada de posição, indo esta ao encontro das agendas predominantes dos *siloviki* ou dos liberais. Este facto poderia conduzir ao risco de existirem burocratas domésticos com um poder

maior do que as lideranças, nomeadamente em questões de política externa (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2001: 557).

Para lidar com esta situação, o autor Alexander George argumenta que, nem sempre as decisões executivas dependem dos consensos nos grupos e que, se alguns líderes dependem dos grupos para informar e sustentar as suas decisões, outros conseguem determinar de forma autónoma as políticas a seguir, o que sublinha a importância dos líderes nos processos de tomada de decisão em política externa (George *apud* Renshon e Renshon, 2008).

Ao longo dos anos em que se tem levado a cabo os processos de análise de política externa, a ideia de trazer o conceito de indivíduo para o quadro dos processos políticos foi sendo cada vez mais trabalhada (Lebow, 1984) e, com ela, foram surgindo as ideias das características que fariam de um determinado indivíduo um bom líder. Goldgeier (2010) afirma que, para além de um acesso aos restantes decisores, como forma de iludir as burocracias, um bom líder também deve ter fortes crenças nas suas políticas, persistindo nas mesmas para evitar a letargia burocrática, além de uma certa personalidade. No que toca às tomadas de decisão, Mitchell e Massoud (2009: 266-267) afirmam que as políticas burocráticas são um produto de uma liderança inserida num pequeno grupo. No caso da Rússia, todas estas dinâmicas estão presentes, desde a nomeação dos sucessores presidenciais desde Ieltsin, na personalidade e poder de cada um, baseado no seu próprio estilo e nos seus grupos de apoio, sendo que as burocracias são mantidas através da gestão feita tanto por Putin como por Medvedev das pessoas de quem se rodeiam e em quem mais confiam.

De acordo com Freire e da Vinha (2011: 31), a questão relevante não passa por saber se as características pessoais do líder fazem a diferença, tal como a personalidade e as preferências pessoais, já que não controlam directamente a política, mas sim sob que condições as suas características são determinantes. Esta é uma das várias questões a que este estudo procura dar resposta, procurando saber em que medida os estilos de liderança de Putin e Medvedev afectaram a capacidade da Rússia determinar a direcção das relações com a UE. O papel da liderança ganha força, na medida em que estamos a falar de um Estado com um sistema presidencialista hierarquizado, onde o Chefe de Estado detém uma autoridade e legitimidade relativamente amplas.

O ser humano é o factor central em qualquer tomada de decisão, estando automaticamente implicada a sua personalidade e os seus atributos (Vertzberger, 1990: 111). As decisões não são uma ciência exacta e, no processo de liderança, não é infrequente as verdades consideradas “mais convenientes” serem tidas em conta, em detrimento de outras. Estas decisões dependem sempre de crenças, valores e estereótipos que depois determinam o papel de determinado líder (Vertzberger, 1990: 113). Assim, torna-se claro que as visões do mundo condicionam a maneira de os líderes fazerem política, e torna-se claro que um Presidente mais reticente e menos confiante terá um papel bastante menos relevante na definição e condução de uma dada política externa, do que um líder forte e convicto do trabalho que está a desenvolver.

Para reforçar a importância do papel das lideranças, Vertzberger indica dois conjuntos de crenças que considera as mais importantes na construção do papel de um líder. O primeiro conjunto diz respeito à essência do mundo político e dos actores

políticos, sendo que o segundo conjunto refere-se à existência (ou não) de controlo e de previsibilidade do desenvolvimento histórico-político do dia-a-dia. Estes são os factores que permitem classificar o papel de um líder, pois, dependendo de cada pessoa, oferece conhecimentos para gerir as relações políticas com outros actores do sistema internacional e uma matriz que agrupa as probabilidades de acontecimentos que podem ocorrer, bem como a melhor maneira de lidar com eles (Vertzberger, 1990: 115-116). A própria análise da infância e percurso biográfico dos Presidentes, que será levada a cabo nos próximos capítulos, é importante para caracterizar o papel dos líderes e o seu estilo de liderança, pois é frequente o ser humano adoptar um conjunto de crenças, ideias e hábitos que estejam ligados aos seus principais pressupostos, muitas vezes obtidos no processo de crescimento e desenvolvimento pessoal (Walker *apud* Vertzberger, 1990: 120). A maneira como o ser humano conceptualiza e organiza o ambiente que o rodeia denomina-se estilo cognitivo (Goldstein e Blackman, 1979: 2).

No que toca ao ajustamento do ser humano a novas realidades, o papel das atitudes é igualmente importante. As atitudes são o que permite seleccionar o comportamento adequado a determinada situação ou acontecimento, facilitando assim a integração (Vertzberger, 1990: 128). Ao longo desta dissertação poderemos constatar que existem dois grandes tipos de atitudes que aqui se inserem: as atitudes face a situações concretas e as atitudes face a um objecto concreto, que frequentemente estão ligadas e interagem entre si e, por sua vez, produzem determinado comportamento (ou atitude) que será mais vantajoso e equilibrado para o decisor (Vertzberger, 1990: 129). Na interpretação desta dissertação, podem-se classificar as atitudes face a situações concretas como os comportamentos adoptados

por determinado decisor dotado de autoridade face a uma determinada situação pontual que ocorra no sistema internacional; pode-se inserir nesta interpretação a maneira como a Rússia respondeu perante os alargamentos da UE, as guerras do gás e a guerra com a Geórgia, por exemplo. Na segunda situação, enquadram-se os comportamentos face às instituições, Estados ou indivíduos que detenham determinado papel no sistema internacional. No caso desta dissertação, a política externa russa face à UE, Estados Unidos da América (EUA), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), etc. são exemplos destas atitudes.

No entanto, os grupos de interesse existem e também têm a sua palavra a dizer nos processos de formulação e implementação de decisões. O processamento de informação e o processo de tomada de decisão raramente está ligado ao pensamento de uma só pessoa, pelo que é possível acreditar que será sempre influenciado pelas posições daqueles que constituem estes grupos, na medida em que estes conseguem mobilizar recursos e exercer poder, seja directa ou indirectamente. Para além disso, o relacionamento pessoal que os líderes desenvolvem com elementos destes grupos torna-se um elemento facilitador da influência e do condicionamento da acção. Se, por um lado, como já foi referido, os *siloviki* foram de certo modo privilegiados durante os mandatos de Putin, a verdade é que, com Medvedev na presidência, a percentagem destes elementos em lugares de destaque na vida pública da Rússia foi drasticamente reduzida (Elder, 2009). Contudo, e apesar da influência que estas facções têm tido nas decisões políticas da Federação Russa, Snyder *et al.* (2002: 86) afirmam que, por muito que alguns grupos de interesse possam participar no processo de tomada de decisão, ou até mesmo tomar algumas decisões, a verdade é que o Chefe de Estado tem a última palavra quanto ao

rumo da acção política. Além disso, o Presidente fez grandes esforços para não atribuir demasiado poder a nenhum destes grupos, nem sequer procurar conciliar as posições de ambos, pois o Chefe de Estado sabe bem que só assim consegue manter a balança minimamente equilibrada, e evitar que qualquer uma das supracitadas facções possa vir a ter mais influência que o próprio Presidente (Oprach, 2008: 1).

Os pequenos grupos caracterizam-se por não haver um número fixo de membros, mas ser sempre pequeno o suficiente para todos poderem interagir entre si e, assim, todos tomarem parte activa nas tomadas de decisão (Vertzberger, 1990: 192-193). Também nesta realidade as crenças tomam a dianteira, na medida em que definem a identidade e o estilo de determinado grupo. Conforme já aqui se falou, os *siloviki* caracterizavam-se pela sua ligação à segurança e defesa e os liberais pelas suas ideias de mercado e modernização. Esta ligação pode gerar aquilo a que Vertzberger chama “subculturas”, isto é, uma identidade tão reforçada que os torna numa espécie de elite face ao tema que dominam (Vertzberger, 1990: 199). O prisma através do qual cada um destes grupos observa os objectivos do Estado condiciona a sua maneira de agir, pelo que se pode argumentar que o Presidente desempenha um papel de moderador entre as diversas posições, procurando conciliar as ideias e adaptá-las o melhor possível aos desafios do dia-a-dia da política externa russa.

Traduzindo estas ideias no tema desta dissertação, nomeadamente, as relações com a União Europeia, percebe-se que os pontos de vista dos dois grupos a que este estudo tem dado maior atenção estão presentes em diversos episódios das relações UE-Rússia, conforme será analisado nos próximos capítulos. Falando na questão energética, por exemplo, existem os pontos de vista liberal e *siloviki*, pois, se por um lado, o desejo liberal de maior abertura económica tem existido, nomeadamente com

as relações energéticas e a crescente expansão dos gasodutos, por outro lado, os *siloviki* também asseguram os seus desejos de grandeza da Rússia, através da utilização da energia como “alavanca negocial”, pois não esqueçamos que grande parte da Europa depende de gás russo, factor que se deve bastante ao conflito entre os Projectos Nabucco e South Stream.

Em suma, este é o enquadramento teórico que será continuamente usado ao longo desta dissertação, sendo que aqui apenas se procurou estabelecer uma breve ligação com o estudo de caso, de modo a procurar responder à pergunta de partida e justificar o argumento de que o exercício da liderança dos presidentes Putin e Medvedev é afectado por dinâmicas paralelas ao processo de definição de política externa, devido ao papel central do presidente na definição das prioridades estratégicas da política externa russa e ao facto de ele ser o principal agente na definição da imagem externa da Rússia.

De seguida, será levada a cabo uma análise aos mandatos presidenciais de Vladimir Putin (2001-2008), de modo a dar ao leitor um conhecimento aprofundado sobre os principais marcos de cada mandato, nomeadamente no que concerne à política externa russa face à União Europeia sobre questões energéticas e geoestratégicas.

## **Capítulo 2. Vladimir Putin: de inesperado a incontestado**

Este capítulo divide-se em quatro grandes secções. A primeira passará por analisar o percurso de Putin, desde os seus tempos de jovem em S. Petersburgo até à sua chegada ao Kremlin, como Presidente da Federação Russa. Esta secção procurará demonstrar como alguns aspectos deste percurso de Putin poderão ter condicionado a sua maneira de ser, nomeadamente, os seus estilos de liderança ao nível da assertividade e do pragmatismo.

A segunda secção incide sobre o estilo de liderança de Putin, nomeadamente o seu estilo assertivo e pragmático, sendo que são utilizados alguns exemplos de acontecimentos nas relações UE-Rússia ao longo dos dois mandatos presidenciais para ilustrar a forma como a sua liderança contribuiu decisivamente para que estes acontecimentos se tenham desenrolado da forma como se desenrolaram. Esta secção ilustra o seu primeiro mandato enquanto Presidente, de 2000 a 2004, ao mesmo tempo que enfatiza as relações UE-Rússia e, por sua vez, a terceira secção analisa o seu segundo mandato, de 2004 a 2008. Estas secções são bastante ricas no que toca à diversidade de assuntos que interessam à prossecução do argumento desta tese, de que o exercício da liderança dos presidentes Putin e Medvedev é afectado por dinâmicas paralelas ao processo de definição de política externa, como os estilos de liderança, os pequenos grupos e a própria maneira como se desenrola o processo de tomada de decisão em política externa. Assim, estas secções dividem-se em diversas subsecções que espelham alguns momentos-chave das relações UE-Rússia relevantes a este estudo.

É importante referir que os dois grandes indicadores que serão utilizados para testar a hipótese de que o estilo assertivo de Putin influenciou a definição e condução

da política externa russa face à UE são a política energética russa e a segurança geoestratégica do território russo, nomeadamente, face aos alargamentos da UE e à sua busca de influência nos antigos satélites da União Soviética através da sua Política de Vizinhança.

## **2.1. De S. Petersburgo a Moscovo**

Em Outubro de 1952, em Leninegrado (actual S. Petersburgo), nasce Vladimir Vladimirovich Putin. Desde muito jovem que Putin se assumiu como alguém dotado de uma personalidade forte e decidida. Um indicador disso mesmo reside no facto deste, devido ao seu porte relativamente baixo, ter praticado *sambo*, uma espécie de técnica de auto-defesa, e judo, tendo sido, mais tarde, campeão (Treisman, 2011: 82).

Enquanto adolescente, Putin decide oferecer os seus serviços ao *Komitet Gosudarsvennoi Bezopasnosti* (KGB), os serviços de informação da URSS, cujos escritórios de S. Petersburgo ficavam a escassos metros da sua residência. Após ser informado de que era aconselhável ter alguma formação em Direito, candidata-se à Universidade Estatal de Leninegrado (de acordo com o seu acrónimo russo, LGU) e é aceite. Mais tarde, viria então a ingressar no KGB<sup>4</sup>, afirmando, contudo, que as suas ideias sobre esta instituição foram formadas através de histórias e que apenas foi para lá trabalhar com ideias “românticas” de espões para lá das linhas nazis, do tempo da Segunda Guerra Mundial (Gevorkyan *et al.*, 2000: 23, 41-42). Como já foi analisado no capítulo teórico, o papel das crenças e das ideias é importante na

---

<sup>4</sup> Ver Anexo 2

definição de determinado estilo de liderança. Ao longo da vida, as percepções vão mudando, consoante o contexto em que a personalidade que as assimila vai sendo alterado. Com a ambição que Putin demonstrou desde cedo em aderir ao KGB, revelou desde logo uma propensão para defender os interesses da URSS em geral e, enquanto Estado que liderava o bloco, da Rússia em particular. Podemos, pois, afirmar que Putin construiu as suas crenças baseando-se em noções de identidade, defesa de interesses do Estado e de tantos outros princípios que regiam o comportamento do KGB. A entrada para esta instituição foi uma oportunidade para ser útil e servir esses interesses, fazendo uso da sua motivação, bem como do seu talento e dedicação, que lhe valeram a subida na carreira. Assim sendo, considera-se pertinente resumir e analisar nesta dissertação o percurso de vida de Putin.

Em 1985, Vladimir Putin é enviado em missão para os escritórios do KGB em Dresden, na Alemanha, e, em 1990, volta a S. Petersburgo, onde, desempenhando o cargo de Reitor Adjunto na Universidade local, actua como espião, estando atento aos movimentos não só de alunos como também de professores (Treisman, 2011: 83-84). É aí que conhece Anatoly Sobchak, professor de Direito na LGU, que havia sido convidado para liderar o governo da cidade. Este acaba por convidar Putin para seu assistente, tendo Putin aceite e, em 1991, este demite-se do KGB, permanecendo, contudo, em contacto com os seus superiores (Gervokyan *et al.*: 2000: 88). Foi nesta altura que Putin começou a sua carreira política. A sua principal tarefa na Câmara Municipal baseava-se em atrair investimento para a cidade, com o objectivo de dar nova vida à economia local (Treisman, 2011: 88). Contudo, em 1996, problemas entre Sobchak e Boris Ieltsin, então Presidente da Federação Russa, acabam por colocar Putin fora da Câmara de São Petersburgo e a caminho do Kremlin, tendo este

subido na carreira sem grandes problemas. Em tempo recorde, passou de um mero ajudante no controlo de propriedades do Kremlin a Chefe-Adjunto da Administração Presidencial. Em 1998, foi nomeado Director do *Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti* (FSB), os serviços secretos da Rússia pós-Soviética e, mais tarde, Presidente do Conselho de Segurança da Federação Russa<sup>5</sup> (Treisman, 2011: 89).

É então que Ieltsin inicia a busca de um “sucessor” da sua confiança para a presidência da Rússia. A 9 de Agosto de 1999, Ieltsin nomeia, inesperadamente, Putin, para a posição de Primeiro-Ministro (Whitmore, 1999), num gesto que foi interpretado, com razão, como a divulgação de quem iria suceder-lhe como Presidente da Federação. Em Dezembro de 1999, o partido apoiado por Putin, o “Unidade”, fica em segundo lugar nas eleições para a Duma, logo atrás do ainda poderoso Partido Comunista, deixando para trás aquele que era considerado o candidato mais forte para a presidência, Yevgeny Primakov (Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 2000). Para dar mais margem de manobra a Putin na campanha presidencial que se avizinhava para Março seguinte, Boris Ieltsin resigna ao cargo de Presidente e nomeia Putin Presidente Interino<sup>6</sup> (BBC, 1999). Em Março de 2000, Putin consegue ganhar a eleição e torna-se o segundo Presidente da Federação Russa, onde, com uma taxa de aprovação de 70% e velhos amigos em cargos importantes da estrutura do Kremlin (conforme será analisado mais à frente

---

<sup>5</sup> O Conselho de Segurança da Federação Russa, formado em 1992, é constituído pelo Presidente e um conjunto de personalidades escolhidas por ele. O objectivo deste órgão passa por elaborar propostas que versem a defesa dos interesses vitais dos indivíduos, da sociedade e do Estado contra ameaças internas e externas. Além disso, tem como função assistir o Presidente na sua tarefa de defender os direitos civis e humanos, bem como a soberania, a independência e a integridade territorial da Rússia (Conselho de Segurança da Federação Russa, 2012).

<sup>6</sup> Ver Anexo 3

neste capítulo), se viu bastante livre para perseguir a sua própria agenda (Treisman, 2011: 93).

### **2.1.1. Os Grupos de Apoio**

Ao chegar a Presidente, Putin não se esqueceu dos seus velhos companheiros de S. Petersburgo, a quem rapidamente atribuiu diversos cargos no Kremlin, iniciando a construção de uma rede de influência de extrema importância para o futuro. Basicamente, Putin não podia deixar cair no esquecimento aqueles que, quando Sobchak caiu em desgraça, o levaram para Moscovo, bem como aqueles que o acompanharam na Câmara de S. Petersburgo ou no FSB. A verdade é que os percursos pessoal e profissional de Putin estão intrinsecamente ligados, especialmente no início do seu primeiro mandato, quando os seus velhos amigos foram chamados para junto dele. Tendo junto de si, estas pessoas em quem confiava, Putin sentia-se mais confiante para enfrentar os problemas que se abatiam sobre a Rússia, especialmente a gestão dos oligarcas, homens fortes da economia russa, que gozavam de grande poder paralelo ao do Kremlin e que o Presidente entendia deverem ser subalternizados. Algumas destas pessoas de confiança incluíam Sergei Ivanov, que Putin nomeou Secretário do Conselho de Segurança, Nikolai Patrushev e Dmitry Medvedev, bem como Aleksei Kudrin e Igor Sechin (Gevorskyan *et al.*, 2000: 200-202). Todos estes eram seus amigos desde os tempos de S. Petersburgo, fosse do KGB (Ivanov e Patrushev), fosse da Universidade (Medvedev) ou dos tempos em que trabalhara para Sobchak (Kudrin e Sechin), e Putin fez questão de os reunir para o acompanharem na sua jornada no Kremlin, enquanto Presidente da

Federação Russa (Gevorkyan *et al*, 2000: 200-202). Este gesto sugere que as dinâmicas de *group think* virão a ser fundamentais para as tomadas de decisão no Presidente e que as crenças e *world views* daqueles que se querem junto da pessoa do líder terão um papel central na sua política. Além disso, o facto de serem pessoas de diversas áreas de formação e emprego permitia um certo equilíbrio de posições e várias perspectivas na análise das políticas.

Estes elementos, entre outros, acabaram por formar pequenos grupos de interesse, com influência na definição e condução da política externa. Estes denominados *lobbies*, ou grupos de pressão, inserem-se nas dinâmicas de pequenos grupos (*group think*) dos processos de tomada de decisão, que estão também presentes no caso concreto da Federação Russa. A verdade é que mesmo um líder aparentemente forte, como Putin, sente necessidade de “gerir com neutralidade os interesses dos diversos grupos rivais” que se digladiam pelo poder de estar mais próximo do Presidente da Federação Russa, aquando as tomadas de decisão da sua política (Lo, 2003: 11). Os dois grupos que desempenham um papel mais proeminente ficaram conhecidos como os *siloviki* (com ligações à segurança) e os liberais (defensores de uma modernização económica que exigia abertura da Rússia ao ocidente) (Kryshtanovskaya e White, 2005: 1069).

Apesar de os *siloviki* serem maioritariamente provenientes de empregos relacionados com a segurança, inteligência ou com a guerra, a verdade é que essas características não são necessariamente um requisito obrigatório. Pode-se mesmo dizer que os *siloviki* são agrupados de acordo com as suas visões do mundo. Esta facção caracteriza-se pelo desejo de um Estado forte, controlador de todos os aspectos da vida quotidiana, incluindo a economia, pela desconfiança face ao

Ocidente, pela necessidade de ter um exército forte, etc. (Kryshtanovskaya e White, 2005: 1073). Basicamente, podemos argumentar que a visão deste grupo se pode resumir como desejando o crescimento da Rússia enquanto Estado vestefaliano, dotada de uma autoridade forte, patrimonial, com uma liderança firme e monocêntrica e onde cada cidadão se identifique com a liderança.

Quanto aos liberais, estes defendem, igualmente, um Estado forte, caracterizado por aquilo a que se chama “poder vertical”, isto é, um executivo forte e centralizado (Staun, 2007: 30-31). Contudo, diferem dos primeiros no ponto de vista económico, pois, apesar de não se oporem à nacionalização dos “sectores estratégicos” da economia, defendem que a nacionalização deve ser um processo temporizado, dentro de todos os trâmites legais (Staun, 2007: 31). O sector privado, para eles, é uma necessidade, pois acaba por atrair investimento estrangeiro e, igualmente, por manter capital externo na Federação Russa (Staun, 2007: 31). Desde o primeiro mandato de Putin na presidência que uma das figuras mais importantes dos liberais era Dmitry Medvedev (Staun, 2007: 30). No próximo capítulo, onde será abordada a presidência de Medvedev, será analisada a importância do percurso pessoal de Medvedev, bem como das suas visões mais liberais, para ter sucedido a Putin na condução dos destinos da Rússia.

Estes grupos acabam por influenciar a definição e condução da política externa da Rússia, devido à sua presença constante nas tomadas de decisões mais importantes da política russa. Putin, enquanto Presidente, não era adepto de grandes reuniões formais e, se pudesse, evitava-as, preferindo tomar as suas decisões num ambiente mais informal, em reuniões com grupos *ad hoc*, consoante o tema em discussão (Kryshtanovskaya e White, 2005: 1066). Pode-se concluir desta análise,

que boa parte das decisões tomadas no âmbito da política externa terão saído destas reuniões *ad hoc*, bem como terão sido influenciadas pelos grupos de pressão existentes no Kremlin, nomeadamente os *siloviki* e os liberais, sendo igualmente possível daqui inferir a importância das crenças e do papel das ideias na formulação da política, nomeadamente, a política externa. Este formato restrito, quer em número, quer na natureza da composição do grupo oferece vantagens claras para aqueles com acesso ao circuito restrito de conselheiros do presidente, diminuindo, por outro lado, o impacto da máquina burocrática na política externa. A sua capacidade de ver as suas decisões implementadas aumenta, devido às possibilidades reduzidas de contestação e contra-argumentação, sempre que o presidente se autonomize das visões apresentadas.

## **2.2. O pragmatismo de Putin na sua chegada ao Kremlin**

Após a queda da União Soviética e a ascensão de Ieltsin à presidência, assistiu-se a uma situação algo caótica na distribuição de poder e influência no seio da Rússia. A política externa era composta por uma amálgama de vários interesses particulares de diversos actores (Lo, 2002: 125). Além disso, as burocracias imperavam, bloqueando praticamente qualquer tentativa de pôr em prática as políticas decididas pelo Kremlin. O poder económico de vários empresários aumentou e muitos actores individuais ganharam influência, tomando parte, directa ou indirectamente, nas decisões que regiam a Federação Russa e a sua política externa (Lo, 2002: 29-30). Existiam portanto, sob a presidência de Ieltsin, diversas “áreas cinzentas” na administração russa, o que permitia a existência de poderes

paralelos à sua administração, controlados por actores públicos e privados, que perseguiram as suas próprias agendas, frequentemente através das estruturas estatais.

Quando Putin foi nomeado por Ieltsin como primeiro-ministro e, depois, como presidente interino, a surpresa tomou conta de alguns quadrantes da Federação Russa, pois Putin não era o candidato esperado e nem sequer era muito conhecido. A sua inexperiência, de acordo com Sakwa, talvez o tenha salvo de ser imediatamente atacado pelas elites, pois não foi considerado uma ameaça, não só por se julgar que não se enquadraria bem no seu novo cargo, mas também pelo facto de alguns membros proeminentes da administração de Ieltsin se terem mantido no Kremlin (Sakwa, 2004: 61).

Assim, e conforme já se referiu, aquando da sua chegada ao Kremlin, Putin sentiu-se relativamente livre para desenvolver qualquer agenda que preferisse. Associada a estes factores está a sua popularidade interna, com uma taxa de aprovação que ultrapassava os 70% (Treisman, 2011: 93). De acordo com este autor, Vladimir Putin concentrou o início do seu mandato em três grandes iniciativas: liberalização dos mercados (redução de taxas e impostos), melhorar as relações com o Ocidente (encerramento de bases militares em diversas partes do mundo, aproximação à NATO) e, finalmente, a centralização de poder (apesar da liberalização da economia e da justiça, Putin não abdicou da concentração da autoridade nas mãos daqueles que considerava serem os seus apoiantes mais próximos) (Treisman, 2011: 93-95). Ou seja, tal como referido por Goldstein e Keohane (1993: 5), Putin parece renovar as suas crenças sobre aquilo que era o ideal para a prosperidade da Federação Russa, clarificando os seus princípios e concepções para atingir este fim. Para além disso permite à nova Rússia, transmitir uma imagem

externa de cordialidade e de aproximação, que permitiria aos parceiros ocidentais verem a Rússia como um parceiro de confiança e, simultaneamente atrair investimento estrangeiro para a modernização do país.

Por outro lado, a centralização de poder no Kremlin parece ter beneficiado da entrada dos dois principais grupos próximos do presidente nas estruturas de poder. A Constituição permitia uma grande concentração de poder em três órgãos: a Presidência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Administração Presidencial, e, como tal, de forma a assegurar que esta balança de poder pendia na sua direcção, Putin nomeou para estes cargos algumas das pessoas em quem mais confiava (Medvedev, Ivanov, Patrushev, entre outros, conforme já se analisou). Esta busca de revitalização e de centralização de poder pode ser interpretada como o desejo de transformar a Rússia num Estado autoritário. Contudo, segundo Treisman (2011: 99), trata-se mais do estilo próprio de Putin, reflectido na maneira de fazer política, do que propriamente desejos de autoritarismos. As tentativas de reforçar o controlo político do Kremlin sobre todo o sistema político russo resultam desta maneira pragmática de Putin desenvolver a política e da sua crença nos benefícios de uma hierarquia clara, especialmente tendo em conta o caos político que a Rússia viveu sob a liderança de Ieltsin. Com uma política externa claramente definida, de certo modo previsível e conduzida pela presidência russa, Putin abalou fortemente o *status quo* dos tempos de Ieltsin, onde alguns elementos da sociedade com fortes poderes paralelos conseguiam ter mais influência (directa ou indirectamente) na definição da política externa russa do que a própria administração (Lo, 2003: 3).

A visão do Presidente para a política externa russa foi sendo articulada através dos seus discursos. Ficam patentes as suas ideias românticas sobre a Guerra

Fria e sobre a Rússia como uma grande potência. A sua afirmação “Quem não sente saudade da União Soviética não tem coração, quem a deseja de volta não tem cérebro”<sup>7</sup> (Putin *apud* Gati, 2000: 36), revela isso mesmo. Outra afirmação bem reveladora do estilo assertivo do presidente russo deu-se aquando a primeira guerra do gás de 2005/2006, na qual Putin afirmou

os nossos amigos ocidentais apoiaram os «acontecimentos laranja» na Ucrânia de um modo muito activo. Percebemos perfeitamente o que lá se está a passar continuamente. O país enfrentou grandes problemas. Mas se vocês quiserem apoiar o que lá acontecer no futuro, então vocês irão ter que pagar por isso. Por que haveríamos nós de pagar por isso?<sup>8</sup> (Putin *apud* Baev, 2008: 152).

Em poucas palavras, Putin regia a sua política através de um nacionalismo bastante particular, pois, mais do que assentar em princípios étnicos, culturais ou espirituais, assentava, conforme já foi referido, no centralismo do poder do Estado, com o objectivo de colocar a Rússia novamente num lugar de destaque no sistema internacional (Herspring e Rutland: 2005: 259). Assumindo uma perspectiva marcadamente realista face às relações UE-Rússia, Putin reconhece os limites desta relação ao nível da transposição do diálogo para a prática, nunca cessando de procurar a revitalização do papel do Estado enquanto actor de relevo no sistema internacional, em detrimento das organizações internacionais (Freire, 2011b: 152).

---

<sup>7</sup> Tradução livre do autor. No original “Whoever does not miss the Soviet Union has no heart, whoever wants it back has no brain”.

<sup>8</sup> Tradução livre do autor. No original “Our western friends supported the «orange events» in Ukraine in a very active way. We see perfectly well what is happening there the whole time. The country has been faced with a great deal of problems. But if you want to support what happens there in the future, then you will have to pay for it. Why should we pay for that?”

Citando Putin, “o patriotismo é a fonte da coragem, firmeza e força do povo russo. Perdendo-se esse patriotismo, o orgulho nacional e a dignidade, [...] perdemo-nos enquanto nação capaz de grandes feitos.”<sup>9</sup> (Putin, 2000). Contudo, o isolacionismo nunca foi uma opção, apesar deste pendor nacionalista, pois a Rússia só poderia ser forte se assumisse uma postura igualmente forte junto dos seus parceiros.

Assim sendo, no entender desta dissertação, é interessante analisar que, desde que Putin assumiu a presidência, houve um esforço quase imediato de coordenar as dimensões interna e externa de política russa, com o objectivo de estabilizar a Rússia e a sua posição no sistema internacional. A racionalização da política externa, isto é, o reconhecimento da fraqueza da Rússia enquanto actor internacional e da necessidade de projectar uma imagem activa e participativa ao mundo, levaram Putin a estabelecer dois objectivos imediatos: projectar Moscovo como uma presença global activa e melhorar as relações entre o Ocidente e o Kremlin. Em suma, em vez de a Rússia procurar disputar o lugar de grande potência mundial, Putin, no seu estilo muito pragmático, apostou numa atitude de busca do equilíbrio de poder entre as potências, isto é, substituir um sistema unipolar, dominado pelos EUA, por um sistema multipolar, onde vários actores tivessem uma palavra a dizer (Herspring e Rutland, 2005: 264). Para atingir esta balança de poder, Putin adoptou uma postura pragmática e calculista para lidar com os problemas que surgissem e que se opusessem a este objectivo; o próprio Ieltsin caracterizou Putin como sendo uma pessoa pragmática e algo fria (Ieltsin *apud* Herspring e Rutland, 2005: 264).

---

<sup>9</sup> Tradução livre do autor. No original “Patriotism is the source of courage, staunchness and strength of our people. If we lose patriotism and the national pride and dignity that are connected with it, we lose ourselves as a people capable of great achievements.”

### **2.2.1. As questões energéticas e o pragmatismo russo na sua gestão**

No contexto da segurança, quer energética, quer geoestratégica, a utilização da “arma energética” foi o meio visto como mais eficaz para a Rússia poder conduzir uma política mais assertiva, pois deu-lhe uma vantagem sobre outros actores de peso no sistema internacional. Pode-se afirmar que a Gazprom, a grande empresa Estatal russa que detém as maiores reservas de gás natural da Rússia (Gazprom, 2012), possui um quadro estratégico coincidente com o do Estado. Ao ter os seus gasodutos espalhados pelo Cáucaso e pela Europa<sup>10</sup>, a Gazprom, cujo principal accionista é o Estado, controla o fornecimento de gás natural de, por exemplo, 40% das residências alemãs (Goldman, 2008: 2). Além disso, toda a Europa Ocidental está ligada, directa ou indirectamente, aos gasodutos russos. Por sua vez, a Rússia não hesitou em cortar os fluxos de energia para fortalecer a sua posição numa disputa política (Goldman, 2008: 3). A UE, por seu lado, pretende acordar com a Rússia um quadro legal que facilite o investimento mútuo nas questões energéticas. No entanto, a Rússia prefere a simples transacção de activos, temendo que a existência de um quadro legal enfraqueça o seu poder negocial (Stuermer, 2009: 176-177).

Há que reconhecer, contudo, que frequentemente a assertividade russa se deveu a um comportamento de superioridade por parte da UE, que teve grande dificuldade em tratar a Rússia, como um parceiro igual. Por exemplo, quando a UE criticou a Rússia pelas suas políticas de autoridade face aos Estados vizinhos, Chizhov, embaixador russo junto da UE, respondeu que os russos são “parceiros

---

<sup>10</sup> Ver Anexo 4

iguais, não consumidores de bênçãos da UE”<sup>11</sup> (Chizhov *apud* Averre, 2007: 174). Com esta afirmação, Chizhov basicamente levou a cabo a criação daquela que ele considerava como sendo a imagem externa ideal da Federação Russa, apesar das dificuldades que daí pudessem advir para o relacionamento entre os dois actores. Além disso, a dificuldade de diálogo entre UE e Rússia no que concerne ao processo de alargamento de 2004, em que Moscovo foi frequentemente afastado do referido processo, conduziu a um diferendo ideológico crescente entre estes dois actores do sistema internacional. Por um lado, a Rússia centraliza as suas estruturas políticas e económicas no Kremlin (Alexandrova-Arbatova, 2008: 298); por outro, a UE insiste em expandir as suas políticas pouco claras àquela que Moscovo considera ser a sua esfera de influência (Allison *et al.*, 2006: 85).

Outro exemplo claro do pragmatismo de Putin está presente na maneira como a Rússia, sob a sua alçada, desenvolveu relações com os parceiros europeus. Em vez de buscar uma relação com as estruturas europeias, Moscovo deu primazia às relações bilaterais com os Estados que compõem a UE, nomeadamente dois dos que são considerados mais fortes: a Alemanha e a França. Assim, a assinatura de acordos paralelos com os Estados membros da UE frequentemente mina a busca de acordos entre a União e a Rússia. No entanto, aqueles são, por variadas vezes, mais vantajosos para Moscovo (Freire, 2011b: 157), uma vez que dão mais margem de manobra à Rússia para definir os trâmites dos acordos, sem existirem outros Estados, num contexto institucional europeu, a impor restrições ou regras comunitárias que prejudiquem os interesses do Kremlin. Neste contexto, Peter Mandelson, Comissário Europeu para o Comércio entre 2004 e 2008, referiu que “nenhum outro país revela

---

<sup>11</sup> Tradução livre do autor. No original “Russians are equal partners, not consumers of EU blessings”.

as nossas diferenças como o faz a Rússia” (Mandelson *apud* Kagan, 2009: 34). Robert Kagan, por seu lado, afirma que a Rússia tem a capacidade de lançar “as nações europeias umas contra as outras”, devido ao facto de a União Europeia ser “menos coerente e poderosa do que aquilo que os seus proponentes desejariam, mesmo em assuntos económicos e de comércio” (Kagan, 2009: 34). Já depois da guerra do gás de 2005/2006, na Cimeira de Sochi de Maio de 2006, e dada a acção bastante negativa da UE face à decisão russa de cortar o fornecimento de gás, Putin responde que “se os nossos parceiros europeus esperam que os deixemos entrar no cerne dos cernes da nossa economia – a energia –, têm que avançar com passos recíprocos que ajudem no nosso próprio desenvolvimento”<sup>12</sup> (Putin *apud* Yasmann, 2006). Como se pode constatar pelo estudo desta dissertação, esta atitude de Putin deriva da sua motivação em transformar a Rússia novamente numa grande potência, sem estar sujeita à UE, tentando ao máximo assegurar a sua agenda e os seus interesses no sistema internacional.

### **2.2.2. A assertividade de Putin nos seus discursos**

Conforme será analisado na próxima secção, deu-se uma evolução na atitude da Federação Russa face à UE, na pessoa do seu Presidente, Vladimir Putin. Resumidamente, se no primeiro mandato Putin procurou a cooperação com a União Europeia, mesmo tendo sido através de declarações algo vagas e cimeiras sem

---

<sup>12</sup> Tradução livre do autor. No original ““If our European partners expect us to allow them into the holy of holies of our economy -- energy, [...] then we want reciprocal steps that help our own development.”

grandes resultados práticos, no seu segundo mandato o Presidente russo endureceu o seu discurso, tornando-o cada vez mais antagónico face ao Ocidente.

Putin indicou logo no início do seu mandato que era uma pessoa assertiva, quando, numa reunião da NATO, em Bruxelas, em Outubro de 2001, este se dirigiu aos seus interlocutores em russo, escusando-se a usar o inglês, e disse que só faltava mudarem o nome do Quartel-General para *Dom Sovietov* (Casa dos Sovietes), tal era a quantidade de ex-repúblicas soviéticas presentes na reunião (Crespo, 2009: 9). No entanto, o exemplo mais claro da viragem de um discurso mais cooperativo para um discurso antagónico deu-se na Conferência de Munique de 2007, na qual Putin não poupou duras críticas ao sistema internacional, nomeadamente à posição que os EUA nele desempenham e que a UE permite (Putin, 2007a). Foram vários os analistas que consideraram este discurso como um retorno ao tom da Guerra Fria (Rolofs, 2007; Watson, 2007), até porque Putin não hesitou em abrir o discurso com palavras inflamatórias:

A estrutura desta conferência permite-me evitar educação excessiva e a necessidade de falar em termos diplomáticos agradáveis, cheios de rodeios, mas vazios. O formato desta conferência permitir-me-á dizer aquilo que realmente penso sobre os problemas de segurança internacionais. E se os meus comentários parecerem polémicos, duros ou inexactos para alguns colegas, então peço que não se zanguem comigo. Apesar de tudo, isto é apenas uma conferência. E espero que, após os primeiros dois ou três minutos do meu discurso, o Sr. Teltschik não acenda a luz vermelha lá ao fundo (Putin, 2007a)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Tradução livre do autor. No original “This conference’s structure allows me to avoid excessive politeness and the need to speak in roundabout, pleasant but empty diplomatic terms. This

Como se estas palavras duras fossem suficientes, Putin atacou ainda mais os EUA, ao criticar duramente o sistema internacional unipolar, por eles promovido.

O que é um mundo unipolar? Por muito que se possa embelezar o termo, no fim das contas, este refere-se a um tipo de situação, nomeadamente, um centro de autoridade, um centro de força, um centro de tomada de decisão. Um mundo onde existe apenas um senhor e um soberano, sendo que este é pernicioso, não só para aqueles que estão no sistema, mas também para o próprio soberano, que se destrói de dentro para fora. Este conceito nada tem a ver com a democracia, pois, como todos sabem, a democracia é o poder da maioria à luz dos interesses e opiniões da minoria. No entanto, somos nós, a Rússia, que estamos constantemente a ser ensinados sobre democracia. Mas, por alguma razão, aqueles que nos ensinam são aqueles que não a querem aprender. Considero que o modelo unipolar é não só inaceitável como também impossível no mundo actual (Putin, 2007a)<sup>14</sup>.

Mais tarde, no discurso sobre o Estado da Nação, em 2007, Putin repetiu algumas críticas ao Ocidente, ao afirmar que

---

conference's format will allow me to say what I really think about international security problems. And if my comments seem unduly polemical, pointed or inexact to our colleagues, then I would ask you not to get angry with me. After all, this is only a conference. And I hope that after the first two or three minutes of my speech Mr Teltschik will not turn on the red light over there."

<sup>14</sup> Tradução livre do autor. No original "However, what is a unipolar world? However one might embellish this term, at the end of the day it refers to one type of situation, namely one centre of authority, one centre of force, one centre of decision-making.

It is world in which there is one master, one sovereign. And at the end of the day this is pernicious not only for all those within this system, but also for the sovereign itself because it destroys itself from within.

And this certainly has nothing in common with democracy. Because, as you know, democracy is the power of the majority in light of the interests and opinions of the minority.

Incidentally, Russia – we – are constantly being taught about democracy. But for some reason those who teach us do not want to learn themselves.

I consider that the unipolar model is not only unacceptable but also impossible in today's world."

[no] passado, na era do colonialismo, os países coloniais falavam sobre o seu papel civilizacional. Hoje, [alguns países] usam *slogans* como expansão democrática com o mesmo propósito, que se traduz no ganho de vantagens unilaterais e na segurança dos próprios interesses<sup>15</sup> (Putin, 2007b).

### **2.3. As relações UE-Rússia no primeiro mandato (2000-2004): em busca de um parceiro**

Como forma de orientar as relações UE-Rússia, bem como de estabelecer um quadro no qual estas assentassem, em 1994, assinou-se o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), tendo este entrado em vigor a 1 de Dezembro de 1997. Este acordo tinha como propósito regular as relações políticas e económicas entre os dois actores e é, desde então, o quadro legal para as relações bilaterais, ao nível das trocas comerciais e dos investimentos, entre UE e Rússia. É, portanto, perceptível que a questão económica desempenha um papel bastante importante neste relacionamento bilateral (reflectindo as competências da própria UE) e que se buscam pontos onde o acordo seja mais fácil de obter, como forma de assegurar a manutenção das boas relações entre estes actores. No entanto, é importante não esquecer a posição bastante mais fraca e limitada que a Rússia apresentava no sistema internacional na altura da assinatura e da entrada em vigor do APC. A dúvida que permanentemente ao estudar as relações UE-Rússia é traduzida por Raquel Freire na seguinte equação:

---

<sup>15</sup> Tradução livre do autor. No original “In the past, in the era of colonialism, colonialist countries talked about their so-called civilizing role. Today, [some countries] use slogans of spreading democracy for the same purpose, and that is to gain unilateral advantages and ensure their own interests.”

[estamos perante] uma parceria estratégica, assente em fundações sólidas de diálogo e cooperação e com objectivos delineados e prosseguidos com firmeza, ou, ao invés, uma estratégia de parceria, num registo mais ligeiro que se vai adequando às necessidades e por isso flutuando de acordo com interesses pontuais, objectivos semidelineados e actuação selectiva? (Freire, 2011a: 139-140).

Vladimir Putin, ao assumir a presidência, em Maio de 2000, rapidamente mostrou o seu estilo de liderança mais assertivo e pragmático com a apresentação de três documentos estruturantes da política externa russa, logo nos primeiros meses de mandato: o Conceito de Segurança Nacional 2000, a Doutrina Militar da Rússia 2000 e o Conceito de Política Externa 2000. Estes sublinham a orientação multi-vectorial e multipolar da política externa russa, com três grandes objectivos em mente: desenvolver uma atitude assertiva face ao Ocidente, nomeadamente, face a uma estrutura unipolar, liderada pelos EUA; reconhecimento da Comunidade de Estados Independentes como uma área de importância estratégica e da necessidade de fortalecer a posição da Rússia nesta região, bem como a um nível global; e, finalmente, a necessidade de enfatizar os meios militares como um instrumento de políticas securitárias (Conselho de Segurança da Federação Russa, 2000a, Conselho de Segurança da Federação Russa, 2000b, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, 2000). No que à parceria com a UE diz respeito, a apresentação destes documentos veio revelar que o estilo de Putin nada tinha a ver com aquele do seu antecessor, e seria difícil não perceber que a Rússia estava a tentar reconquistar o seu espaço enquanto grande potência no sistema internacional.

As expressões “unidade”, “interesse nacional”, “Estado” e “segurança” ganham, agora, nova força no discurso político da Federação Russa, podendo tal atitude ser encarada como um sinal de que a Rússia não se limitaria a acatar as regras dos seus parceiros, mas que pretendia desempenhar um papel de igualdade perante os outros actores do sistema internacional, deixando antever que o seu líder, Vladimir Putin, estava disposto a assumir uma postura mais assertiva face ao sistema internacional e que os interesses da Rússia enquanto Estado seriam sempre defendidos (Putin, 2002). Este estilo de liderança sugere duas preocupações: por um lado, a projecção de uma imagem forte a nível interno e por outro o reforço de uma imagem externa da Rússia enquanto potência, reflectindo o desejo de incrementar o seu papel no sistema internacional. Esta postura vai também ao encontro dos ideais promovidos pelos principais grupos de influência no Kremlin, os *siloviki* e os liberais. No que concerne às relações com a UE, esta nova atitude da Rússia ia de encontro às políticas dos tempos de Ieltsin, em que a Rússia estava mais preocupada em voltar à luz no sistema internacional, aproximando-se a todo o custo do Ocidente, nomeadamente, da UE e dos EUA, do que propriamente em assegurar os seus interesses enquanto potência. O facto de o APC ter sido assinado e ratificado em condições algo adversas para a Rússia, e, mais tarde, ter havido vontade de o rever, por esta considerar que este não satisfazia os seus interesses enquanto grande potência (isto será analisado mais pormenorizadamente mais adiante neste capítulo), é uma prova desse desejo de se afirmar novamente no sistema internacional.

### **2.3.1. O 11 de Setembro e a postura da Rússia: oportunidade de reafirmação**

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 vieram trazer algumas novidades ao sistema internacional. No caso da Federação Russa, começou-se a proceder a uma alteração do discurso no que concerne às políticas levadas a cabo pelo Kremlin. A luta global contra o terrorismo serviu para Putin procurar um realinhamento com o Ocidente e procurar igualmente a reafirmação do estatuto da Rússia no quadro internacional, nomeadamente, enquanto promotor de decisão e influência na política internacional (Freire, 2011b: 144; Trenin, 2006: 90). Putin foi, aliás, o primeiro líder a telefonar a Bush depois do 11 de Setembro, expressando a sua solidariedade ao Presidente e ao povo americanos (Dougherty, 2002) e esperando daí retirar benefícios para as relações com os norte-americanos. Putin reforçou a ideia de que o sistema internacional não poderia funcionar bem com uma estrutura unipolar e que seria necessária uma cooperação multilateral (e multipolar) para se fazer uma oposição eficaz ao terrorismo, e a Rússia estava empenhada em ocupar novamente um papel de destaque no panorama internacional. Os acontecimentos de 11 de Setembro foram, igualmente, uma oportunidade para o Kremlin apelidar de terroristas os separatistas chechenos, associando-os ao movimento contra o terrorismo, como alvos a abater (Pappon, 2003). Este facto particular da Chechénia acaba por ser importante, uma vez que por variadas vezes a UE acusou a Rússia de tortura e massacres sobre populações civis desta região separatista (Osborn, 2003), tendo frequentemente havido atritos entre estes dois actores internacionais sobre esta questão (Putin *apud* RFE/RL, 2004). Em suma, Putin viu nos atentados de 11 de Setembro a oportunidade de colocar a Rússia num papel de destaque nos palcos de

tomada de decisão internacional, como um dos Estados que lideram a luta contra o terrorismo (Trenin, 2006: 90).

Assim sendo, face aos objectivos estratégicos da Rússia de promover uma ordem multipolar e de usar a luta global contra o terrorismo como uma justificação para as suas políticas na Chechénia, tal como definido nos documentos Estratégicos de 2000, Putin observa a União Europeia como o parceiro ideal, conforme este afirmou num dos seus discursos à Duma (Putin, 2002). Nele, o presidente russo reforçou a necessidade de se imporem metas ambiciosas para o desenvolvimento da Federação Russa (desenvolvimento, um mercado forte, crescimento económico, entre outras), afirmando ainda que iria continuar a procurar um espaço económico comum com a UE, sendo que tais metas necessitariam obviamente de entendimento e abertura. O estilo de liderança pragmático de Putin serviu, então, de mote a esta reaproximação, uma vez que, de acordo com a análise de Hermann *et al.* (2000: 93-94), o Presidente deu primazia à prossecução de certos objectivos políticos, em vez de dar enfoque à manutenção do *status quo*, sendo que estes objectivos políticos se centravam no reforço do papel da Rússia no panorama internacional. Se Putin não fosse um líder pragmático, provavelmente não teria sido capaz de aproveitar aquele momento de viragem no sistema internacional para tomar todas estas atitudes aqui referidas em “tempo-recorde” (Simão, 2012). Por outras palavras, Putin “usou” a guerra contra o terrorismo para fazer os possíveis para reerguer a Rússia enquanto grande potência. No seguimento destes eventos, as cimeiras UE-Rússia, realizadas em 2002, acabariam por ser produtivas, delas resultando decisões concretas como o reconhecimento por parte da UE de que a Rússia detém uma economia de mercado e

o acordo sobre o regime de trânsito entre o enclave de Kaliningrado<sup>16</sup> e a Federação Russa (Freire, 2011b: 144), duas vitórias para a presidência de Putin, que já começava a “marcar pontos”, quando comparada com a de Ieltsin.

### **2.3.2. A institucionalização da cooperação EU-Rússia**

Entre 2000 e 2003, Putin procurou largamente a cooperação com a UE com o objectivo de assegurar investimento de capitais domésticos e estrangeiros para a Rússia, através da criação de um clima económico estável. Tornava-se claro que a política externa russa podia contribuir de forma favorável para os objectivos económicos do país, promovendo uma imagem externa positiva. Com este clima atingido, Putin tinha a tarefa facilitada para consolidar a sua própria posição enquanto Presidente (Sakwa, 2011: 883).

Assim, para assegurar estes propósitos, a institucionalização das relações UE-Rússia começa a tomar forma em Maio de 2003, na Cimeira de S. Petersburgo, onde ambas as partes chegaram a acordo quanto ao reforço da sua cooperação bilateral, com o objectivo de criar os denominados “Espaços Comuns”, no contexto do Acordo de Parceria e Cooperação. O objectivo principal destes Espaços Comuns passava pela criação de um mercado aberto e integrado entre a UE e a Rússia, de modo a criar condições que aumentassem as oportunidades para operações económicas, a promoção do comércio e do investimento, o reforço da cooperação no campo energético, entre outros aspetos que contribuía para um bom relacionamento entre os dois actores (Acção Externa da União Europeia, 2005). Foram estabelecidos

---

<sup>16</sup> Região situada entre a Lituânia e a Polónia e que se mantém sob a alçada da Federação Russa, na condição de *oblast*, ou região federal (Pravda, 2005). Ver Anexo 5

quatro Espaços Comuns na área Económica, de Liberdade, Segurança e Justiça, de Cooperação na Área de Segurança Externa e de Educação, Investigação e Cultura (Acção Externa da União Europeia, 2012). Apesar destas medidas e do seu aprofundamento na Cimeira de Moscovo, em 2005, parece existir uma certa falta de estratégia bem delineada, que possibilitasse uma prática comum efectiva, permanecendo a parceria, em muitos aspectos, no domínio do retórico.

Ainda em Novembro de 2003, assinou-se uma Declaração Conjunta entre a Rússia e a União Europeia, com o propósito de reforçar o diálogo e a cooperação em matéria política e de segurança (Cimeira UE- Rússia, 2003). No entanto, concordando com a opinião de Freire, “os resultados práticos deste aprofundamento na cooperação de segurança foram não só modestos como também estiveram envoltos em controvérsia” (Freire, 2011b: 145-146). A missão de policiamento na Bósnia-Herzegovina é um bom exemplo do falhanço prático desta Declaração, dado que, apesar do interesse da Rússia em participar activamente nesta missão, foi relegada para um estatuto de mero observador (Chizhov *apud* Freire, 2011b: 146). Tais situações em nada contribuíram para o desenvolvimento de uma boa relação entre UE e Rússia, e é possível concluir que este caso foi um dos vários que estiveram na base de uma política mais assertiva no segundo mandato de Putin.

A Rússia exige, portanto, ser tratada como um parceiro igual, e, com o início do segundo mandato de Putin a aproximar-se, as tensões entre UE e Rússia começam a agudizar-se. Freire chega mesmo a afirmar que “o fosso entre a retórica e a realidade no quadro dos «espaços comuns» aumentou” (Freire, 2011b: 146). Em Fevereiro de 2004, a UE avisa a Rússia sobre a importância crucial de certas áreas para um bom relacionamento bilateral. Questões como os direitos humanos, o Estado

de Direito, a liberdade de imprensa ou a situação na Chechénia são abordadas em cimeiras, fóruns e discussões e não se pode dizer que tenham sido bem acolhidas por parte da Rússia (Lobjakas, 2004). A questão chechena, aliás, viria apenas a agudizar ainda mais as relações UE-Rússia, sendo que, para a Rússia, se fala de actos de terrorismo, enquanto para a UE, se está a lidar com uma situação de desejo de independência de um povo (RFE/RL, 2004). Além destes casos, o desmembramento da empresa petrolífera Yukos<sup>17</sup>, em 2003, e as eleições na Ucrânia, em 2004, (que serão abordadas mais adiante neste capítulo) foram outras fontes de discórdia entre UE e Rússia, levando a duras críticas por parte dos países europeus e a uma resposta cada vez mais assertiva por parte da Rússia às contínuas críticas ocidentais sobre o fraco registo democrático russo (Massari, 2007: 3-4).

O primeiro mandato de Putin termina, assim, com algumas tensões entre a Federação Russa e a União Europeia. Estas crescentes tensões irão influenciar todo o comportamento da política externa russa face à UE ao longo do seu segundo mandato. Putin parece abandonar de alguma forma a ideia de que uma cooperação pragmática com a UE poderia ser vantajosa para o programa de modernização da Rússia, em parte devido à crescente assertividade russa, financiada pelo significativo encaixe financeiro proveniente do petróleo e gás natural, e apoiada pela percepção, em Moscovo, de que o Ocidente estava de forma acelerada a imiscuir-se na área de interesses privilegiados da Rússia. Tal facto pode ser analisado através do papel das ideias e das crenças, uma vez que, no seio do Kremlin, foi sendo construída a

---

<sup>17</sup> Em 2003, Mikhail Khodorkovsky era um poderoso oligarca russo, com uma fortuna elevadíssima e dono da petrolífera Yukos, uma das maiores da Rússia. A partir de Junho desse mesmo ano, o Kremlin iniciou um processo de desmantelamento da Yukos e, em Outubro, chegou mesmo a prender Khodorkovsky, com base em acusações de fraude fiscal, roubo, extorsão, entre outros crimes. O Procurador-geral perseguiu todos aqueles que tinham ligações com os elementos da companhia e acusou a própria companhia de estar em dívida para com o Estado em 33 biliões de dólares em impostos (Goldman, 2008: 105-123).

referida percepção de que o Ocidente em geral e a UE em particular estavam constantemente a tentar influenciar a agenda política russa, com questões que são uma constante no panorama ocidental, como os direitos humanos, liberdade de expressão, etc. Tal facto ia completamente contra a motivação da liderança russa em querer colocar a Rússia novamente numa posição central do sistema internacional, privilegiando noções de soberania, identidade e orgulho nacional. Se, entre 2000 e 2004 a cooperação foi largamente procurada, pois acreditava-se que esta seria a melhor maneira de colocar a Rússia numa posição central nas grandes tomadas de decisão do sistema internacional, a verdade é que no segundo mandato, ao verificar-se que a cooperação não trouxe os dividendos desejados, Putin entrou por variadas vezes em conflito de interesses com o seu parceiro ocidental. Basicamente, Putin reflectiu toda a sua assertividade e pragmatismo na política externa russa face à UE, dado que chegou à conclusão que não seria numa busca contínua de consensos que conseguiria servir os melhores interesses da Rússia, baseados nas suas motivações de fazer da Rússia novamente uma grande potência, e que, provavelmente, uma postura mais firme e, de certo modo, agressiva, serviria de maneira mais eficaz as suas ideias para a Rússia.

#### **2.4. As relações UE-Rússia no segundo mandato (2004-2008): agudização das relações**

Em Março de 2004, Putin consegue a reeleição para o cargo de Presidente da Federação Russa, com 71,3% dos votos (Centre for the Study of Public Policy, 2012). O início do segundo mandato de Vladimir Putin coincidiu com o grande alargamento da UE de Maio de 2004, em que 10 novos Estados, muitos deles ex-

membros do Pacto de Varsóvia e da própria URSS, se tornaram membros da União. Tornou-se óbvio que este alargamento iria ter consequências nas relações UE-Rússia, fossem elas directas ou indirectas. A questão do APC foi talvez a que maior polémica trouxe, pois surgiu a dúvida sobre a extensão do APC aos novos Estados-membros, entre outras questões relevantes a causarem autênticas dores de cabeça para os políticos da UE (Lobjakas, 2004).

Somente em Abril de 2004, no Luxemburgo, se assinou o Protocolo ao APC que previa a sua extensão aos novos Estados-membros, com ambas as partes a reafirmarem, ao mesmo tempo, o seu compromisso face aos Espaços Comuns em vigor desde 2003. (Conselho da UE, 2004). Outras áreas, onde foram possíveis alguns avanços, incluem questões da protecção das minorias e da circulação de bens entre a Rússia e o enclave de Kaliningrado, a ratificação do Protocolo de Quioto por parte da Rússia (apesar de já ter sido assinado no primeiro mandato) (BBC, 2004) e o diálogo em matéria de direitos humanos, minorias e direitos fundamentais, temas que frequentemente opunham Rússia e UE. Estes avanços trouxeram alguma esperança de que as fricções que se começavam a verificar abrandariam (Freire, 2011b: 148), demonstrando a importância ainda atribuída pela Rússia à transmissão de uma imagem externa positiva da Federação Russa e das políticas de Putin em particular. No fundo, tratava-se de a Rússia mostrar o pau e a cenoura de maneira intermitente, consoante a resposta da União. A motivação de Putin continuava a ser a de reforçar a imagem da Rússia no sistema internacional e, para tal, necessitava de manter os seus parceiros económicos, razão pela qual, havendo alguns temas onde a discórdia com a UE era grande, discutiam-se amplamente temas que agradassem a ambas as partes, numa maneira de garantir uma imagem externa positiva.

Em Maio de 2005, na Cimeira de Moscovo, foram aprovados os roteiros relativos aos espaços comuns, nos quais eram explicados pormenorizadamente todos os pontos-chave para a prossecução com sucesso das ideias dos referidos espaços, bem como a maneira ideal de alcançar os objectivos propostos para cada um deles (Acção Externa da União Europeia, 2005). Segundo Vladimir Putin, os roteiros permitiriam um progresso significativo na construção de uma Europa unida, a criação de condições que permitissem um maior contacto entre os povos, o aumento de possibilidades de cooperação humanitária, comercial e económica e, finalmente, a protecção efectiva de direitos humanos, incluindo os das minorias étnicas (Lobjakas, 2005). Contudo, de acordo com Derek Averre, nestes roteiros existe igualmente uma dimensão técnico-burocrática da agenda, bem como uma falta de compromissos judicialmente vinculativos (Averre, 2006: 134), o que apenas viria a dificultar as relações UE-Rússia, continuando a assentá-las num prisma de desconfiança, que apenas contribuiria para causar danos à cooperação entre estes dois actores. Em suma, trata-se, novamente, de reforçar uma imagem externa cooperante, sem, contudo, abdicar dos pressupostos e crenças que motivam o mandato de Putin, de acordo com a posição de Barber (1977: 8) sendo que o principal é a protecção dos interesses da Rússia.

De acordo com Freire, um exemplo claro de que as relações UE-Rússia estão cobertas de pragmatismo e da busca de desenvolver imagens positivas prende-se com o facto de, em 2004, se ter “assinado um protocolo de apoio da União à entrada russa na OMC, após seis anos de conversação” (Freire, 2011b: 149); contudo, esta demonstração de apoio surgiu como solução pragmática face ao facto de se estar a viver o alargamento no seio da UE. Foi, basicamente, uma maneira de acalmar a

Rússia, desenvolvendo uma imagem cooperante, que, por sua vez, dependeria sempre do processamento da informação por parte da liderança.

Esta gradual degradação das relações UE-Rússia teve um momento marcante naquilo que ficou conhecido como as guerras do gás, em Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006. Kagan defende que, em teoria, a Rússia depende tanto do mercado europeu como este depende da Rússia, mas que, na prática, os russos vêm-se no comando, e os europeus parecem concordar com isso (Kagan, 2009: 33-34). Efetivamente a Rússia do segundo mandato de Putin tornava-se agora mais assertiva, usando as suas reservas energéticas para contrabalançar a expansão de poder ocidental para a sua área de influência.

#### **2.4.1. As relações UE-Rússia e o caso da Ucrânia**

A Ucrânia é um país estratégico para a UE e para a Rússia, em diversas matérias, e tem estado no centro de uma dinâmica competitiva entre os dois parceiros. Depois da Revolução Laranja, em 2004, que trouxe para o poder um candidato pró-União Europeia, Viktor Yushchenko, em detrimento de, Viktor Yanukovich, candidato apoiado por Moscovo (Quinn-Judge, 2004), esta competição tornou-se mais visível. Exemplos disso incluem as guerras do gás (2005/2006 e 2008/2009). De acordo com o próprio Putin (*apud* Baev, 2008), a decisão russa de renegociar os preços do gás natural vendido à Ucrânia e de eventualmente cortar o fornecimento, deveu-se ao facto de as novas autoridades pró-revolução laranja procurarem uma aproximação ao Ocidente, nomeadamente à UE e à NATO, contrariando os interesses da Rússia em assegurar uma posição privilegiada na

região. Além disso, o alargamento da UE a leste, em Maio de 2004, conferiu novas fronteiras (inclusive com a Ucrânia) e, conseqüentemente, trouxe a necessidade de definir novas políticas para desenvolver as suas relações fronteiriças (Nunes, 2003). A Rússia decide, então, tomar medidas para afastar qualquer pretensão europeia face às ex-repúblicas soviéticas.

Assim, se a Ucrânia desejava levar a cabo uma política externa de pendor ocidental, então seria tratada conforme qualquer outro parceiro ocidental. Por norma, dado que a Rússia subsidiava boa parte da sua exportação de gás natural<sup>18</sup>, a Ucrânia pagava uma taxa bastante reduzida pela importação desse gás – 50\$ por cada 1000m<sup>3</sup> (Goldman, 2008: 144). Contudo, em Dezembro de 2005, a Rússia exige que a Ucrânia pague o preço do mercado europeu, que consistia em 230\$ por cada 1000m<sup>3</sup> (AFP, 2006). A Ucrânia, recusando-se a pagar o preço de mercado, vê-lhe ser cortado o fluxo de grande percentagem de gás em Janeiro de 2006 e, conseqüentemente, a Europa vê-se privada de um fluxo ainda maior, em pleno inverno<sup>19</sup> (Mérinis, 2007: 4-5). A UE acusa a Rússia de estar a levar a cabo *power politics*, como forma de manter a Ucrânia sob a sua esfera de influência, mas a Rússia contra-argumenta que a UE apoiava a adesão de Moscovo à Organização Mundial de Comércio, mas recusava-se a que a Rússia praticasse os preços de mercado nas ex-repúblicas soviéticas (Youngs, 2009: 98), incorrendo numa atitude que se pode considerar em certa medida “hipócrita”.

A Ucrânia manteve uma postura desafiadora face à Rússia, certamente confiante no apoio ocidental, que já havia sido fulcral na Revolução Laranja. Na

---

<sup>18</sup> É importante referir que a Ucrânia é o principal país de trânsito de gás natural da Rússia para a UE, sendo que cerca de 80% do mesmo passam pelo seu território (G1, 2009)

<sup>19</sup> Ver Anexo 6

altura, a UE fez uma rejeição unívoca dos resultados das eleições presidenciais, em que ganhou Yanukovich, e na declaração da presidência holandesa da UE, a Revolução Laranja era apresentada como a representação dos valores que a Europa preza: a democracia, o Estado de Direito e a liberdade (Stefan Batory Foundation, 2005). No entanto, no caso da guerra do gás, a UE limita-se a admitir que não viria em salvamento da Ucrânia se a sua economia energética começasse a colapsar (Baev, 2008). A UE ficou, portanto, apreensiva com a disputa entre a Rússia e a Ucrânia, mas preferiu não fazer mais do que apelar ao restabelecimento do trânsito do gás e ao entendimento entre estes dois Estados, contrariamente ao que a Ucrânia esperava.

Por outro lado, a Rússia demonstrou que, para fazer valer a sua posição no sistema internacional, já não ia procurar um entendimento constante com o Ocidente, conforme aconteceu no tempo de Ieltsin e no início do primeiro mandato de Putin. Basicamente, a motivação de Vladimir Putin permaneceu a mesma, promover a afirmação da Rússia no sistema internacional, sendo que crenças como interesse nacional, identidade e segurança estão na base dessa motivação. Contudo, Putin parece ter optado por alterar a sua estratégia para uma mais assertiva, o que parece coadunar-se com o seu próprio estilo de liderança mais assertivo e pragmático, na medida em que procura obter dividendos políticos (Hermann *et al.*, 2000: 93-94) e mantém a sua predominância no processo de tomada de decisão (Hermann *et al.*: 2000: 85). Os ideais dos grupos de influência parecem, igualmente, enquadrar-se nesta estratégia da Rússia, sendo que os *siloviki*, por um lado, vêm asseguradas as suas pretensões de fazer da Rússia uma grande potência, com uma palavra a dizer no sistema internacional, e os liberais, por seu lado, obtêm dividendos económicos para o país, obrigando a Ucrânia a pagar os preços de mercado pelo gás natural.

Em suma, a evolução das relações UE-Rússia ao longo dos mandatos de Putin “mostrou sinais de progresso, com o reconhecimento de que parceria e cooperação são necessárias”; contudo, persistem divergências, nomeadamente em questões consideradas de interesse nacional para a Federação Russa, como democracia, direitos humanos e liberdade de expressão (Freire, 2011b: 162) A existência de uma agenda abrangente e exigente carece de uma estratégia bem definida, acabando a UE, assim, por desempenhar um papel mais reactivo face a alguns comportamentos de Putin, estando este de certo modo ao leme das situações (Freire, 2011b: 164).

Se, na era Ieltsin, a Rússia caracterizava-se por uma política externa (e interna) altamente instável, pouco previsível e onde a existência de poderes paralelos praticamente se sobrepunha aos poderes do Kremlin, Putin trouxe alterações no relacionamento com os parceiros ocidentais. Deixou de ser dada prioridade ao relacionamento com os EUA e passou a encarar-se a UE como o parceiro ideal; as parcerias a (quase) qualquer custo para reforçar o papel da Rússia no sistema internacional acabaram, sendo que, e em especial no segundo mandato de Putin, a cooperação, nunca deixando de ser procurada, foi de certo modo relegada para segundo plano, sendo possível contabilizar vários episódios de tensão entre UE e Rússia, com este último actor a desempenhar um papel bastante assertivo.

Resumidamente, se alguns dos parceiros ocidentais da Rússia não contavam com este pragmatismo e assertividade de Putin, a verdade é que não tiveram outra hipótese se não aprenderem a lidar com estas posições, pois, como será visível também no próximo capítulo, sobre a presidência de Dmitry Medvedev, Putin está na definição e condução da política externa russa “de pedra e cal”.

### **Capítulo 3. Dmitry Medvedev: a projecção de uma imagem positiva**

Quando Dmitry Medvedev chegou ao Kremlin, dois tipos de vento sopraram desde a Rússia para a União Europeia. Um deles, uma lufada de ar fresco de mudança, depois de um mandato de Putin onde as tensões entre Rússia e UE foram constantes. O outro era composto por uma brisa de dúvidas e expectativas sobre quem seria este antigo professor de Direito que era, agora, Presidente da Federação Russa. Mais importante até do que saber quem seria este homem, saber como iria este homem conduzir a política externa russa face à UE, e se realmente seria um verdadeiro Presidente, com poder real, ou uma marioneta cujos cordelinhos estariam nas mãos de Putin.

Este capítulo visa dar a conhecer o percurso deste homem, Dmitry Medvedev, desde os seus tempos de estudante em S. Petersburgo até ao seu anúncio de que não se recandidataria à presidência, em 2012 e que apoiaria uma nova candidatura de Vladimir Putin. Pelo meio, é levada a cabo uma análise do seu estilo de liderança, da sua personalidade, do seu lugar junto dos dois *lobbies* mais importantes da Rússia (aos quais, no entender desta dissertação, se junta o próprio Putin), das expectativas que se geraram nas capitais europeias e, para melhor analisar as influências geoestratégicas e de segurança energética na sua política externa face à UE, serão analisados dois episódios que marcaram de forma determinante o seu mandato: a guerra russo-georgiana de 2008 e a guerra do gás de 2009.

Espera-se que, no fim deste capítulo, seja possível constatar em que medida o exercício da liderança de Medvedev face à UE foi afectado por dinâmicas paralelas de política externa. Desde os constrangimentos impostos pelo Primeiro-Ministro (Putin) ao próprio desenrolar dos dois acontecimentos atrás referidos, parece que,

apesar de só ter cumprido um mandato na presidência, Medvedev foi posto à prova mais vezes do que provavelmente esperaria.

### **3.1. O Surgimento de Medvedev**

Nascido a 14 de Setembro de 1965, em S. Petersburgo (na altura, Leninegrado) Medvedev cresceu como filho único no seio de uma família de classe média, rodeado de livros e documentos, em virtude dos empregos do pai (especialista em química) e da mãe (professora). Contrariamente a Putin, cuja infância havia sido passada maioritariamente nas ruas, em *gangs*, Medvedev, de acordo com uma antiga professora sua, era um aluno estudioso, muito curioso e que não perdia mais do que dez minutos a brincar com os amigos, antes de ir fazer os trabalhos de casa (Smirnova *apud* Treisman, 2011: 125). A importância de analisar a infância de Medvedev prende-se com a descoberta daquelas que eram as suas motivações, que, de acordo com Barber (1977: 8), moldam o carácter do ser humano, levando-o a definir as suas prioridades. Se, para Putin, a prioridade era a prática de artes marciais e aderir ao KGB, Medvedev valorizava a sua aprendizagem e a sua formação académica. Diferentes motivações, por seu lado, conduzem a diferentes ideias e, por sua vez, a diferentes estilos. Medvedev, por exemplo, valorizava uma boa aparência, fumando e bebendo moderadamente, ao mesmo tempo que sonhava com um par de calças Levi's ou com o álbum *The Wall*, dos Pink Floyd (Vandenko *apud* Treisman, 2011: 127). Eram, pois, notórias as diferenças nos percursos e nos estilos de Putin e de Medvedev ao longo da sua juventude, separados por 13 anos de diferença.

Medvedev entrou na Universidade Estatal de Leninegrado em 1982, para, tal como Putin, estudar Direito (Treisman, 2011: 127). Conhecido como um aluno correcto, diplomático e trabalhador, teve um bom percurso nesta Universidade, tendo, após acabar os seus estudos, lá permanecido para escrever uma dissertação (Svanidze e Svanidze, 2008: 42-43). Foi através desta dissertação que Medvedev conheceu Anatoly Sobchak, que, conforme já foi referido nesta tese, era Professor de Direito na Universidade de Leninegrado. Seria com Sobchak que Medvedev começaria o seu percurso político, tal como sucedeu com Putin. Aquele Professor candidatou-se a um lugar no Congresso dos Deputados do Povo e Medvedev foi um dos elementos que andou pelas ruas a publicitar o candidato, levando a cabo diversas acções de campanha (Treisman, 2011: 131). Este gesto de Medvedev é indicador da sua motivação para tomar parte activa nas decisões políticas da Federação Russa, definindo provavelmente as suas crenças nos valores da democracia. Nas palavras de Svanidze e Svanidze (2008: 217), Medvedev estava “embriagado” com a liberdade do pós-URSS. Após a ida de Sobchak para Moscovo, Medvedev permanece na Universidade de Leninegrado como Professor, a partir de 1990. Continuará ligado ao ensino até 1999 (Treisman, 2011: 131).

Em 1990, contudo, Sobchak decide voltar a S. Petersburgo, para a Câmara da cidade. O velho Professor não se esqueceu do seu aluno Medvedev e convida-o para integrar a sua equipa. Também não se esquecerá de outro dos seus antigos alunos: Vladimir Putin. Foi aqui que começou a relação entre os dois futuros Presidentes da Federação Russa. Putin é designado para liderar o Comité de Relações Externas da cidade e Medvedev recebe um lugar na sua equipa. A relação entre ambos foi positiva e pode-se dizer que se tornaram amigos, chegando mesmo a passar férias

juntos<sup>20</sup> (Treisman, 2011: 132). Enquanto membro deste Comité, Medvedev desenvolveu a experiência necessária em assuntos legais para se tornar um bom jurista, chegando mesmo a fornecer aconselhamento jurídico a privados, acabando por gradualmente cimentar uma relação de proximidade com o setor económico privado – uma tendência forte na Rússia pós-Soviética (Treisman, 2011: 132-134). Talvez tenha sido por esta altura que Medvedev começou a fortalecer as suas crenças na economia de mercado e nos valores ocidentais da política económica. Estas suas *world views*, bem como os princípios que foi desenvolvendo ao longo do seu crescimento e as próprias crenças causais que dependeram das suas primeiras experiências políticas, de acordo com a teoria de Goldstein e Keohane (1993: 8-10), foram provavelmente os factores que mais condicionaram a sua maneira de fazer política, isto é, o seu estilo pessoal e de liderança mais moderado, conciliador e modernizador. Só em 1999, com a sua ida para Moscovo, para servir na equipa do Primeiro-Ministro Putin, é que Medvedev se afastaria da sua participação em empresas privadas e da própria Universidade (Treisman, 2011: 134).

Desde o convite de Ieltsin para Putin desempenhar o cargo de Primeiro-Ministro até à chegada do mesmo à presidência, pouco tempo passou, mas muitos acontecimentos tiveram lugar. Putin rapidamente convidou Medvedev para fazer parte da sua equipa, nomeadamente na área da segurança, mas já a pensar na sua campanha presidencial. A verdade é que a experiência que Medvedev tinha adquirido na campanha de Sobchak viria a ser extremamente útil a Putin, dado que este apreciava pouco o frenesim das campanhas eleitorais e raramente se sentia à vontade no decorrer das mesmas (BBC, 2000).

---

<sup>20</sup> Ver Anexo 7

Com a vitória de Putin, em 2000, Medvedev foi imediatamente convidado para integrar a comitiva do Kremlin, enquanto Director-Adjunto da Administração Presidencial. Durante os mandatos presidenciais de Putin, Medvedev desenvolveu uma excelente capacidade para se adaptar à realidade altamente burocrática da política russa (Gevorkyan, 2008). Graças ao seu talento enquanto jurista, Medvedev conseguiu participar e até liderar várias situações pouco transparentes, defendendo-as com mestria, mas mantendo sempre alguma distância e não deixando transparecer a sua associação às mesmas (Treisman, 2011: 135-136). Alguns exemplos dessas suas acções podem ser vistos em eleições para os governos regionais (Treisman, 2011: 136); no caso do desmembramento da Yukos, sendo que, neste caso concreto, Medvedev não só afirmou que todos, por muito poderosos ou ricos que sejam, devem obedecer à lei, como ainda criticou alguns dos seus colegas, dizendo que o congelamento das acções da Yukos poderia trazer consequências desagradáveis à economia (RIA Novosti *apud* Treisman, 2011: 136). Estas afirmações conseguiram acalmar os mercados, ao mesmo tempo que asseguravam a posição do Kremlin de que não seria o poder financeiro de alguns oligarcas que impediriam as acções do governo. No caso das eleições ucranianas de 2004, Medvedev foi um dos responsáveis na influência do resultado das mesmas, uma vez que foi destacado, juntamente com outros elementos da estrutura do Kremlin, para assegurar a vitória de Yanukovich (Petrov e Ryabov, 2006: 151).

Basicamente, Medvedev desempenhava, no Kremlin, o papel que se pode intitular de “polícia bom”, contrariamente ao de “polícia mau” que muitos ansiavam por desempenhar (Treisman, 2011: 136). É possível que este papel de “polícia bom” fosse mais do que um mero golpe de teatro, sendo provável, devido à construção das

ideias de Medvedev que se tem vindo a analisar, que este acreditasse que era capaz de minimizar a falta de democracia de decisões em que tomava parte. O facto de este procurar a manutenção das ideias democráticas na realidade russa pode ser um indicador do seu estilo mais conciliador e moderado (Herman *et al.*, 2000: 93-94), influenciado pelas suas crenças nos valores ocidentais.

A par da sua carreira política, Medvedev desempenhou alguns cargos de relevo na Gazprom, aprofundando a sua ligação ao mundo empresarial, que havia sido iniciada em S. Petersburgo (Medvedev, 2012). Entre 2003 e 2005, desempenhou o cargo de Chefe de Gabinete do Executivo Presidencial, cargo que deixou quando foi nomeado Primeiro-Ministro Adjunto (Medvedev, 2012). Foi mais ou menos por esta altura que se começou a perceber que Dmitry Medvedev seria candidato à presidência da Federação Russa e, muito provavelmente, Presidente, dado que Putin também havia começado a sua ascensão à presidência quando nomeado Primeiro-Ministro por Ieltsin.

### **3.1.1. Medvedev à presidência**

Durante a sua campanha eleitoral para o Kremlin, Medvedev deu a conhecer algumas das suas visões do mundo, facto que despertou a atenção da comunidade internacional, não só por ser relativamente desconhecido no panorama mundial, como também por não se acreditar que este seria o sucessor de Putin (Treisman, 2011: 138), devido à proeminência de Sergei Ivanov, antigo colega de Putin no KGB (membro dos *siloviki*, a facção com mais representatividade no Kremlin), antigo Ministro da Defesa de Putin e, na altura, adjunto principal do Primeiro-Ministro

(Stuermer, 2009: 267). Além da “concorrência” de Ivanov, eram vários os russos que consideravam Medvedev demasiado brando, demasiado pró-ocidental e demasiado liberal para ser um candidato plausível nas eleições de 2008 (Treisman, 2011: 138). Nas suas primeiras acções de campanha, Medvedev atacou o niilismo legal que existia na Rússia, nomeadamente, a falta de respeito pelo cumprimento da lei (The Moscow Times, 2008), e, devido aos seus largos conhecimentos de Direito, justificou a sua reserva em usar o conceito “democracia soberana”, uma vez que, para ele, “soberania” implicava um conceito legal que não se aplicava ao conceito de democracia, pois levava a que se criasse uma má imagem do mesmo. Medvedev caracterizava a Rússia, portanto, como uma “democracia pura” na presença de uma “soberania nacional” (Medvedev, 2006). Em Davos, em 2007, Medvedev voltaria a distanciar-se do discurso da “democracia soberana”, ao falar no seu credo liberal e afirmando acreditar numa democracia sem restrições para a Federação Russa (Stuermer, 2009: 268). Ao longo dos anos, conforme já se pôde perceber, Medvedev construiu em si uma ideologia bastante aproximada dos valores ocidentais, pelo que essas crenças terão motivado a entrada de novos valores à política russa, onde se incluiu os conceitos de liberalismo económico, democracia e modernização. Por sua vez, estas suas motivações e crenças transpareciam para os seus discursos, o que acabou por caracterizar Medvedev como um líder com um estilo pragmático e conciliador.

Assim sendo, Medvedev sempre deu a entender durante a sua campanha que era apologista de uma mudança na maneira de definir e conduzir a política russa, nomeadamente no que toca à persecução de políticas mais liberais, afirmando, num fórum económico em Krasnoyarsk, que a liberdade é melhor que a falta dela

(Medvedev, 2008b). Estes discursos tiveram um impacto positivo junto da UE, que, contudo, manteve sempre uma certa reserva face às verdadeiras intenções da dupla Putin/Medvedev. Basicamente, se, por um lado, houve esperança na mudança de atitude da Rússia face ao Ocidente depois de um segundo mandato de Putin carregado de situações de tensão, por outro, a UE sabe que tem de ser cordial mas cautelosa nas suas relações com o novo Presidente, pois nem sempre a retórica coincide com as políticas postas em prática (Wilson, 2008: 8). Nesse sentido, o estilo pessoal do presidente tem de ser visto como um factor relevante no conjunto de elementos definidores da política externa russa, nomeadamente nas suas relações com a UE, mas que é constrangido por elementos de natureza exógena e endógena, tais como grupos de influência dentro do Kremlin, ou directrizes de política externa pré-existent.

Assim que chegou à presidência da Federação Russa, a 2 de Março de 2008, Dmitry Medvedev procurou desenvolver as suas ideias de modernização e de maior abertura e liberalização (Medvedev, 2008c), projectando um “novo vector na política externa russa” (Freire, 2011: 164). Para Medvedev, a modernização da Rússia refere-se a muito mais do que inovação económica e tecnológica, pois implica também reformas urgentes no próprio sistema político (Krumm, 2010). O documento intitulado “Avante, Rússia!” (Medvedev, 2009), preparado pelo próprio Medvedev, declarava que, apesar da necessária estabilidade que havia sido prioridade (e bem) na última década, tal factor já não era suficiente, havendo necessidade de levar a cabo uma política de modernização em todas as frentes da definição e condução da política russa. Um factor que contribuiu positivamente para a divulgação desta mensagem foi o próprio estilo de liderança de Medvedev. Considerado um homem

dotado de um estilo extremamente pragmático, é capaz de transmitir a sua mensagem de uma maneira calma e de se manter preparado para ouvir e dialogar com o público, não entrando em projectos megalómanos, apesar de a sua determinação em lutar contra a corrupção e em instaurar o seu programa de modernização serem considerados como sendo altamente ambiciosos (Krumm, 2010: 3). Estas acções revelam aquela que, de acordo com Barber (1977: 8), é a motivação de Medvedev, que, por sua vez, o leva a estabelecer estas prioridades e a expô-las da maneira pragmática como o fez. Além disso, é possível igualmente identificar as *world views* que coordenam a maneira de fazer política de Medvedev, dada a ênfase do seu discurso na modernização e no combate à corrupção. As visões dos liberais, facção que o Presidente liderava, como já foi analisado ao longo desta tese, são também visíveis nestas suas tomadas de decisão.

O desejo de Medvedev de projectar uma imagem positiva da Rússia face ao exterior ficou bem patente no seu discurso no Fórum Económico de Petersburg, em 2010, onde afirmou aos seus parceiros internacionais que desejava que a Rússia se tornasse num país atractivo, ao qual pessoas de todo o mundo se quisessem dirigir na busca de concretizarem os seus maiores desejos (Medvedev, 2010a). Além disso, ainda exigiu aos seus diplomatas que cultivassem contactos com diversos Estados Ocidentais, e com a UE como um todo, com o propósito de pôr em prática o seu desejo de modernização e de abertura (Medvedev, 2010b). Medvedev rapidamente compreendeu que, para poder concretizar a sua agenda de modernização, nomeadamente no que concerne à atracção de investimento estrangeiro, é necessária uma parceria forte com a UE (Krumm, 2010: 11), e, para poder existir tal parceria, é necessária a projecção de uma imagem externa positiva da Rússia. Para além disso, é

necessário também que a UE desenvolva igualmente uma imagem positiva da Federação Russa; algo em que o presidente russo poderia ter um papel central. Tal facto prende-se com a teoria de que a imagem externa de determinado actor no sistema internacional está bastante dependente de questões de percepção e construção de imagem. A construção de determinada percepção ou imagem, por sua vez, relaciona-se com o processamento da informação, isto é, a maneira como o conjunto de actividades, levadas a cabo individual ou colectivamente, afectam a compreensão do meio social e político dos decisores dotados de autoridade (Vertzberger, 1990: 8). Além disso, as ideias desses decisores contribuem na clarificação de princípios e concepções de relações causais na política externa em geral. Daí a importância que a personalidade de Medvedev desempenhou na construção e condução das relações UE-Rússia.

A UE, no que concerne às relações com a Rússia de Putin, frequentemente se focou na motivação e na personalidade do Presidente, em detrimento do sistema e das políticas que este representava. Com Medvedev, a UE esperava ter um entendimento positivo e uma boa comunicação, tendo em conta a personalidade e o estilo deste (Wilson, 2008: 9). As expectativas criadas face ao novo Presidente foram elevadas (Euronews, 2008a), especialmente após o tom brando e cordial com que Medvedev brindou os seus parceiros europeus na primeira Cimeira UE-Rússia após a sua tomada de posse (EFE, 2008). No entanto, a guerra da Geórgia, em Agosto de 2008, surgiu como uma mancha nestas elevadas expectativas, apesar de o presidente Medvedev ter requerido a mediação da UE no conflito e de isso ter contribuído significativamente para reaproximar a UE e a Rússia (Hughes, 2008). Além disso, a retoma de negociações entre UE e Rússia relativamente a um novo documento

orientador da parceria estratégica, bem como o reinício de conversações com a NATO, viriam também a contribuir para a normalização das relações UE-Rússia no contexto pós-guerra da Geórgia (Freire, 2011: 165).

Em Evian, em Outubro de 2008, já depois da guerra da Geórgia, portanto, Medvedev dirigiu-se aos seus parceiros europeus, na World Policy Conference, focando-se na necessidade de aproximação entre a Rússia e a UE, podendo mesmo ser interpretado como uma forma de a Rússia enfraquecer o vector Euro-Atlântico (Medvedev, 2008a). A crise financeira, os problemas internos da Rússia, a falta de uma política concertada por parte da UE e o aproximar das eleições americanas que viriam a trocar George W. Bush por Barack Obama serviram de mote para este discurso de Medvedev onde, basicamente, foi proposta uma nova ordem mundial, baseada não só nos cinco pressupostos que serão pormenorizadamente descritos no início da secção 3.2., mas também na criação deste vector Euro-Russo (Jonavicius, 2008). Além do vector Euro-Russo, Medvedev e Obama fomentaram uma aproximação entre os seus dois Estados, através do “Reset” das relações entre Rússia e EUA, num momento protagonizado em Genebra por Hillary Clinton, Secretária de Estado Norte-Americana, e Sergei Lavrov, o seu homólogo russo (Dougherty, 2009).

Parece, portanto, ser inegável que a personalidade e o estilo mais conciliador de Medvedev desempenharam um papel importante na maneira como a política externa russa é definida e, especialmente, conduzida, na medida em que o estilo de determinado presidente acaba sempre por afectar a percepção que outros actores que interagem com ele desenvolvem. Por sua vez, essa percepção desenvolve-se na formulação de expectativas e da já analisada imagem externa, sendo que, por sua vez, a imagem externa afecta a maneira como se desenvolvem políticas de

interacção, neste caso, dinâmicas de política externa. Um estilo mais assertivo pode levar ao desenvolvimento de reacções mais cautelosas e bastante ponderadas, enquanto um estilo mais conciliador tem mais possibilidades de fomentar a confiança e a busca de diálogo. No entanto, nem sempre a retórica coincide com a prática, e, por vezes, os grupos de pressão e os equilíbrios internos de poder acabam por afectar as decisões do próprio líder, especialmente quando este é visto como sendo menos impositivo. Isto é particularmente visível no mandato de Medvedev, que herda um contexto político em que a acção do Kremlin, em termos de política externa, estava significativamente constringida pela transferência de poderes para o Primeiro-Ministro e pelo facto de o gabinete presidencial ter perdido alguns elementos importantes para a equipa do Primeiro-Ministro. Mas a verdade é que a postura mais branda de Medvedev é visível nos seus discursos, quer de campanha, quer de tomada de posse, quer ao longo do seu mandato, indicando que a criação de uma imagem internacional favorável da Rússia era uma prioridade. Isto para não falar de a sua imagem ter contribuído para amenizar a própria imagem da Rússia no panorama internacional, durante e após algumas situações de tensão.

Para esta dissertação, os estudos de caso que serão utilizados serão a guerra da Geórgia, em 2008, e a guerra do gás de 2009, no âmbito dos temas da geoestratégia e da segurança energética que têm vindo a ser analisados ao longo desta tese. Considera-se que estes estudos de caso são bastante exemplificativos de como a Rússia reagiu perante duas situações no panorama internacional, bem como da maneira como conduziu as suas acções ao longo das mesmas, nomeadamente na manutenção do diálogo com a UE. No caso da guerra de Geórgia, o tema da geoestratégia é bem visível, na gestão que o Kremlin fez da resposta ao ataque

georgiano à Ossétia do Sul e, depois, da mediação da UE; no caso da guerra do gás de 2009, tal como em 2006, a segurança energética da Rússia foi posta em causa pela Ucrânia, tendo novamente surgido atritos entre a Rússia, a Ucrânia e a UE. A maneira como a política externa russa foi conduzida, em todas as suas dinâmicas, nestes estudos de caso vai ao encontro do objectivo que se pretende para esta dissertação, ou seja, a análise da influência das dinâmicas de política externa russa face à UE.

### **3.2. Medvedev e a política externa russa**

No primeiro grande documento estratégico do mandato de Medvedev, o Conceito de Política Externa, redigido em 2008, ficaram patentes os principais princípios que iriam reger a política externa russa, revelando linhas de continuidade face aos mandatos de Putin, mas também uma nova abordagem. O primado do direito internacional, enunciado neste documento, clarifica a posição russa de que as organizações internacionais devem ser o palco para tomar as grandes decisões e resolver disputas; a prossecução de uma ordem internacional multipolar, por sua vez, reforça a ideia enunciada ao longo dos mandatos de Putin, de que um mundo onde exista uma ordem unipolar é inaceitável e que o primado dos EUA deve dar lugar a um debate permanente entre várias potências; a condução de uma política não-isolacionista, procurando relações de amizade com a UE, EUA e outros Estados é o terceiro grande princípio do Conceito de Política Externa 2008, sendo que este mostra a tendência de Medvedev de se afastar da política externa de Putin no seu mandato de 2004 a 2008, marcado por tensões e posições assertivas, e de procurar

uma posição conciliadora e cooperante face ao ocidente; a protecção das diásporas sempre foi ponto de honra na definição da política externa russa, pelo que mantém as posições de Putin; finalmente, o reconhecimento de áreas de influência é outro dos resquícios da “Rússia de Putin”, dado que reafirmava a posição russa de conservar a sua influência no espaço da antiga URSS (Conceito de Política Externa, 2008).

Basicamente, estes princípios mantêm alguns ideais que regeram a política externa russa deste Putin, havendo, contudo, algumas diferenças, especialmente no que concerne à maneira de conduzir essa política. Neste documento, é possível constatar que este pretende contextualizar a consolidação da Rússia como grande potência no sistema internacional e enfatizar a importância da diplomacia em rede, em vez da diplomacia em blocos (reconhece, portanto, que o mundo não pode ser constituído por “ilhas”, onde os Estados se encontram separados, mas que estes devem unir-se para debater sobre a realidade do sistema internacional). Um dos factores que contribui igualmente para a maneira como se elabora este documento prende-se com as eleições americanas, de 2008, que Obama acabou por vencer. Assim sendo, este documento aproveita para colocar um ponto final no velho conceito de ver a política externa russa apenas como o desenvolvimento de relações com alguns Estados e olhar para o sistema internacional como um palco onde se deve fazer frente ao desafio de construir uma nova ordem mundial. Em suma, a grande assertividade que caracterizou o segundo mandato de Putin foi substituída, pelo menos retoricamente, por um estilo mais conciliador.

Ao chegar ao Kremlin, em Maio de 2008, Medvedev rapidamente se deparou com uma série de desafios a que teria que fazer frente, tendo a guerra da Geórgia, em Agosto de 2008, sido, provavelmente, o maior de todos. As dúvidas no seio da UE, e

mesmo da própria Rússia, sobre quem efectivamente era a principal figura da nação (se Putin, se Medvedev) eram uma constante e as contínuas aparições do Primeiro-Ministro Putin não contribuían para que se consolidasse uma imagem forte do Presidente (BBC, 2012). Após tantos anos a trabalhar perto de Putin, Medvedev precisava agora de se demarcar e de ganhar o seu espaço no panorama internacional, revendo a posição da Rússia no sistema internacional, com uma reaproximação ao Ocidente, após o mandato de 2004-2008 de Putin, marcado por fortes e constantes tensões.

No entanto, a política de Medvedev foi rapidamente posta à prova, quando tropas georgianas atacaram as forças russas de manutenção de paz na Ossétia do Sul, levando à resposta russa e conseqüente invasão da Geórgia. Tal facto não contribuiu para que houvesse uma aproximação por parte da UE à nova presidência, mas a verdade é que a mediação bem sucedida do conflito, levada a cabo pelo Presidente francês Nikolas Sarkozy, em nome da presidência rotativa da UE, forneceu ao Ocidente uma imagem positiva do novo Chefe de Estado da Federação Russa, devido à rápida aceitação da referida mediação.

Mais tarde, em 2009, um novo grande desafio se abateu sobre as pretensões russas de assegurar a estabilidade nos seus territórios vizinhos: nova disputa com a Ucrânia devido ao trânsito de gás para a Europa, que careceu novamente de intervenção por parte da UE. O mandato de Medvedev foi, portanto, marcado por diversos episódios que revelaram uma certa dicotomia entre expectativas e realidades, pois nem sempre a retórica coincidia com as acções levadas a cabo. Por um lado, a busca da cooperação existia; por outro, as acções de política externa russa nem sempre coincidiam com o que era desejado/expectável por parte da UE. Para

além destes desafios, os *lobbies* permaneciam uma constante no seio do Kremlin, tomando parte activa e relevante nos processos de tomada de decisão do dia-a-dia. *Siloviki* e liberais continuavam em disputa por influência e, agora, existia ainda a figura do Primeiro-Ministro, considerado por alguns, como já foi referido anteriormente nesta secção, o verdadeiro decisor dotado de autoridade.

### **3.2.1. Poder formal vs Poder real**

Uma das características que provavelmente marcou o mandato de Medvedev foi a diferença entre a sua retórica e o que era efectivamente posto em prática. Daniel Treisman (2011: 141) chega mesmo a afirmar que parecia que Medvedev competia contra si mesmo. Contudo, parece ser inegável que o estilo mais conciliador de Medvedev trouxe algo novo à política russa, quer interna, quer externa. Um dos seus primeiros discursos na Duma, em Novembro de 2008, foi particularmente crítico da realidade russa, afirmando que a burocracia estatal era conduzida com a mesma desconfiança com que o era há 20 anos, criando pesadelos aos empresários, controlando os *media*, pressionando os tribunais, entre outras situações (Medvedev, 2008d). O corolário deste discurso deu-se quando afirmou que este sistema era absolutamente ineficiente e que apenas conduzia à corrupção, gerando igualmente niilismos legais, contradições à Constituição e atrasos ao desenvolvimento de uma economia inovadora e da democracia (Medvedev, 2008d).

Basicamente, Medvedev deparava-se com um problema: ele detinha poder formal, atribuído pela Constituição da Federação Russa. Contudo, faltava-lhe poder real para levar a cabo as suas reformas mais liberais e democráticas, devido a vários

fatores. Em primeiro lugar, em contraste com Putin, que em 2000 havia ganho as eleições com elevado apoio do eleitorado, Medvedev, por seu lado, teve a sua vitória de 2008 largamente atribuída ao apoio de Putin<sup>21</sup> e ainda manchada por algumas irregularidades no processo eleitoral (Treisman, 2011: 144). Em segundo lugar, apesar do apoio dos liberais, a verdade é que os *siloviki* eram em maior número nos corredores do Kremlin, e mesmo o Chefe de Gabinete de Medvedev era um grande apoiante de Putin, que Medvedev estava impedido de substituir (Treisman, 2011: 144). Nas palavras de Olga Kryshchanovskaya, a maior força de Medvedev (i.e., Putin) era, igualmente, a sua maior fraqueza, pois estava fortemente dependente deste (Kryshchanovskaya *apud* Stewart *et al.*, 2007).

Além destes constrangimentos, existia ainda a vertente institucional, pois as decisões presidenciais necessitariam sempre da implementação do Governo, liderado por Vladimir Putin. Para além disso, a Duma estava dominada pelo Rússia Unida, o partido liderado igualmente por Putin (Treisman, 2011: 144). Finalmente, é importante relembrar que Medvedev desempenhou vários cargos a par da carreira de Putin, desde S. Petersburgo. Nas palavras de Treisman (2011: 145), se tanto Putin como Medvedev tivessem “esqueletos no armário”, muito provavelmente estes seriam os mesmos. Assim sendo, seria difícil e inimaginável que os dois homens entrassem em antagonismos, trabalhando em conjunto, apesar das restrições de poder que seriam mutuamente impostas.

Parece ser inegável afirmar que Medvedev não dispôs de tanta margem de manobra no seu mandato presidencial como Putin teve durante os seus, tornando-se a figura do Primeiro-Ministro incontornável. Contudo, a imagem mais conciliadora,

---

<sup>21</sup> Ver Anexo 8

apesar de pragmática, de Medvedev parecia contribuir para que as relações com o Ocidente não se deteriorassem e para que houvesse uma maior aproximação entre a UE e a Rússia. Na Alemanha, por exemplo, após a eleição de Medvedev, apesar das reservas quanto ao cumprimento de todos os trâmites legais ligados à votação, houve declarações que expressavam esperança na modernização da Rússia sob o seu mandato e na condução de reformas necessárias para o desenvolvimento da Rússia e das suas relações com o Ocidente (Reuters, 2008). Aproveitando os meios de comunicação, o Presidente tornou públicas as suas intenções de combater a corrupção e a extensa rede burocrática da Federação Russa, através de discursos e declarações; basicamente, divulgou uma nova imagem externa da Rússia em geral, e sua, em particular, ao colocar no centro das suas preocupações a corrupção enquanto ideia, e as suas crenças de combate à mesma; como seria de esperar, os *media* ocidentais deram especial enfoque a estes gestos, o que levou a que os líderes europeus olhassem para Medvedev diferentemente de como encaravam Putin (Blomfield, 2008; Bevan, 2008; Euronews, 2008b), isto é, com uma nova percepção construída face a esta nova realidade vivida na Rússia.

### **3.2.2. Expectativas vs Realidade**

Quando Medvedev assumiu a presidência da Federação Russa, muitas foram as expectativas no seio da UE face a uma nova era de diálogo nas relações UE-Rússia, nomeadamente no que concerne a assuntos como a liberalização doméstica, a definição e condução da política externa e as relações com o Ocidente (Moshes, 2012). A primeira cimeira do novo Presidente ocorreu em Junho de 2008, sendo que

os discursos giraram em torno de uma expectativa de melhores relações entre UE e Rússia e no reforço da ideia de que estes actores devem ser parceiros chegados, de modo a enfrentarem juntos os desafios que o sistema internacional impõe diariamente (Parlamento Europeu, 2008a). Além disso, houve governantes que, apesar de manterem uma certa reserva e um conjunto de cautelas face ao novo Presidente, falaram em expectativas de modernização e de renovação de diálogo.

No geral, tendo em conta um estudo realizado pelo *EU-Russia Centre*, na opinião de alguns europeus, existiu um certo cepticismo logo no início sobre se Medvedev iria realmente abordar e resolver os problemas que eram considerados mais prementes na política interna russa (sendo que a corrupção ocupa lugar de destaque)<sup>22</sup> (Ordzhonikidze, 2009: 8), e a política interna é importante de mencionar aqui, pois Medvedev acreditava que a política externa devia ser como um espelho da interna (Lukyanov, 2012). Por outro lado, no seio da própria Rússia, acreditou-se mais em Medvedev e a esperança de mudança foi maior, talvez porque a imagem externa propagada pelo Kremlin tenha tido diversas percepções, consoante a realidade russa e a realidade europeia<sup>23</sup>. As percepções são, portanto, um conceito importante na análise das dinâmicas paralelas em política externa, uma vez que pode condicionar o comportamento de determinado actor face ao actor que divulga determinada imagem. Neste caso concreto, a imagem passada pelo Presidente Medvedev foi percebida de maneira diferente por europeus e por russos, sendo que esta disparidade pode estar relacionada com o próprio acesso à informação dentro e fora da Rússia (Ordzhonikidze, 2009: 14). A informação permite às pessoas

---

<sup>22</sup> Ver Anexo 9

<sup>23</sup> Ver Anexo 10

formular ideias, que por sua vez conduzem a crenças e a dados comportamentos que, conseqüentemente, variam (Vertzberger, 1990: 8; Goldstein e Keohane, 1993: 5). Daí ser possível constatar que as análises feitas por russos e por não-russos sejam diferentes.

No entanto, a verdade é que, de acordo com o referido estudo, tanto russos como não russos chegaram à conclusão que seria mais provável Medvedev melhorar as relações com a UE e desenvolvê-las de maneira diferente de Putin (especialmente, tendo em conta o segundo mandato deste), do que levar a cabo grandes reformas no seio da própria Rússia, nomeadamente no que toca às liberdades, apesar do discurso democrático e modernizador de Medvedev (Ordzhonikidze, 2009: 14). No que a esta dissertação diz respeito, parece ser óbvio que o estilo de liderança de Medvedev veio dar outra imagem à política externa russa, uma imagem de maior cooperação e de esperança, mesmo sabendo que existem outras dinâmicas paralelas às políticas russas que, depois, pudessem vir a influenciar em certas medidas as relações UE-Rússia.

Apesar desta imagem relativamente positiva, o conflito russo-georgiano desencadeado em Agosto de 2008 veio trazer algumas reservas sobre o futuro comportamento da Rússia em outras situações do sistema internacional. Houve quem considerasse que, apesar de Medvedev já estar no poder, quem realmente havia formulado a política externa que esteve presente nos primeiros meses do seu mandato, nomeadamente no conflito com a Geórgia (que será abordado mais pormenorizadamente na secção 3.3), havia sido Putin, e que Medvedev ainda estaria apenas a seguir as suas directrizes, não tendo tido tempo para consolidar e projectar a sua própria política externa (Krumm, 2010: 11). Contudo, por alguns discursos feitos antes, percebe-se que Medvedev já esperava marcar a política externa russa com o

seu cunho pessoal, com uma visão diferente sobre o caminho que a Rússia deveria percorrer. Além disso, o entendimento com a UE após o conflito decorreu com relativa normalidade e sem grandes problemas. Não parece totalmente descabido afirmar que o estilo de liderança de Medvedev terá tido alguma influência nesse desfecho, principalmente devido ao papel predominante que é concedido ao Presidente pela Constituição no âmbito da política externa. Além disso, a transmissão de uma imagem externa de abertura e diálogo permite a formulação de ideias e crenças mais favoráveis ao entendimento entre UE e Rússia. Como Medvedev transmitiu essa imagem, é racional pensar que a UE teve em conta que o conflito russo-georgiano mais não foi que um pequeno obstáculo no longo percurso das suas relações.

Basicamente, ao longo do mandato de Medvedev, a maior dúvida que existia entre a expectativa e a realidade acabou por não existir: sobre quem realmente iria liderar os destinos da Rússia, se Putin se Medvedev. As instituições na Rússia acabaram por não desempenhar um papel tão importante como seria expectável, sendo que Putin manteve a liderança, assegurando a lealdade de Medvedev que, ao ser-lhe permitido fazer os discursos modernistas e democráticos que quisesse (Mendras, 2009: 18), desempenhava a presidência num constante diálogo com o Primeiro-Ministro. Nas palavras de Putin, “A maneira como os papéis e as ambições estão divididos é secundário. [...] Se a Rússia conseguir modernizar-se, a organização do poder na cúpula não é assim tão significativa” (Putin *apud* Mendras, 2009: 19). As maiores expectativas centram-se, portanto, em questões da própria política interna russa, sendo que a Rússia está mais interessada em moldar a imagem que passa para os seus parceiros. É a percepção dessa imagem que vai, igualmente,

construindo as ideias que levam à criação de diversas expectativas. Esta tese limita-se a constatar que as expectativas face ao mandato de Medvedev, na sucessão de Putin, foram muitas, mas que os parceiros estavam cientes da possibilidade de estas não se virem a concretizar. Talvez essa seja a conclusão mais importante que se pode retirar desta dicotomia expectativas vs realidade.

### **3.2.3. O papel dos *lobbies***

Os grupos de influência tiveram, igualmente, um papel importante no desenrolar da política externa de Medvedev, tal como já haviam tido nos mandatos de Putin. Contudo, do nosso ponto de vista, o Gabinete do Primeiro-Ministro, encabeçado por Vladimir Putin, passou a constituir um “novo *lobby*” junto da presidência de Medvedev. Putin, com o seu estilo assertivo e pragmático, e uma posição bem consolidada no Kremlin e no seio da própria estrutura burocrática da Federação Russa, era visto por muitos (dentro e fora da Rússia) como o verdadeiro líder. Putin, no fundo, esperava que Medvedev passasse a imagem externa que ele, dificilmente, conseguiria passar: a de alguém interessado em ideias liberais, com um discurso progressista e reformador (Trenin, 2012). Teoricamente falando, tal comportamento desencadearia expectativas positivas por parte dos parceiros ocidentais, as quais, por seu lado, trariam atitudes e comportamentos positivos face à Rússia. Era sabido que Putin confiava em Medvedev, e que, constitucionalmente, Medvedev era quem tomava as decisões de política externa da Federação Russa. Contudo, em diversas situações, foi Putin quem, efectivamente, tomou as decisões ou, pelo menos, deu o seu aval para que algumas acções fossem levadas a cabo,

como foi no caso da guerra da Geórgia, do “Reset” com os EUA, entre outros (Trenin, 2012).

Por outro lado, os *siloviki*, ligados maioritariamente ao exército e à segurança, continuaram a gozar de bastante poder dentro do Kremlin, especialmente durante o grande desafio que marcou o início do mandato de Medvedev, a guerra russo-georgiana. Um conflito obrigará sempre à existência de um enfoque nas questões de segurança e de inteligência, pelo que os *siloviki* puderam adquirir uma maior projecção da sua imagem através deste conflito (Bernstein, 2008). Contudo, Dmitry Medvedev procurou trazer para a sua administração elementos da sua confiança, substituindo alguns membros dos *siloviki* por liberais, compondo uma lista de 100 personalidades nas quais depositava confiança suficiente para ocuparem cargos de relevo no seio do Kremlin; essa lista, denominada “Os 100 Dourados”, procurava atrair pessoas de diversos quadrantes da sociedade, mas maioritariamente antigos colegas da Faculdade de Direito, bem como empresários ligados às comunicações, à investigação, bancos, etc. (Elder, 2009). Basicamente, pessoas ligadas às áreas mais liberais e que, tal como Medvedev, estariam interessadas na modernização da Rússia, mas igualmente na sua afirmação no panorama internacional.

Percebe-se, portanto, que os Liberais, aqueles que criticavam o “síndrome pós-imperialista” dos *siloviki*, não só estariam a ganhar um novo espaço no Kremlin, como também viram no conflito russo-georgiano, que marcou o início do mandato de Medvedev, uma oportunidade para projectar a imagem da Rússia, obter dividendos políticos e económicos e, obviamente, para levarem a cabo a propaganda defesa dos direitos humanos, nomeadamente os da diáspora russa e da população da Ossétia do Sul (Illarionov, 2008). No entanto, tal como já se referiu, Putin mantém uma palavra

a dizer, e certamente não deseja que nenhum dos grupos tenha uma posição privilegiada face a outro; antes pelo contrário, prefere mantê-los num equilíbrio mais ou menos constante, para impedir que qualquer um dos grupos possa vir a ter mais peso que o próprio Chefe de Estado. Como tal, e apesar de, obviamente, tanto os *siloviki* como os liberais terem influência na definição e condução da política externa, a verdade é que tanto o Presidente como o Primeiro-Ministro têm a decisão final nas suas mãos. Por um lado, existe o realista e assertivo Putin, que acredita que o investimento nos mercados e na tecnologia (sem, contudo, referir alguma vez a expressão “modernização”) é necessário, mas apenas em termos pragmáticos, isto é, com o objectivo final de reforçar a posição da Rússia enquanto grande potência; por outro lado, Medvedev, o liberal, acredita que a modernização é necessária e que a política externa deve ser um espelho da própria política interna (Lukyanov, 2012). Medvedev, basicamente, acreditava na cooperação inter-estatal, com o objectivo de lançar os produtos russos nos mercados regional e global, sendo que a política externa deveria servir para consolidar as instituições da democracia russa e da sociedade civil, promovendo a humanização dos sistemas sociais em todo o mundo, mas primeiramente dentro das próprias fronteiras da Rússia (Medvedev *apud* Lukyanov, 2012). Resumindo as duas ideias, Putin e Medvedev reconhecem que a globalização existe e que é importante para a Rússia; a diferença é que o primeiro vê na globalização uma ameaça e o segundo vê uma oportunidade (Lukyanov, 2012). Posições divergentes, estilos de liderança diferentes, onde cada *lobby* esgrima as suas posições para a Rússia no sistema internacional.

### **3.3. Relações UE-Rússia no mandato de Medvedev**

#### **3.3.1. Cimeiras UE-Rússia**

As Cimeiras UE-Rússia ocorrem duas vezes por ano, sendo que uma delas ocorre na Rússia e outra num Estado-membro da UE (Federal Foreign Office, 2012). Em 2007, sob a presidência alemã, a Chanceler Merkel reforçou o papel da democracia no seu discurso e enfrentou duramente Putin, sendo que algum tempo depois, quando Portugal se preparava para ocupar a presidência rotativa da UE, José Sócrates, Primeiro-Ministro português, foi tratado com todas as cortesias quando se deslocou a Moscovo, sendo que, depois deste episódio, não foi de estranhar ver-se um discurso mais brando nas cimeiras (Popescu, 2009). Teoricamente falando, a base destas acções poderá ter a ver com uma moldagem dos comportamentos, através da transmissão de uma imagem externa mais adequada a determinadas situações (Hermann *et al.*, 2001: 94-95).

Conforme já foi referido, quando Medvedev assumiu a presidência, muitas foram as expectativas na UE face a uma nova era e a primeira cimeira do novo Presidente, em Junho de 2008, baseou-se em discursos que anteviam melhores relações entre UE e Rússia e uma parceria mais chegada. No entanto, é possível afirmar que já existia alguma suspeita de que um conflito com a Geórgia poderia estar para breve, pois esta cimeira serviu para a UE reiterar o seu apoio perante a integridade territorial georgiana e tentar pôr na agenda bilateral UE-Rússia o abate de uma aeronave georgiana e do crescente número de tropas russas na Abcásia (Parlamento Europeu, 2008a). Com estes factos, parece ser possível interpretar estas acções como sendo influenciadas pelas condicionantes dos estilos de liderança,

nomeadamente a imagem externa e a análise da informação, de acordo com o quadro teórico desta dissertação.

Em Novembro de 2008, em Nice, a Cimeira UE-Rússia estaria coberta de expectativa, pois seria a primeira entre estes dois actores depois do conflito russo-georgiano. Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, afirmou nas vésperas da cimeira que o conflito na Geórgia veio enfatizar a necessidade crucial de existir um diálogo político permanente entre a UE e a Federação Russa, bem como a indispensabilidade de um novo Acordo entre estes, que ofereça as melhores possibilidades à UE para assegurar os seus interesses sem nunca descurar os seus valores (Barroso *apud* União Europeia, 2008). Curiosamente, apesar da tensão que havia ocorrido em Agosto, as negociações decorreram positiva e normalmente, tendo a referida cimeira sido considerada como harmoniosa (Schlamp, 2008). Nela, definiu-se a data para o início das negociações do novo APC e Medvedev afirmou que na próxima cimeira financeira em Washington, Rússia e UE fariam a uma só voz; no entanto, a UE foi incapaz de fazer Moscovo reconsiderar a sua posição face à Geórgia. Apesar de Sarkozy, que detinha a presidência rotativa na altura, considerar que a Rússia ainda não havia cumprido todos os seus deveres e responsabilidades em torno do conflito (entre outras, o de retirar o seu reconhecimento da soberania da Abcásia e da Ossétia do Sul e fazer recuar as suas tropas para as posições anteriores ao conflito), a larga maioria dos Estados-membros da UE continuou a procurar uma reaproximação a Moscovo (Schlamp, 2008).

No que à guerra do gás de 2009 diz respeito, o braço de ferro entre Rússia e Ucrânia, com a presença constante da UE, parece que não deixou marcas visíveis nas relações entre estes actores. A verdade é que a UE já havia tido uma experiência

semelhante em 2006, pelo que já estaria experimentada na maneira como lidar com Moscovo. Talvez por isso as tensões energéticas tenham sido retiradas da agenda UE-Rússia, uma vez que as cimeiras destinadas a discutir este assunto eram preenchidas por trocas de opiniões em vez de verdadeiras discussões sobre política energética (Popescu, 2009). Resumindo esta questão, a Rússia não quer a UE a interferir junto da sua área de influência energética, pelo que usa dos seus meios para garantir a sua supremacia neste tópico (os gasodutos Nordstream e South Stream são disso um exemplo, sendo que o segundo entra em concorrência directa com o Projecto Nabucco, da UE<sup>24</sup>). A UE, por sua vez, procura garantir a sua subsistência energética a preços mais baixos e sem precisar de depender inteiramente da Rússia (daí ter procurado avançar com o Projecto Nabucco). Neste caso, os estilos de liderança e o papel dos *lobbies* (nomeadamente os *lobbies* energéticos, ou que defendem o uso da “arma energética” como forma de garantir a supremacia da Rússia) constituem duas dinâmicas que podem ser analisadas para interpretar esta realidade.

Na Cimeira de Khabarovsk, em Maio de 2009, Medvedev reforçou o “não” russo à Carta Energética apresentada pela UE, que punha em causa a influência de

---

<sup>24</sup> O Projecto Nabucco visa estabelecer uma nova ponte energética entre a Ásia e a Europa, ligando as ricas regiões do Cáspio, Médio Oriente e Egipto aos mercados consumidores europeus. Este gasoduto com 3900km foi oficialmente apoiado pela EU em Janeiro de 2009 e, em Julho do mesmo ano, foi aprovado pelo Acordo Intergovernamental de Ankara (Nabucco Gas Pipeline, s/d), e procura oferecer uma alternativa ao gás russo por parte da Europa e, acima de tudo, evitar que se repitam os problemas com a passagem do gás russo pela Ucrânia (OJE e Lusa, 2009). Ver Anexo 11

O Projecto South Stream, da Gazprom, procura diversificar as linhas de fornecimento de gás natural aos consumidores europeus, através da construção de um gasoduto que, atravessando o Mar Negro, teria como destino os países da Europa Central e do Sul. Em Junho de 2010, a Gazprom, a Eni (companhia energética italiana) e a EDF (companhia energética francesa) assinaram um Memorando trilateral em que asseguravam a sua entrada no projecto South Stream. Para além destas, juntou-se-lhes ainda a BASF, o gigante energético alemão, através da sua subsidiária, a Wintershall Holding, parceira da Gazprom (South Stream, 2011). Ver Anexo 11

Moscovo e da Gazprom junto dos seus parceiros europeus, ao mesmo tempo que apelou aos líderes europeus que avançassem com outro acordo que pusesse em cima da mesa os interesses de todas as partes envolvidas, com o objectivo de evitar crises como a que houve no início do ano, entre a Rússia e a Ucrânia (RIA Novosti, 2009b). Nas palavras de Medvedev nesta cimeira, dirigindo-se aos seus interlocutores europeus, “o sector energético não é uma zona de conflito, mas algo que nos deveria unir” (Medvedev *apud* RIA Novosti, 2009b). Esta expressão de Medvedev parece demonstrar um estilo mais conciliador na sua maneira de fazer política com os seus parceiros europeus, ao mesmo tempo que não põe em causa os interesses da Gazprom e, claro, do Kremlin. A imagem externa projectada pelo líder parece contribuir para que a UE mostre uma tendência de uma certa acalmia face à política externa russa, uma vez que cada vez mais parece aceitá-la tal como é, não a considerando tanto uma ameaça como sucedeu, por exemplo, com Putin em algumas vezes. De acordo com Popescu (2009), as relações UE-Rússia também acalmaram de tom muito graças ao estilo mais moderado e conciliador de Medvedev, não só directamente, na sua relação com outros líderes europeus e jornalistas, como também indirectamente, nas relações entre a Rússia e outros Estados.

Em suma, estas cimeiras, através dos seus discursos vagos, moderados e abordando apenas os temas menos problemáticos para ambas as partes, são o palco onde parece ser demonstrado que o papel dos líderes é importante na percepção da imagem externa da Rússia e da UE, uma vez que, desde que Medvedev assumiu a presidência, se verificou que mais importante do que aquilo que era dito, era quem o dizia; isto é, as ideias até podiam ser as de Putin, mas o estilo de Medvedev levava-o a apresentá-las de uma maneira menos assertiva e mais conciliadora. Não é que não

existam discrepâncias nas posições, pois a lista de discórdias não é tão pequena como este discurso pode fazer parecer (Popescu, 2009). Mas a vontade de todos parece ser a de se focarem em assuntos onde é possível avançar, e aqueles que possam causar mais tensões mantêm-se na agenda política, mas sem decisões concretas, ao mesmo tempo que são tratados com discursos vagos e onde se apela ao consenso e pouco mais.

### **3.3.2. A guerra na Geórgia e a mediação da UE**

Em 1991, um dos Estados independentes que saiu do desmembramento da URSS foi a Geórgia, com quem a Rússia pós-Soviética viria a estabelecer relações tensas. A dissolução da União Soviética foi marcada por episódios de violência étnica, especialmente no Sul do Cáucaso, e os manifestos desejos por parte da Geórgia de estreitar ao máximo as relações com o Ocidente, acompanhados de um forte espírito de liberdade. Estas dinâmicas representavam um desafio claro para a estabilidade política da Rússia e para a sua capacidade de manter uma posição privilegiada no espaço da ex-URSS (Kakachia, 2008: 33). Tal espírito terá tido o seu apogeu em 2003, quando se deu a chamada “Revolução das Rosas”, que consistiu na deposição do Presidente Shevardnadze e na subida ao poder de Mikheil Saakashvili, em 2004 (Abrantes, 2011), um político com visões e crenças pró-ocidentais e com princípios opostos aos de Moscovo (Randig, 2008: 16).

No que concerne aos territórios da Abcásia e da Ossétia do Sul, que integram o Estado georgiano, pode-se dizer que são o pretexto ideal para as partes fazerem uso das suas armas. Após a implosão da URSS, estes territórios tentaram reivindicar a

sua soberania, mas o governo georgiano recusou terminantemente, iniciando-se um conflito violento entre estes grupos étnicos e o governo central (Randig, 2008: 16). Em 1993, a Geórgia passou a integrar a Comunidade de Estados Independentes (CEI)<sup>25</sup>, sendo forçada a permitir a existência de bases militares russas no seu território. Esse facto levou a que fosse constante a presença de forças russas de manutenção de paz nos territórios secessionistas (Haas, 2010: 135), para evitar o retorno ao conflito que se viveu no início dos anos 1990. Mais recentemente, “Moscou concedeu a cidadania russa à maioria da população daquelas regiões e agiu no sentido de estabelecer estreitos laços económicos e administrativos com as duas repúblicas separatistas”; esta estratégia teve como único propósito “criar uma população «protegida» a residir num Estado vizinho para minar a sua soberania” (Kakachia, 2008: 33). Assim sendo, qualquer ataque por parte do governo georgiano às populações da Abcásia e da Ossétia do Sul poderia ser considerado como um ataque à população russa, espoletando as motivações de Moscovo que legitimavam o governo russo a agir em sua defesa (a questão das protecções das diásporas, que era “ponto de honra” nos principais documentos estratégicos da Rússia, nomeadamente no Conceito de Política Externa que inaugura o mandato de Medvedev, em 2008).

Assistimos, portanto, a um conjunto de factores estruturais (composição étnica e preocupação de segurança intra-estado), factores políticos (políticas

---

<sup>25</sup> Após a queda da URSS, surgiu a dúvida sobre o papel dos Estados que anteriormente lhe pertenciam no novo Sistema Internacional. A CEI foi criada a 8 de Dezembro de 1991, através da assinatura de um acordo pelos líderes da Bielorrússia, Federação Russa e Ucrânia. Duas semanas depois, a 21 de Dezembro de 1991, em Alma-Ata, os Chefes de 11 Estados soberanos (à excepção dos Estados Bálticos e da Geórgia, que se tornou membro da CEI em 1993) assinaram o Protocolo do Acordo que afirmava que as relações entre República da Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldova, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão assentariam sobre uma base de igualdade perante a Comunidade de Estados Independentes. O principal papel da CEI é o de garantir a cooperação entre os referidos Estados e o seu desenvolvimento, não só interno, mas igualmente como comunidade (Portal de Internet da CEI, 2012).

discriminatórias, ideologias excludentes e políticas inter-grupais) e factores culturais (discriminação cultural e histórias/percepções de grupo) através dos quais podemos compreender a relação entre Tbilisi e as regiões da Abcásia e da Ossétia do Sul (Brown, 1997).

No que à UE diz respeito, esta instituição assinou em 1996 um Acordo de Parceria e Cooperação com a Geórgia (Haas, 2010: 144). Em 2004, este Estado foi inserido na Política Europeia de Vizinhança (PEV) (Smith, 2005: 764) e claramente se percebe que se tentou desenvolver uma lógica de prevenção estrutural de conflitos, dado o contexto histórico da região. A PEV tem por objectivo reforçar a estabilidade e a segurança nas áreas adjacentes à UE, agindo como um motor que assegure a segurança regional. Sendo a Geórgia um local conflituoso, por tudo o que já foi referido, era de grande motivação para a UE excluir a hipótese de qualquer ameaça à segurança da União (Delcour, 2010: 535-536), o que implicou um activismo reforçado da UE naquilo que Moscovo entende ser a sua zona de interesses privilegiados.

A UE sempre se esforçou para que se levasse a cabo uma resolução pacífica dos conflitos internos na Geórgia. Apoiou especialmente medidas que visavam aumentar a confiança e a reabilitação económica do território, especialmente nas regiões de conflito da Abcásia e da Ossétia do Sul; além disso, também financiou vários projectos que visavam melhorar as condições de vida de refugiados internos (Comissão Europeia, 2009: 22), sempre com um claro enfoque num programa de reformas com o objectivo de eliminar as condições propícias a um conflito armado (Popescu, 2007). Tal limitação deveu-se também à forte presença da Rússia e às suas motivações de proteger os territórios separatistas (Delcour, 2010: 540). Nas palavras

de Dmitri Trenin, Moscovo procurava assegurar as suas “esferas de interesse”, uma vez que, no panorama internacional, a expressão “esferas de influência” é normalmente associada a uma carga pejorativa (Trenin, 2009b: 4). Esta motivação derivava da ideia construída desde o colapso da União Soviética, de assegurar que tanto a Rússia como os seus ex-satélites mantinham relações de proximidade, na já referida CEI.

À Rússia, por sua vez, não interessava esta política, que considerava uma intromissão naquela que considerava ser a sua área de interesse e, acima de tudo, não desejava que os seus Estados periféricos começassem a aderir às instituições ocidentais. É, igualmente, de salientar que, já antes do conflito, a UE (aquando da presidência da Eslovénia) dirigira críticas à Rússia devido ao apoio fornecido por Moscovo aos separatistas abcáses e sul ossetas (AFP, 2008).

Assim sendo, em Agosto de 2008, quando se celebrava a abertura oficial dos Jogos Olímpicos em Pequim, deflagrou o conflito entre a Rússia e a Geórgia que viria a ser denominado “Guerra dos 5 Dias” (Markedonov, 2009: 71). De acordo com Bertonha (2008: 3), Mikheil Saakashvili queria aproveitar o facto de o mundo estar com os olhos postos nos Jogos Olímpicos para lançar um ataque relâmpago sobre a Abcásia e a Ossétia do Sul e, assim, expulsar as tropas russas e retomar o controlo total daquelas regiões. Ainda de acordo com o mesmo autor, o Presidente georgiano apostava em três grandes factores: “a paralisia da liderança russa, dada a ausência de Putin; a fraqueza russa em termos militares e seu medo de confrontar o Ocidente; e, acima de tudo, o apoio dos Estados Unidos” (Bertonha, 2008: 3). No entanto, a verdade é que a Rússia já se preparava para uma guerra contra a Geórgia há algum tempo (Haas, 2010: 147), devido às mútuas provocações constantes.

Assim sendo, semanas antes do início do conflito, já se previa que o mesmo iria acontecer. Forças georgianas e da Ossétia do Sul envolviam-se repetidamente em escaramuças, e Tbilisi alargava o seu contingente militar. Moscovo, por seu lado, avisava constantemente o Governo georgiano de que estaria pronto a intervir na protecção da Ossétia do Sul. Saakashvili, ignorando estes avisos, e confiante no apoio ocidental, ordenou um ataque das forças georgianas à capital *de facto* do território da Ossétia do Sul, Tskhinvali, que acabou por atingir uma base russa, causando algumas baixas entre as forças russas de manutenção de paz (Antonenko, 2008: 23-24). O Governo georgiano argumentou que havia sido provocado (Randig, 2008: 19) e Medvedev rapidamente convocou uma reunião de emergência do Conselho de Segurança, dispôs as suas tropas para combate e anunciou a intervenção russa (Antonenko, 2008: 24). Nesta acção, teoricamente, estão centrados o poder real do Presidente, que lhe é atribuído pela Constituição, como Comandante Supremo das Forças Armadas (Federação Russa, 1993), o seu estilo pragmático e a sua motivação de fortalecer a posição da Rússia no sistema internacional, recorrendo ao uso da força em legítima defesa e portanto num quadro normativo e legal do direito internacional; além disso, o facto de Medvedev ter tido uma atitude reactiva, isto é, ter tido que responder a um acontecimento que deflagrou no Sistema Internacional, poderá ter influenciado o próprio processo de tomada de decisão, que, provavelmente, seria diferente se a Rússia tomasse a iniciativa. Além disso, e devido à forte presença de Putin no dia-a-dia do Kremlin, o seu estilo assertivo poderá igualmente ter estado presente nesta tomada de decisão, bem como as suas crenças e motivações numa Rússia forte, desempenhando um papel de grande potência, mesmo que para isso tenha que recorrer ao uso da força.

Na madrugada de 8 de Agosto de 2008, forças russas atravessaram o túnel de Roki, que liga a Ossétia do Norte à Ossétia do Sul, e responderam aos ataques de Tbilisi<sup>26</sup>. Entretanto, ao longo desse dia, e dos que se seguiram, a força aérea russa atacou alvos dentro do próprio território georgiano (i.e., fora da Ossétia do Sul), ao mesmo tempo que o número de tropas russas em Tskhinvali aumentava exponencialmente. De modo a criar um movimento de tenaz e, assim, abrir mais uma frente para as tropas de Tbilisi, Medvedev ordena o envio de tropas, bem como da Frota do Mar Negro, para a região da Abcásia, originando um bloqueio aos portos georgianos. Na segunda-feira, 11 de Agosto, as forças russas já haviam controlado as regiões secessionistas. Contudo, a resposta russa não se ficou por aí e as tropas avançaram para território georgiano, levando as forças de defesa a recuar, para defender Tbilisi. Durante o conflito, e contrariamente ao apoio armado que Saakashvili esperava do ocidente (Randig, 2008: 18), pouco mais houve do que uma continuação de críticas e condenações verbais face ao ataque russo na Geórgia; basicamente, as expectativas geradas por Saakashvili, baseadas em ideias e crenças formuladas através do já referido comportamento da comunidade ocidental de condenação a qualquer ataque perpetrado pela Rússia, saíram totalmente goradas.

Nicolas Sarkozy, à frente da presidência rotativa da UE, deslocou-se a Tbilisi e a Moscovo, com o objectivo de mediar um cessar-fogo entre os Estados beligerantes (Hughes, 2008), o qual viria a ser acordado a 12 de Agosto (Haas, 2010: 148-149). As boas relações entre este e o Presidente Medvedev terão facilitado esta mediação (EFE, 2008), o que poderá ser um indicador de que o estilo de liderança de Medvedev se rege por parâmetros mais conciliadores e menos assertivos, bem como

---

<sup>26</sup> Ver Anexo 12

da importância do papel do Presidente na definição e condução das políticas russas. O resultado foi um conjunto de seis pontos, que deviam servir de base para estabelecer a paz: abdicar do uso da força; a cessação absoluta de todas as hostilidades; acesso livre a assistência humanitária; a exigência de retirada do exército georgiano para as suas posições permanentes; a exigência de recuo das forças russas para a fronteira em que estavam estacionadas antes do início do conflito; e, finalmente, a promoção de um debate internacional para decidir o futuro estatuto da Ossétia do Sul e da Abcásia, bem como para salvaguardar a sua segurança (Kremlin, 2008 *apud* Haas, 2010: 183). Foi nestes seis pontos que se baseou o cessar-fogo entre a Rússia e a Geórgia, pelo que é possível afirmar que este terá sido um enorme sucesso da presidência francesa da UE, considerada como principal actor na mediação deste conflito (Soares, s/d), mas também foi um sucesso para a presidência de Medvedev, pois, apesar de ter aceite a mediação europeia, a verdade é que já havia demonstrado uma posição de força, de que a Rússia estaria disposta a intervir, mesmo militarmente, sempre que os seus principais interesses fossem ameaçados, e que não ficaria de braços cruzados à espera de saber as posições ocidentais. Citando Foucher e Giuliani (2008: 1), o fim repentino dos confrontos deveu-se a dois factores: ao colapso das forças georgianas, face ao poderio militar de Moscovo, e à rápida mediação da UE.

Pode-se dizer que a UE, na pessoa de Sarkozy, levou a cabo um processamento de informação extremamente eficaz, na medida em que a mediação do conflito foi baseada numa compreensão precisa e sofisticada do meio social e político da zona de guerra, de acordo com a teoria de Vertzberger (1990: 8). Quanto à motivação da UE em acabar rapidamente com o conflito, parece ser óbvio que tal

se deveu ao facto de a UE querer evitar qualquer efeito de *spillover* junto das suas fronteiras, que pudesse ter impactos negativos nas relações e nas economias europeias.

A 1 de Setembro de 2008, realizou-se um Conselho Europeu extraordinário, com o propósito de lidar com a crise na Geórgia. Foi entre as datas do conflito e 1 de Setembro que se definiu a resposta europeia e se retiraram conclusões sobre a relação entre UE e Rússia (Almeida, 2008: 20). Neste Conselho, Bernard Kouchner, na altura Ministro francês dos Negócios Estrangeiros e presidente em exercício do Conselho de Ministros, expôs a evolução do conflito russo-georgiano e informou os parceiros europeus sobre as acções levadas a cabo pela presidência francesa da UE durante o conflito. Nas palavras de Kouchner,

convocámos este Conselho Europeu porque o Presidente da República Francesa, enquanto presidente do Conselho da União Europeia, considerou que a crise na Geórgia era grave e que afectava directamente todos os europeus. [...] Acredito que fomos verdadeiramente inspirados porque, em nossa opinião, ninguém a não ser a União Europeia poderia ter feito isto. [...] Tal não significa que estivéssemos sós – porque não foi esse o caso, de modo algum –, mas que nos cabia tomar a iniciativa, cabia-nos mostrar que a União Europeia tem capacidade de resposta, em particular numa situação em que os problemas institucionais estão por resolver. Por conseguinte, a União Europeia mostrou, ao mais alto nível, que está coesa e que quer assumir permanentemente as suas responsabilidades (Kouchner apud Parlamento Europeu, 2008a).

Foi também apresentado e posto em prática um plano de ajuda no valor de 6 milhões de euros às pessoas afectadas pelo conflito, cujos destinatários são as populações da Ossétia do Sul e de outras regiões da Geórgia (Parlamento Europeu, 2008b).

Contudo, como consequência deste conflito, a Rússia reconheceu internacionalmente os territórios da Ossétia do Sul e da Abcásia como Estados independentes no sistema internacional (Randig, 2008: 19), dado que, na prática, estes são territórios independentes, com estruturas políticas próprias, desde a década de 1990 (Almeida, 2008: 22). O Ocidente reagiu, opondo-se a esta tomada de posição russa, mas a verdade é que a Rússia tinha argumentos para rebater as críticas ocidentais, afirmando que se o Ocidente reconheceu a independência unilateral do Kosovo, então também deveria reconhecer a independência dos referidos territórios (G1, 2008).

Mais tarde, no entanto, e apesar desta oposição, a UE iria convocar uma comissão independente sobre o início das hostilidades e que viria a emitir um relatório onde considerava a Geórgia como culpada por iniciar a guerra. Para a Missão de Inquérito Internacional Independente para o Conflito na Geórgia (IIFMCG, na sua sigla inglesa), “a reacção russa foi justificada, mas a incursão dentro da Geórgia «foi muito além dos limites da defesa» e constituiu «uma violação da lei internacional» ” (IIFMCG, 2009: 23-25). Ainda segundo este relatório, o conflito causou cerca de 850 mortes e mais de 100.000 desalojados (IIFMCG, 2009: 5). Este “equilíbrio de posições” por parte da UE pode-se justificar pelo desejo de aproveitar o mandato de Medvedev para assegurar uma aproximação à Federação Russa, depois de um segundo mandato de Putin onde foram frequentes os episódios de tensão. As expectativas face à nova presidência geraram certas crenças, baseadas

em causas, princípios e *world views*, de que uma nova Rússia, mais moderna, mais democrática e, sobretudo, mais aberta ao diálogo, constituiria o quadro ideal para as boas relações entre UE e Rússia. Além disso, o próprio estilo de liderança de Medvedev, bem como a sua personalidade, terão sido fundamentais para as negociações com Sarkozy, gerando atitudes positivas na resolução do conflito russo-georgiano. Não menos importante, a própria população russa defendeu a acção levada a cabo pelo Kremlin, de responder ao ataque georgiano sobre a Ossétia do Sul. De acordo com estes, a invasão por parte de Tbilisi provava que o apoio dos EUA aos Estados na fronteira da Rússia levava-os a procurar atacar a Rússia ou os seus aliados (Treisman, 2011: 154-155). Nas palavras de Dmitry Medvedev, a Rússia havia demonstrado continuamente uma postura calma e paciente face às acções georgianas e ao apoio demonstrado pelo Ocidente, pelo que a única parte que procurou o conflito havia sido Tbilisi; como tal, a Rússia não teve outra alternativa senão fazer valer a sua posição (Medvedev *apud* The New York Times, 2008).

Medvedev começou, portanto, o seu mandato com um grande desafio à sua liderança, demonstrando pragmatismo, oscilando entre o assertivo e o conciliador, conforme a etapa do conflito, pois, se, por um lado, se procurou a manutenção da instituição – assegurar a posição russa na Abcásia e na Ossétia do Sul –, por outro os objectivos políticos nunca deixaram de ser perseguidos – demonstrar que a Rússia tem uma posição forte na sua esfera de influência, de acordo com Hermann *et al.* (2000: 93-94). Após alguns meses onde a imagem da Rússia foi sendo clarificada como a de uma potência que buscava um reinício de relações positivas com o Ocidente, bem como uma maior parceria e cooperação com a UE, eis que a

presidência de Medvedev se vê envolvida num conflito que surpreendeu a comunidade internacional.

### **3.3.3. A Guerra do Gás de 2009**

Sendo o principal país de trânsito de gás natural da Rússia para a Europa, o Estado ucraniano frequentemente usava este factor como arma política. Os acordos entre a Gazprom e a Naftogaz (empresa energética ucraniana) eram frequentemente negociados com contrapartidas e, no final do ano de 2008, as negociações entre estas duas empresas acabaram por não chegar a acordo sobre a necessidade de rever os preços praticados (Pirani *et al*, 2009: 8). Putin, ainda na presidência na altura, ameaçou que, se houvesse alguma interferência com a passagem do gás para a UE, a Rússia cortaria os fornecimentos (Pirani *et al*, 2009: 16). Esta posição visava criar pressão sobre a Ucrânia, em primeira linha, mas também sobre os europeus que iriam ver o seu fornecimento de gás natural afetado.

Após algum tempo, a dívida ucraniana acumulou e, na falta de acordo sobre os montantes e as datas de pagamento, a Rússia manteve a sua ameaça de cortar os fornecimentos. A Ucrânia, por sua vez, ameaçou não só confiscar parte das reservas de gás enviadas para a UE, como também retirar gás à própria Rússia, para manter o seu compromisso de fornecer a Europa, pelo que a Rússia acusou a Naftogaz de intencionar roubar as suas reservas (Pirani, 2009: 3).

A 1 de Janeiro de 2009, o fornecimento de gás natural da Rússia para a Ucrânia foi cortado, num volume de cerca de 90 milhões de cm<sup>3</sup> de gás natural destinados ao Estado ucraniano, apesar de se manterem os 300 milhões de cm<sup>3</sup>

destinados à UE (RIA Novosti, 2009a). A Ucrânia conseguiria apenas subsistir com o gás natural que lhe restava durante cerca de 100 a 110 dias (Reuters, 2009), pelo que o envolvimento da UE tornou-se fundamental. Pouco depois, a presidência checa da UE emitiu um comunicado, onde apelava à solução urgente desta disputa e à retoma imediata do fornecimento completo de gás natural, afirmando ainda que as relações energéticas entre a UE e os seus vizinhos se deviam basear na confiança e na previsibilidade (Presidência Checa da UE, 2009a).

Por sua vez, a Gazprom acusou a Ucrânia de ter desviado gás destinado à UE e indicou que iria cortar ainda mais os fluxos, para compensar este “roubo” levado a cabo pela Naftogaz. Vladimir Putin foi quem encabeçou todo este processo, sendo que Medvedev desempenhou um papel secundário. Talvez, no âmbito do tema desta dissertação, seja possível afirmar que este caso exigia o papel de “polícia mau”, em detrimento do de “polícia bom” e que, como tal, Medvedev permitiu a Putin, que já havia encabeçado, do lado da Rússia, a guerra do gás de 2006, desempenhar o papel de líder de todo este processo. A verdade é que Medvedev apenas esporadicamente emitiu declarações sobre esta disputa (Pirani *et al*, 2009: 31; Pravda: 2009). Aliás, normalmente, era Putin que efectuava os contactos com os parceiros europeus sobre as condições a serem impostas no novo acordo que envolvia a Rússia, a Ucrânia e a UE, sendo que Medvedev se ocupava apenas das declarações e discursos oficiais (USA Today, 2009).

O trânsito para algumas partes da Europa acabaria por ser totalmente interrompido, devido à falta de reservas de gás natural e, a 8 de Janeiro, a UE viria a emitir uma declaração que consistia em 6 pontos que deveriam resolver a questão. Em linhas gerais, esta declaração afirmava que a Rússia e a Ucrânia deveriam ser

mais determinadas na resolução do problema; que ambos os Estados deveriam cumprir com as suas obrigações de país fornecedor e de país de trânsito; e, finalmente, apelava ainda a que ambas as partes aceitassem monitorização independente do fornecimento de gás (Presidência Checa da UE: 2009b). Em suma, pode-se afirmar que a Rússia tomou a atitude “errada” (o corte do fornecimento do gás), apesar de ter a razão do seu lado (a exigência de um preço justo), o que acabou por passar uma imagem externa de mau parceiro e de um fornecedor de energia pouco confiável (Trenin, 2009a: 68), acabando por desencadear atitudes de reserva por parte da UE e de busca de alternativas, como o projecto Nabucco.

Após negociações, envolvendo alguns contactos bilaterais entre a Chanceler Alemã, Angela Merkel, e Vladimir Putin, bem como com a Primeira-Ministra Ucraniana, Yulia Tymochenko (Pirani *et al*, 2009: 47), chegou-se a acordo sobre a monitorização do trânsito de gás desde a Rússia até à UE. Vladimir Putin foi a grande figura a encabeçar a tese de defesa da Rússia, muito provavelmente, com a anuência de Medvedev, devido ao facto de Putin já ter tido experiência pessoal em disputas energéticas envolvendo a Ucrânia e a UE, mas também, devido ao facto de o estilo de liderança mais assertivo de Putin se enquadrar melhor neste caso, não maculando a imagem de Medvedev de conciliador e liberal. Qual o objectivo desta acção? Provavelmente, permitir à Rússia manter uma posição firme no sistema internacional sem fazer com que Medvedev perdesse a sua aura conciliadora e democrática junto dos seus parceiros europeus. A predominância do líder mantém-se, seja ele Putin ou Medvedev, pois o primeiro toma parte activa numa tomada de posição extremamente importante para os interesses russos, enquanto o segundo

mantém um interesse e envolvimento na questão, apesar de não estar tão presente (Hermann *et al.*, 2001: 85).

Basicamente, parece ser possível concluir que, no “teste de sobrevivência” no meio de tanta dinâmica paralela que caracteriza a definição e condução da política externa russa, Medvedev passou com distinção. Gozou de um mandato de 4 anos onde foi o “polícia bom” da política externa russa, obteve certamente dividendos políticos e económicos, deixou o seu cunho pessoal de pessoa modernista e liberal e, acima de tudo, assegurou uma posição forte. O mandato de Medvedev na presidência e de Putin no Governo foi marcado por uma disciplina impressionante no que concerne à divisão de poderes e de tarefas, para que nada pudesse pôr em causa esta diarquia. Não é possível, contudo, negar a existência de diferenças entre os dois. Durante uma visita oficial a Kostroma, em Maio de 2011, Medvedev afirmou que uma concentração de poder excessiva é uma coisa perigosa, e que, como tal, nunca o iria permitir; além disso, reforçou a sua ideia ao dizer que quaisquer tentativas para construir poder que assente a determinado indivíduo são perigosas (Medvedev *apud* Financial Times, 2011).

No fundo, parece que Medvedev foi a pessoa certa que surgiu na altura certa, pois, vivendo-se o clima de tensão entre Rússia e UE que se vivia quando este assumiu a presidência, a presença deste homem com visões ocidentais e com um discurso mais conciliador foi, efectivamente, um sinal de esperança de que as relações UE-Rússia podiam efectivamente prosseguir e, quiçá, ganhar um novo ânimo. Talvez Medvedev não fosse mais do que uma “nova cara” para as políticas de Putin, apresentando um discurso assertivo de uma maneira conciliadora; mas, considerando a maneira como a sua política foi conduzida, e tendo em conta a

maneira como as duas situações estudadas neste capítulo foram solucionadas, não será de todo descabido concluir que talvez o que realmente mais fosse preciso naquela altura para “normalizar” as relações UE-Rússia fosse alguém com um discurso modernizador, liberal e, em certa medida, parecido com o ocidental.

Em Março de 2012, Vladimir Putin vence as eleições para a presidência da Federação Russa, sucedendo assim a Medvedev, e retomando lugar numa cadeira que já bem conhece (Reuters, 2012). Medvedev, por sua vez, passa a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro, mantendo a aparente tendência de que estes dois homens parecem trabalhar bem juntos no governo da Rússia (Kvasha, 2012). Cada um com o seu estilo, cada um com os seus grupos de apoio, mas os dois demonstraram que, acima de tudo, o que os une é o desejo de assegurar os interesses da Rússia no Sistema Internacional

## **Conclusão**

Através deste trabalho foi possível aferir a complexidade do relacionamento entre a Rússia e a UE, no que se refere à maneira como a política externa é definida e conduzida. As dimensões energética e geoestratégica constituíram, por sua vez, as bases para conduzir este estudo, sendo que todo o quadro que rodeia as tomadas de decisão do Kremlin procura esclarecer em que medida o exercício da liderança por parte dos presidentes Putin e Medvedev é afectado por dinâmicas paralelas ao processo de definição de política externa, tais como os seus estilos de liderança, os interesses particulares dos grupos de influência e o próprio processo de tomada de decisão, noções que compõem a temática teórica desta dissertação.

Sob os argumentos de que existe um desejo de cooperação, desde que a União Europeia não dite unilateralmente as regras do relacionamento com a Rússia e que esta seja tratada como uma igual (Youngs, 2009: 98), estes dois actores do sistema internacional desenvolvem uma relação de parceria e rivalidade simultânea, em que as suas acções incluem tanto iniciativas de cooperação como acasas trocas de acusações. Para além disso, a natureza assimétrica destes dois actores (a Rússia sendo um Estado com uma tradição de centralização de poder e sendo que um actor estruturado numa governação multinível) torna a gestão das suas relações externas ainda mais difícil. Pela complexidade e relevância, as relações Rússia-UE representam, pois, uma excelente ilustração para as dinâmicas de tomada de decisão na política externa russa.

Por seu lado, a centralidade do Presidente na definição do processo de decisão em política externa é uma realidade, pois a Federação Russa é um Estado com um sistema político marcadamente presidencialista, tendo o Presidente bastantes

poderes, quando comparado com a realidade portuguesa, por exemplo. Além deste poder formal, existe ainda aquilo a que se pode chamar o poder real, sendo que Vladimir Putin, ao chegar à presidência da Rússia, em Maio de 2000, foi construindo a sua rede de apoios paralelos, com aqueles que eram os seus antigos companheiros de S. Petersburgo e da administração anterior a formar dois grandes *lobbies* na Federação Russa: os *siloviki* e os liberais. Além disso, Putin foi um presidente com um estilo de liderança claramente assertivo, que influenciou decisivamente a definição e condução da política externa russa através da reformulação da sua própria política interna e da renovação da imagem da Rússia enquanto grande potência. Com Putin na presidência, foram-se desenvolvendo as relações UE-Rússia, tendo havido sinais de progresso, mas igualmente divergências, especialmente quando na agenda estavam temas considerados de interesse nacional para a Rússia. Havia, portanto, um líder assertivo a marcar as posições deste Estado, e, ao longo dos dois mandatos, a imagem transmitida acaba por ser cada vez menos positiva. Talvez por isso Putin não quis uma alteração constitucional que lhe atribuísse a possibilidade de se candidatar a um terceiro mandato, escolhendo Dmitry Medvedev para lhe suceder na presidência.

Após 8 anos de mandato, Vladimir Putin assume a pasta de Primeiro-Ministro e Dmitry Medvedev é eleito Presidente da Federação Russa. É bastante provável que, por vezes, a tendência liberal e modernizadora de Medvedev tenha barrado no conservadorismo e pragmatismo de Putin, que controlava a Duma e, conseqüentemente, a implementação das medidas de política, quer interna, quer externa. No entanto, é possível aglutinar alguns marcos positivos: o discurso mais brando demonstrado nas cimeiras, a aceitação da rápida mediação da UE no conflito russo-georgiano, os discursos buscando entendimento e cooperação na guerra do gás

de 2009, entre outras situações em que o estilo mais conciliador de Medvedev imperou.

A verdade é que não era fácil suplantar a longa cadeia burocrática que Putin deixou, estando o Kremlin dominado de homens leais a Putin, e que viam a presidência de Medvedev meramente como um interlúdio. Contudo, Medvedev soube de certa maneira tirar o melhor proveito possível da situação, mantendo alguns elementos, dispensando outros e substituindo-os por homens da sua confiança e evitando entrar em conflito com o Primeiro-Ministro. Posições divergentes existiram, mas a verdade é que pouco transpareceram e pouca ou nenhuma tensão criaram, pelo menos aparentemente.

Basicamente, a Rússia e a UE partilham uma relação de interdependência instável, sendo que o nível energético desempenha um papel extremamente visível, devido à forma como a Rússia sabe utilizar a “arma energética” a seu favor. No entanto, a Rússia acaba por sair privilegiada desta relação, pois sabe que é o grande fornecedor de energia da UE e sabe que, actualmente, não existem alternativas viáveis à sua hegemonia. É verdade que a UE é o principal parceiro económico da Rússia (Youngs, 2009: 98), mas também é verdade que a Comissão Europeia tem dificuldade em transformar a sua influência económica em alavanca política, pois a UE nem sempre fala a uma só voz e, para dificultar ainda mais um possível consenso, a Rússia não cessa de privilegiar o bilateralismo ao invés do supranacionalismo, preferindo comunicar com as capitais europeias em separado (Stuermer, 2009: 224), assegurando assim os seus interesses.

A política russa é caracterizada por dois aspectos: primeiro, a política é dominada por um círculo relativamente fechado, mas competitivo, de elites, onde a

tomada de decisão propriamente dita reside na pessoa do Presidente, que goza de um largo poder, quer formal, quer informal; segundo, o monopolismo económico, permite o crescimento das empresas estatais, em detrimento das privadas (Greene, 2012: 1-2). Estas dinâmicas paralelas à definição e condução de política externa russa têm um peso importante, pelo que é caso para dizer que ambos os presidentes, no meio de tantas limitações, souberam criar e gerir bem a sua posição. A verdade é que nem um nem outro eram esperados pela opinião pública para chefiarem a Federação Russa, pelo que, desde cedo, tiveram que ganhar o seu espaço nos diversos processos de tomada de decisão na política russa, fosse interna, fosse externa. Os constrangimentos constitucionais, bem como aqueles que advinham de personalidades importantes da Rússia que compunham os *lobbies*, constituíram sérios desafios aos mandatos destes dois homens, mas cada um, com o seu estilo diferente de liderança, soube lidar com as situações que foi enfrentando ao longo dos mandatos.

Em conclusão a este estudo, as políticas de Putin e Medvedev face à UE foram, efectivamente, altamente influenciadas pelas dinâmicas paralelas que aqui foram analisadas, tendo estas constituído variantes que põem em causa toda a definição e condução da política externa. A política externa é, portanto, muito mais do que aparenta: os estilos de liderança afectam-na directamente pois um líder dotado de um estilo conciliador diverge de um mais assertivo, a predominância de *lobbies* económicos faz com que as atitudes sejam diferentes face aos parceiros do que se tivesse mais influência um *lobby* militar, por exemplo, e, certamente, tudo seria diferente se a Constituição não pusesse nas mãos da presidência a pasta da política externa.



## **Anexos**

## Anexo 1

Putin pratica Judo<sup>27</sup>



---

<sup>27</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/russia/2963460/Vladimir-Putin-to-teach-Nicolas-Sarkozy-judo.html>

## Anexo 2

“Três fotos minhas no KGB”<sup>28</sup>



*Three photos of me in the KGB*

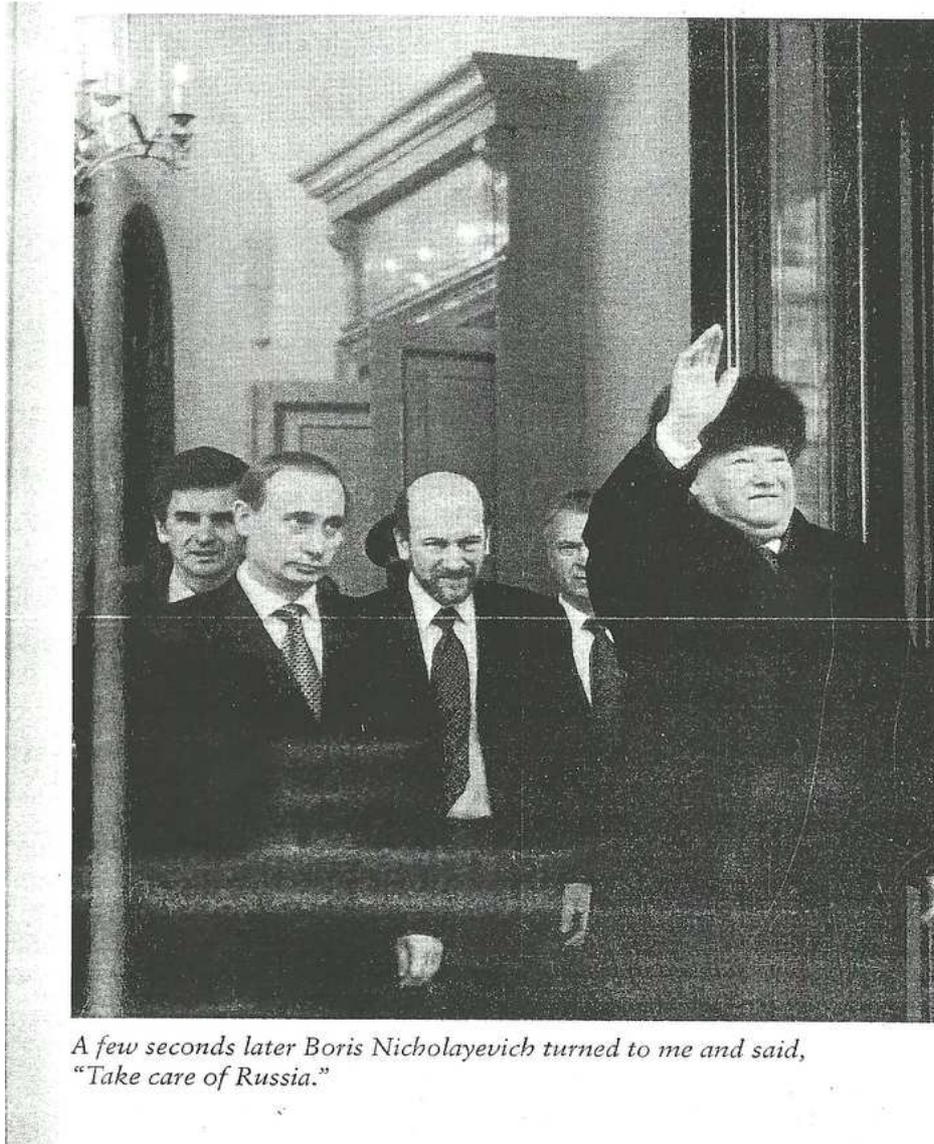


---

<sup>28</sup> Retirado de Gevorkyan, Nataliya *et al.* (2000) *First Person: An Astonishingly Frank Self-Portrait by Russia's President Vladimir Putin*. Nova Iorque: PublicAffairs.

### Anexo 3

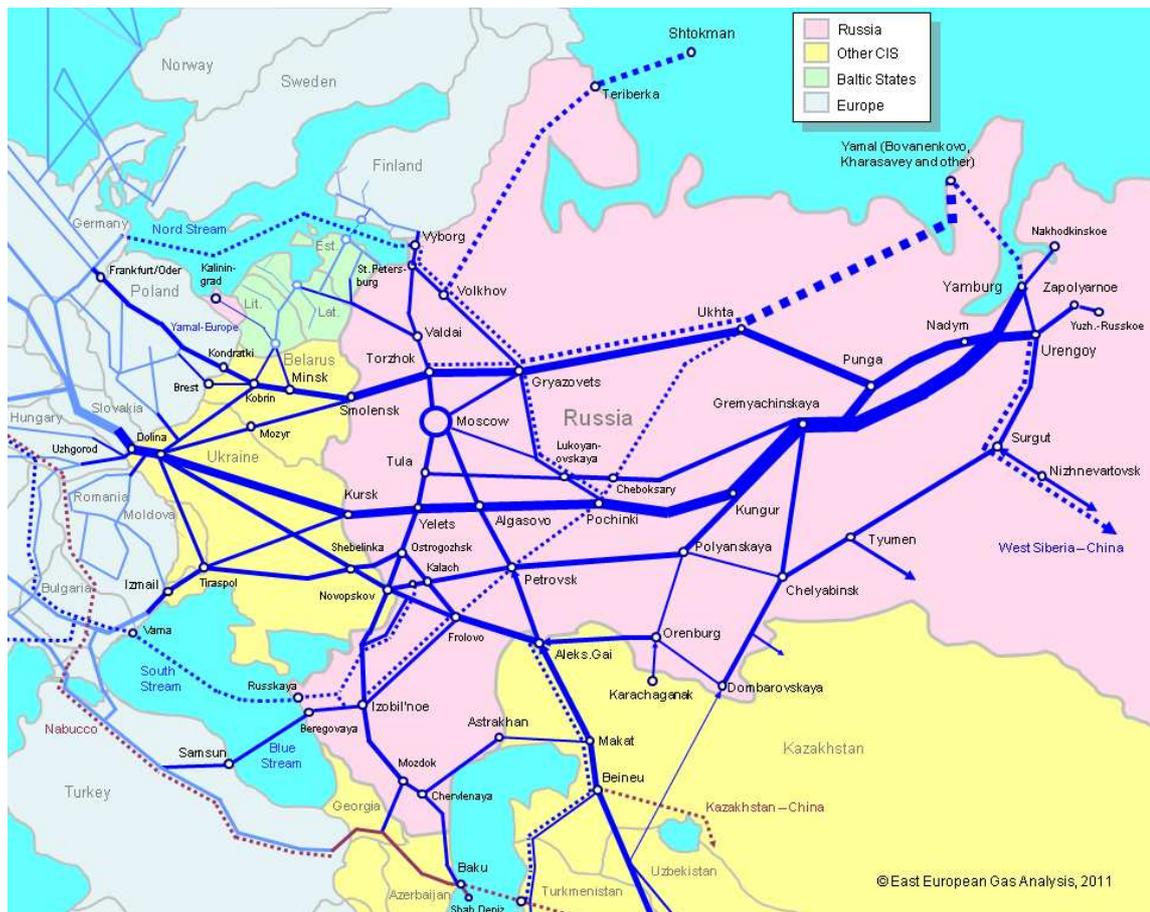
“Toma conta da Rússia”<sup>29</sup>



<sup>29</sup> Fotografia tirada em Fevereiro de 2000, no aniversário de Boris Ieltsin. Retirado de Gevorkyan, Nataliya; Timakova, Nataliya; e Kolesnikov, Andrei (2000) *First Person: An Astonishingly Frank Self-Portrait by Russia's President Vladimir Putin*. Nova Iorque: PublicAffairs.

## Anexo 4

### Os principais gasodutos da Gazprom<sup>30</sup>



<sup>30</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em <http://www.eegas.com/fsu.htm>

## Anexo 5

### O enclave de Kaliningrado<sup>31</sup>



<sup>31</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4645447.stm>

## Anexo 6

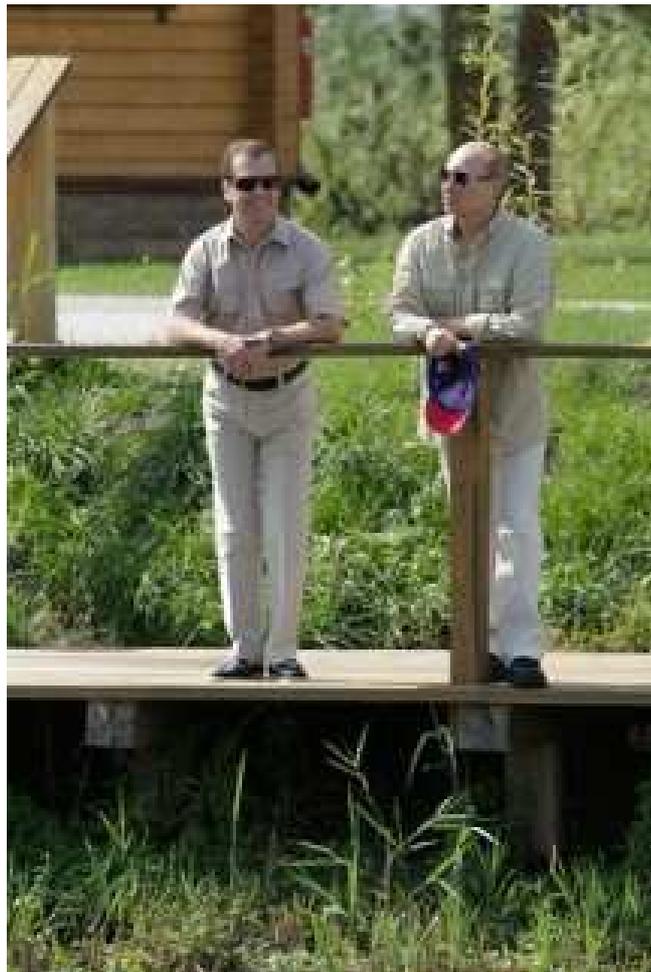
Em pleno Inverno, a UE vê-se sem gás, devido à disputa entre a Rússia e a Ucrânia<sup>32</sup>



<sup>32</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em [http://2.bp.blogspot.com/\\_MCKFYC1cbgc/SYKVg1TepiI/AAAAAAAAAbU/Ufg4z8U8VvU/s400/Russia+Stops+Gas+Supply+to+Europe.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_MCKFYC1cbgc/SYKVg1TepiI/AAAAAAAAAbU/Ufg4z8U8VvU/s400/Russia+Stops+Gas+Supply+to+Europe.jpg)

## Anexo 7

Não é infrequente Putin e Medvedev juntarem-se em momentos de lazer<sup>33</sup>



---

<sup>33</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em [http://www.goodnewsfinland.com/Kremlin.ru\\_Medvedev\\_Putin.jpeg?maxwidth=300,200&maxheight=190,350](http://www.goodnewsfinland.com/Kremlin.ru_Medvedev_Putin.jpeg?maxwidth=300,200&maxheight=190,350)

## Anexo 8

Após a sua vitória eleitoral, em Março de 2008, Medvedev surge num palco, mas a presença do ainda Presidente Putin não foi dispensada<sup>34</sup>

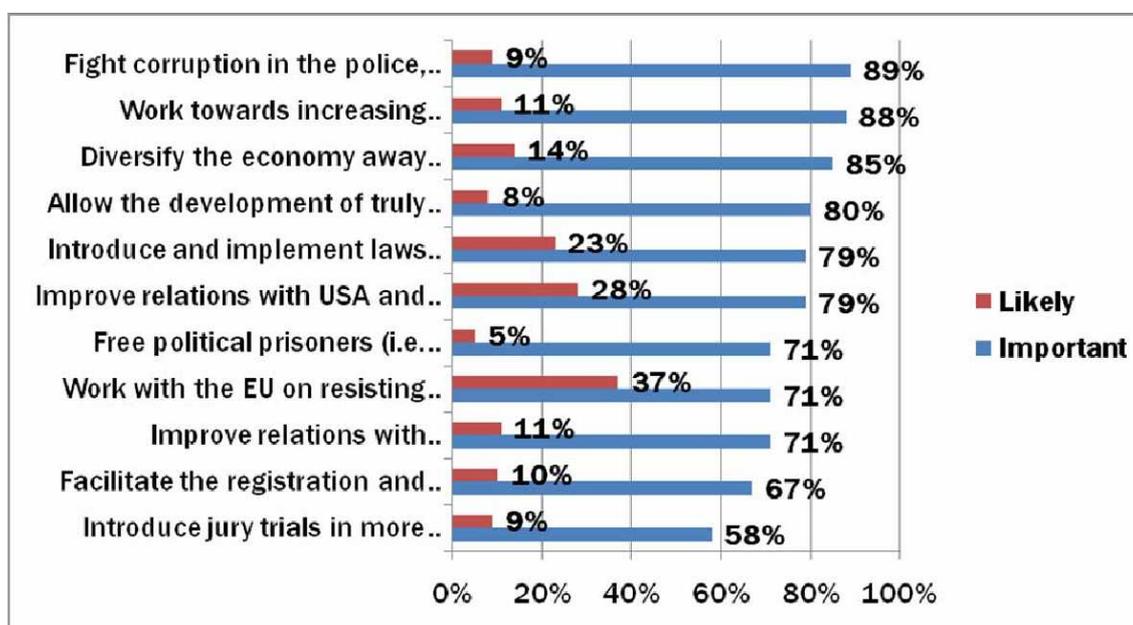


---

<sup>34</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em <http://www.russiablog.org/putin-medvedev-red-sq.jpg>

## Anexo 9

Gráfico que representa a importância de alguns assuntos que compõem a realidade russa quando Medvedev assumiu a presidência, bem como a probabilidade de haver uma resposta à altura a esses mesmos assuntos; baseado num inquérito levado a cabo em 34 países, sendo que 1/5 dos inquiridos é russo e 4/5 são de outros Estados<sup>35</sup>

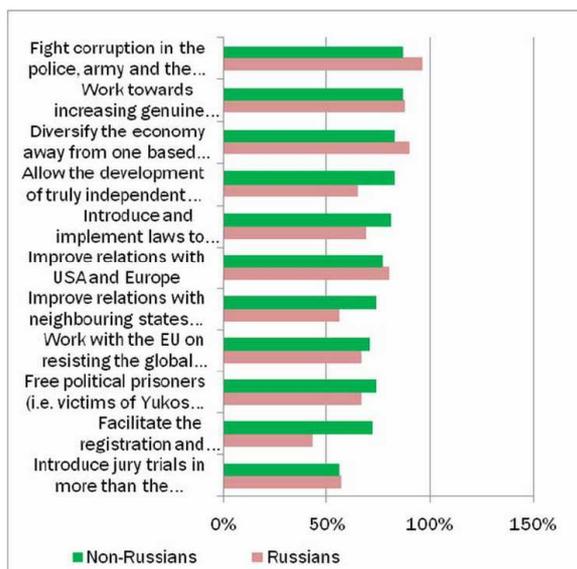


<sup>35</sup> Retirado de Ordzhonikidze, Maria (2009) "EU-RC New Survey: President Medvedev – A Force for Change or Continuity" *The EU-Russia Centre Review: President Medvedev's First Year – Expectations and Progress*, Nº 10, 4-15.

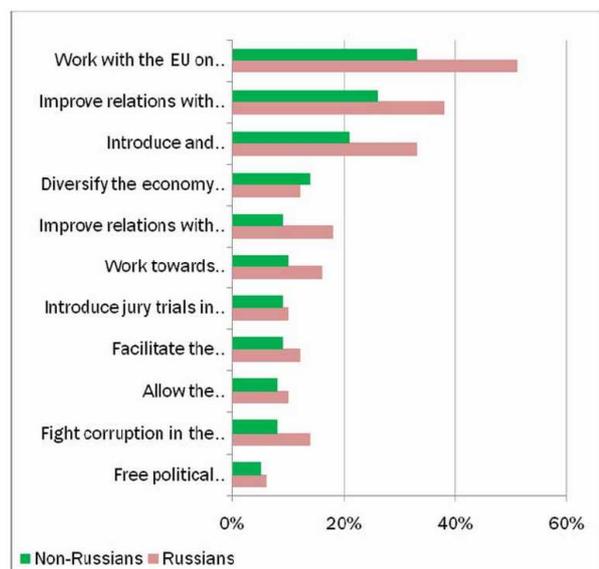
## Anexo 10

Gráficos que representam a importância de alguns assuntos que compunham a realidade russa quando Medvedev assumiu a presidência, bem como a probabilidade de haver uma resposta à altura a esses mesmos assuntos, de acordo com a visão de russos e de europeus<sup>36</sup>

### How important



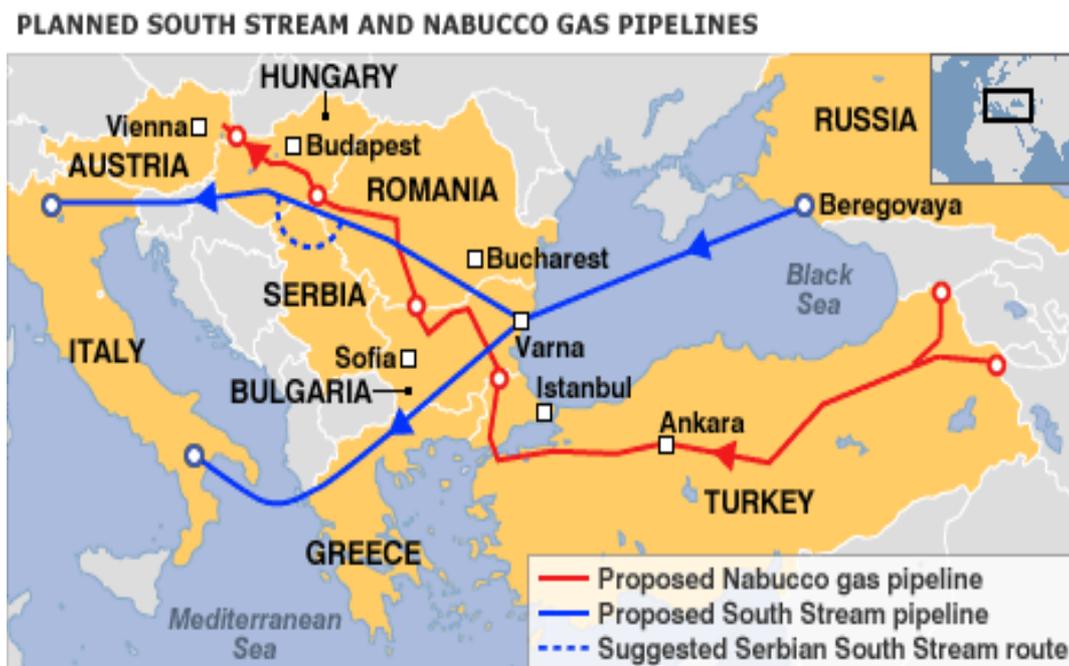
### How likely



<sup>36</sup> Retirado de Ordzhonikidze, Maria (2009) "EU-RC New Survey: President Medvedev – A Force for Change or Continuity" *The EU-Russia Centre Review: President Medvedev's First Year – Expectations and Progress*, N° 10, 4-15.

## Anexo 11

### Os Projectos Nabucco e South Stream<sup>37</sup>



<sup>37</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em [http://newsimg.bbc.co.uk/media/images/45760000/gif/45760201\\_nabucco2\\_gas\\_map466.gif](http://newsimg.bbc.co.uk/media/images/45760000/gif/45760201_nabucco2_gas_map466.gif)

## Anexo 12

### Mapa do Conflito Russo-Georgiano<sup>38</sup>



<sup>38</sup> Consultado a 20 de Agosto de 2012, disponível em [http://rakkav.files.wordpress.com/2008/08/georgia\\_conflict\\_map\\_but.jpg](http://rakkav.files.wordpress.com/2008/08/georgia_conflict_map_but.jpg)

## Referências Bibliográficas

Abrantes, José Mena (2011) “A revolução rosa de porcelana e as marionetas” *Jornal de Angola*, 14 de Março, [http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/a\\_revolucao\\_rosa\\_de\\_porcelana\\_e\\_as\\_marionetas](http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/a_revolucao_rosa_de_porcelana_e_as_marionetas) [29 de Maio de 2011].

Acção Externa da União Europeia (2005) “Road Map for the Common Economic Space – Building Blocks for Sustained Economic Growth” [http://eeas.europa.eu/russia/docs/roadmap\\_economic\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/russia/docs/roadmap_economic_en.pdf) [7 de Março de 2012].

Acção Externa da União Europeia (2012) “EU-Russia Common Spaces” [http://eeas.europa.eu/russia/common\\_spaces/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/russia/common_spaces/index_en.htm) [7 de Março de 2012]

AFP (2008) “União Europeia apoia soberania da Geórgia”, *Público*, 12 de Maio, [http://www.publico.pt/Mundo/uniao-europeia-apoia-soberania-da-georgia\\_1328486](http://www.publico.pt/Mundo/uniao-europeia-apoia-soberania-da-georgia_1328486) [5 de Maio de 2012].

Agência EFE (2008) “Rússia não reconhecerá independência do Kosovo e prevê onda separatista”, 17 de Fevereiro, <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL302263-5602,00-RUSSIA+NAO+RECONHECERA+INDEPENDENCIA+DO+KOSOVO+E+PREV E+ONDA+SEPARATISTA.html> [15 de Março de 2012].

Alexandrova-Arbatova, Nadia (2008) “Troubled Strategic Partnership: The Black Sea Dimension of Russia’s relations with the West” in Hamilton, Daniel e Mangott, Gerhard (eds.) *The Wider Black Sea Region in the 21<sup>st</sup> Century. Strategic, Economic and Energy Perspectives*. Washington DC: Centre for Transatlantic Relations, 293-318.

Allison, Roy *et al* (2006) *Putin’s Russia and the Enlarged Europe*. Londres: Blackwell.

Almeida, João Marques (2009) “A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia: o fim do paradigma do ‘pós-Guerra Fria’”, *Relações Internacionais*, 20.

Antonenko, Oksana (2008) “A War with No Winners”, *Survival*, 50(5), 23-36.

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (2000) “Ad hoc Committee to observe the parliamentary elections in Russia (19 December 1999) Report”, <http://assembly.coe.int/main.asp?Link=/documents/workingdocs/doc00/edoc8623.htm> [9 de Abril de 2012].

Averre, Derek (2006) “Russia-EU Security Cooperation” in Smith, Hanna (ed.) *The Two-Level Game: Russia’s Relations with Great Britain, Finland and the European Union. Aleksanteri Papers 2*. Jyväskylä: Gummerus Kirjapaino Oy, 123-140

Averre, Derek (2007) “«Sovereign Democracy» and Russia’s Relations with the European Union” in *Demokratizatsiya*, 15(2), 173-190.

Baev, Pavel (2008) *Russian Energy Policy and Military Power: Putin’s Quest for Greatness*. Londres: Routledge

Baranovsky, Vladimir (2001) “Russia: A Part of Europe or Apart from Europe?” in *Brown, Archie (ed.) Contemporary Russian Politics: A reader*. Oxford: University Press, 429-442.

Barber, James (1977) *The Presidential Character: Predicting Performance in the White House*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

BBC (1999) “Putin takes over as Yeltsin resigns”, 31 de Dezembro [http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/december/31/newsid\\_4102000/4102107.stm](http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/december/31/newsid_4102000/4102107.stm) [20 de Julho de 2012].

BBC (2000) “Putin prepares for power”. [http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from\\_our\\_own\\_correspondent/688047.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from_our_own_correspondent/688047.stm) [20 de Maio de 2012]

BBC (2004) “Russian MPs ratify Kyoto treaty”, 22 de Outubro <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3943727.stm> [12 de Março de 2012].

BBC (2009) “Relatório da União Europeia diz que Geórgia iniciou guerra contra Rússia” G1, 30 de Setembro. <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1324213-5602,00.html> [1 de Maio de 2012].

BBC (2012) “Profile: Vladimir Putin”. <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-15047823> [20 de Maio de 2012].

Bersntein, Jonas (2008) “Some Analysts say Russia’s Siloviki Benefit from a War with Georgia”, *Eurasia Daily Monitor*, 5(153), [http://www.jamestown.org/single/?no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=33877](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=33877) [20 de Agosto de 2012].

Bertonha, João Fábio (2008) “Geórgia e Rússia: conflito no Cáucaso ou entre Oriente e Ocidente?”, *Meridiano* 47, 9(99), 3-5.

Bevan, Scott (2008) “Medvedev attacks rate of corruption in Russia” ABC News, 24 de Julho, <http://www.abc.net.au/news/2008-07-24/medvedev-attacks-rate-of-corruption-in-russia/450086> [20 de Agosto de 2012].

Blomfield, Adrian (2008) “Dmitry Medvedev attacks Vladimir Putin's bloated civil service”, *The Telegraph*, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/russia/2519370/Dmitry-Medvedev-attacks-Vladimir-Putins-bloated-civil-service.html> [20 de Maio de 2012].

Brown, Michael (1997) “The Causes of Internal Conflicts: An Overview” in Brown, Michael (ed.) *Nationalism and Ethnic Conflict*. Cambridge, MA: MIT Press, 3-25.

Centre for the Study of Public Policy (2012) “Russia Votes”, [http://www.russiavotes.org/president/presidency\\_previous.php](http://www.russiavotes.org/president/presidency_previous.php) [20 de Fevereiro de 2012].

Collins, Bob (2008) “U.S. Reaction to the Russia-Georgia War” *MPR News*, 13 de Agosto. [http://minnesota.publicradio.org/collections/special/columns/news\\_cut/archive/2008/08/us\\_reaction\\_to\\_the\\_russiageorg.shtml](http://minnesota.publicradio.org/collections/special/columns/news_cut/archive/2008/08/us_reaction_to_the_russiageorg.shtml) [5 de Julho de 2012]

Comissão Europeia (2008) “Ajuda da UE à Geórgia”. [http://ec.europa.eu/news/external\\_relations/080902\\_1\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/news/external_relations/080902_1_pt.htm) [1 de Maio de 2012].

Conceito de Política Externa (2008) “Foreign Policy Concept of the Russian Federation”, 12 de Julho. <http://archive.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml> [5 de Maio de 2012].

Conselho de Segurança da Federação Russa (2000a) “National Security Concept of the Russian Federation” <http://www.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/36aba64ac09f737fc32575d9002bbf31!OpenDocument> [17 de Fevereiro de 2012].

Conselho de Segurança da Federação Russa (2000b) “Russian Federation Military Doctrine” <http://www.scrf.gov.ru/documents/33.html> [17 de Fevereiro de 2012].

Conselho de Segurança da Federação Russa (2012) “Actividades de história, estatuto jurídico, estrutura e principal” <http://www.scrf.gov.ru/documents/11/15.html> [1 de Abril de 2012].

Correio do Brasil (2007) “Putin critica OTAN e anuncia retirada da Rússia do tratado FCE”, 20 de Novembro <http://correiodobrasil.com.br/putin-critica-otan-e-anuncia-retirada-da-russia-do-tratado-fce/127641/> [12 de Março de 2012].

Crespo, Mário (2008) “Prefácio da Edição Portuguesa” Kagan, Robert (2008) *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*. Alfragide: Casa das Letras, 9-17.

Delcour, Laure (2010) “The European Union, a security provider in the eastern neighbourhood?” *European Security*, 19(4), 535-549.

Dougherty, Jill (2002) “9/11 a ‘turning point’ for Putin”, CNN World, 10 de Setembro, [http://articles.cnn.com/2002-09-10/world/ar911.russia.putin\\_1\\_russian-president-vladimir-putin-dmitri-trenin-moscow-carnegie-center?\\_s=PM:WORLD](http://articles.cnn.com/2002-09-10/world/ar911.russia.putin_1_russian-president-vladimir-putin-dmitri-trenin-moscow-carnegie-center?_s=PM:WORLD) [12 de Março de 2012].

Dougherty, Jill (2009) “U.S. seeks to ‘reset’ relations with Russia” CNN World, 5 de Março, [http://articles.cnn.com/2009-03-07/world/us.russia\\_1\\_lavrov-reset-russian-reporter?\\_s=PM:WORLD](http://articles.cnn.com/2009-03-07/world/us.russia_1_lavrov-reset-russian-reporter?_s=PM:WORLD) [20 de Maio de 2012].

EFE (2008) “Medvedev adopta tom brando em reunião com UE”, 27 de Junho, <http://noticiasar.terra.com.ar/tecnologia/interna/0,,OI2975976-EI8142,00.html> [5 de Maio de 2012].

Elder, Miriam (2009) “Russian president Dmitry Medvedev poised to replace officials loyal to Vladimir Putin”, The Telegraph, 14 de Março, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/russia/4990464/Russian-president-Dmitry-Medvedev-poised-to-replace-officials-loyal-to-Vladimir-Putin.html#> [25 de Maio de 2012].

Euronews (2008a) “Expectativa em torno da primeira Cimeira UE-Rússia de Medvedev”, 25 de Junho, <http://pt.euronews.com/2008/06/25/expectativa-em-torno-da-primeira-cimeira-ue-russia-de-medvedev/> [5 de Maio de 2012].

Euronews (2008b) “Russia’s Medvedev launches crackdown on corruption”, <http://www.euronews.com/2008/07/02/russia-s-medvedev-launches-crackdown-on-corruption/> [20 de Maio de 2012].

Euronews (2009) “Guerra do Gás da Ucrânia com a Rússia” *Euronews*, 6 de Janeiro, <http://pt.euronews.net/2009/01/06/ukraine-gas-crisis-uncomfortable-deja-vu-for-europe> [10 de Dezembro de 2011].

Federação Russa (1993) *A Constituição da Federação Russa* – com as emendas de 9 de Janeiro de 1996, 10 de Fevereiro de 1996 e 9 de Junho de 2001, <http://www.constitution.ru/en/10003000-01.htm> [20 de Novembro de 2011].

Federal Foreign Office of Germany (2012) “The European Union and Russia”, [http://www.auswaertiges-amt.de/EN/Aussenpolitik/RegionaleSchwerpunkte/Russland/Russland-und-EU\\_node.html](http://www.auswaertiges-amt.de/EN/Aussenpolitik/RegionaleSchwerpunkte/Russland/Russland-und-EU_node.html) [2 de Julho de 2012].

Financial Times (2011) “Medvedev warns about excessive power”, *Financial Times*, 13 de Maio, <http://www.ft.com/cms/s/0/ca9f1d34-7d99-11e0-b418-00144feabdc0.html#axzz1NMPvKSdg> [20 de Julho de 2012].

Foucher, Michel e Giuliani, Jean-Dominique (2008) “The European Union and the Russo-Georgian War” *European Issues*, 108, 1-8.

Freire, Maria Raquel (2006) “Looking East: The EU and Russia” *Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, 261, Novembro, 1-24.

Freire, Maria Raquel (2008) “Two Unequal Partners: The EU and its Russian Neighbour” in Barrinha, André (ed.) *Towards a Global Dimension: EU’s Conflict*

*Management in the Neighborhood and Beyond*. Lisboa Fundação Friedrich Ebert, 51-64.

Freire, Maria Raquel (2011) “Federação Russa” in *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 149-169.

Freire, Maria Raquel (2011b) *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Coimbra: Edições Almedina.

Freire, Maria Raquel e da Vinha, Luís (2011) “Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas” in *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 13-54.

G1 (2008) “Rússia reconhece a independência da Ossétia do Sul, anuncia Medvedev”, 26 de Agosto, <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL736881-5602,00-RUSSIA+RECONHECE+A+INDEPENDENCIA+DA+OSSETIA+DO+SUL+ANUNCIA+MEDVEDEV.html> [1 de Maio de 2012].

Gerner, Deborah (1995) “The Evolution of the Study of Foreign Policy” in Neack, Laura, et al. (eds) *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 17-32.

Gaspar, Carlos (2000) “Memórias de Putin” *O Mundo em Português*, 9, <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=986> [15 de Dezembro de 2011].

Gati, Toby Trister (2000) “U.S.-Russia: Putin’s Russia”, Center for Strategic & International Studies, 2(1), 36-44, [http://csis.org/files/media/csis/pubs/0001qus\\_russia.pdf](http://csis.org/files/media/csis/pubs/0001qus_russia.pdf) [7 de Março de 2012].

Gazprom (2012) “About Gazprom”, <http://www.gazprom.com/about/> [9 de Abril de 2012].

Gevorkyan, Nataliya et al. (2000) *First Person: An Astonishingly Frank Self-Portrait by Russia’s President Vladimir Putin*. Nova Iorque: PublicAffairs.

Gevorkyan, Nataliya (2008) “Ne budet nikakoy yzurpatsii vlasti prezidenta”, *Kommersant*, 19 de Fevereiro.

Goldgeier, James M. (2010) “Foreign Policy Decision Making” in Denmark, Robert A. (ed.) *The International Studies Encyclopedia*. International Studies Association Compendium Project, [http://www.isacompendium.com/public/tocnode?query=Environment+and+Security&widen=1&result\\_number=41&topics=bbo15 Instance 1990029&from=search&id=g9781444336597\\_yr2011\\_chunk\\_g97814443365978\\_ss1-23&type=std&fuzzy=0&slop=1](http://www.isacompendium.com/public/tocnode?query=Environment+and+Security&widen=1&result_number=41&topics=bbo15 Instance 1990029&from=search&id=g9781444336597_yr2011_chunk_g97814443365978_ss1-23&type=std&fuzzy=0&slop=1) [20 de Agosto de 2012].

Goldman, Marshall I. (2008) *Petrostate: Putin, Power, and the New Russia*. Oxford: Oxford University Press.

Goldstein, Judith e Keohane, Robert (1993) “Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework” in Goldstein, Judith e Keohane, Robert (eds) *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Nova Iorque: Cornell University Press, 3-30.

Goldstein, Kenneth e Blackman, Sheldon (1979) *Cognitive Style: Five Approaches and Relevant Research*. Nova Iorque: Wiley & Sons.

Gorbachev, Mikhail (1989) “Address Given to the Council of Europe”, European Navigator, 6 de Julho, [http://www.cvce.eu/obj/address\\_given\\_by\\_mikhail\\_gorbachev\\_to\\_the\\_council\\_of\\_europe\\_6\\_july\\_1989-en-4c021687-98f9-4727-9e8b-836e0bc1f6fb.html](http://www.cvce.eu/obj/address_given_by_mikhail_gorbachev_to_the_council_of_europe_6_july_1989-en-4c021687-98f9-4727-9e8b-836e0bc1f6fb.html) [19 de Julho de 2012].

Greene, Samuel (2012) “How Much Can Russia Really Change? The Durability of Networked Authoritarianism” *PONARS Eurasia Policy Memo*, 194, 1-7.

Haas, Marcel de (2010) *Russia's Foreign Security Policy in the 21<sup>st</sup> Century: Putin, Medvedev and beyond*. Nova Iorque: Routledge.

Haukkala, Hiski (2010) *The EU-Russia Strategic Partnership: The limits of post-sovereignty in international relations*. Nova Iorque: Routledge.

Hermann, Charles (1990) “Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy” *International Studies Quarterly*, 34(1), 3-21.

Hermann, Margaret G. *et al* (2001) “Who Leads Matters: The Effects of Powerful Individuals” in *International Studies Review*, 3(2), 83-131.

Herspring, Dale e Rutland, Peter (2005) “Putin and Russian Foreign Policy” in Herspring, Dale (ed.) *Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 259-292.

Hill, Christopher (2003) *The Changing Politics of Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Hughes, Dominic (2008) “Sarkozy's Georgia gamble pays off” BBC News, 13 de Agosto, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7559222.stm> [29 de Novembro de 2011]

Illarionov, Andrei (2008) “Preliminary Conclusions from the War in Georgia”, RFE/RL, 13 de Agosto. <http://www.cato.org/publications/commentary/preliminary-conclusions-war-georgia> [4 de Maio de 2012].

Isakova, Irina (2005) *Russian Governance in the Twenty-First Century: Geo-strategy, Geopolitics and Governance*. Londres: Frank Class.

James E. Dougherty and Robert L. Pfaltzgraff Jr. (2001) *Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey*. Nova Iorque: Longman.

Jonavicius, Laurynas (2008) “Dmitry Medvedev’s Speech in Evian: reading between the lines”, Eastern European Studies Centre, 14 de Outubro, <http://www.eesc.lt/failai/D.Medvedev's%20Speech%20in%20Evian.pdf> [20 de Abril de 2012].

Kagan, Robert (2008) *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*. Alfragide: Casa das Letras.

Kakachia, Kornely (2008) “A Guerra dos Cinco Dias”, *Relações Internacionais*, 20: 33-43.

Krumm, Reinhard (2010) *The Medvedev Factor: Russia’s Desire to Modernise*. Berlim: Friedrich Ebert Stiftung.

Kryshchanovskaya, Olga e White, Stephen (2005) “Inside the Putin court: A research note”, *Europe-Asia Studies*, 57(7), 1065 – 1075.

Kvasha, Semyon (2012) “Dmitry Medvedev voted and appointed prime minister of Russia” *Gazeta.ru*, 8 de Maio, [http://en.gazeta.ru/news/2012/05/08/a\\_4577169.shtml](http://en.gazeta.ru/news/2012/05/08/a_4577169.shtml) [25 de Maio de 2012].

Lebow, Richard (1984) “Windows of Opportunity: Do States Jump Through Them?” *International Security*, 9(1), 147-186.

Llosa, Álvaro Vargas (2011) “A Comédia Euro-Russa” *Presseurop*, 16 de Dezembro, <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/1300951-comedia-eurorussa> [16 de Dezembro de 2011].

Lo, Bobo (2002) *Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era: Reality, Illusion and Mythmaking*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Lo, Bobo (2003) *Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy*. Londres: Blackwell Publishing.

Lobjakas, Ahto (2004) “EU: Brussels prepares to toughen stance on Russia”, RFE/RL, 21 de Janeiro, <http://www.rferl.org/content/article/1051266.html> [13 de Fevereiro de 2012].

Lobjakas, Ahto (2005) “EU/Russia: Partnership agreement inked at Moscow summit”, RFE/RL, 10 de Maio <http://www.rferl.org/content/article/1058806.html> [13 de Fevereiro de 2012].

Lukyanov, Fyodor (2012) “Uncertain World: Putin the Realist, Medvedev the Liberal”, *Ria Novosti*. <http://en.rian.ru/columnists/20120712/174569615.html> [25 de Maio de 2012]

Markedonov, Sergei (2009) “The «Five-Day War»: Preliminary Results and Consequences”, *Russian Politics and Law*, 47(3).

Massari, Maurizio (2007) “Russia and the EU Ten Years On: A Relationship in Search of Definition” in *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, 42(1), 1-15.

Medvedev, Dmitry (2006) “For the prosperity of all necessary to consider the interests of every” in *Ekspert*, 28, <http://expert.ru/expert/2006/28/medvedev/> [12 de Março de 2012].

Medvedev, Dmitry (2008a) “Speech at World Policy Conference”, 8 de Outubro, [http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/10/08/2159\\_type82912type82914\\_207457.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/10/08/2159_type82912type82914_207457.shtml) [12 de Dezembro de 2011].

Medvedev, Dmitry (2008b) “Speech to the Fifth Krasnoyarsk Economic Forum”, 15 de Fevereiro, [http://www.medvedev2008.ru/performance\\_2008\\_02\\_15.htm](http://www.medvedev2008.ru/performance_2008_02_15.htm) [20 de Abril de 2012].

Medvedev, Dmitry (2008c) “Speech at Inauguration Ceremony as President of Russia”, 7 de Maio, [http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/05/07/1521\\_type82912type127286\\_200295.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/05/07/1521_type82912type127286_200295.shtml) [29 de Abril de 2012].

Medvedev, Dmitry (2008d) “Message to the Federal Assembly of the Russian Federation”, 5 de Novembro, [http://www.kremlin.ru/appears/2008/11/05/1349\\_type63374type63381type82634\\_208749.shtml](http://www.kremlin.ru/appears/2008/11/05/1349_type63374type63381type82634_208749.shtml) [29 de Abril de 2012].

Medvedev (2009) “Dmitry Medvedev’s Article, Go Russia!”, 10 de Setembro. <http://eng.kremlin.ru/news/298> [23 de Maio de 2012]

Medvedev, Dmitry (2010) “Russia must become attractive”, *Strategiya Rossi*, 7(5). Moscovo.

Medvedev, Dmitry (2010a) “Not from this foreign ministry”, *Kommersant*, 13 de Julho de 2010.

Medvedev, Dmitry (2012) “Biography” in *Dmitry Medvedev Personal Web Site*. <http://eng.da-medvedev.ru/biography> [20 de Abril de 2012]

Mendras, Marie (2009) “Assessing Dmitry Medvedev’s Role” *The EU-Russia Centre Review: President Medvedev’s First Year – Expectations and Progress*, 10, 16-19.

Mérinis, A (2007) “Le gaz russe à la conquête de l’Ouest” *Europe Diplomatic Magazine*, 18, 4-6.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa (2000) “Foreign Policy Concept of the Russian Federation”, <http://www.mid.ru/Bl.nsf/arh/1EC8DC08180306614325699C003B5FF0?OpenDocument> [17 de Fevereiro de 2012].

Mitchell, David e Massoud, Tansa George (2009) “Anatomy of Failure: Bush’s Decision-Making Process and the Iraq War” *Foreign Policy Analysis*, 5(3), 265-286.

Moshes, Arkady (2012) “Russia’s European policy under Medvedev: how sustainable is a new compromise?” *International Affairs*, 88(1), 17-30.

Nabucco Gas Pipeline International GmbH (2012) “Nabucco Gas Pipeline”. <http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en> [14 de Dezembro de 2011].

Neack, Laura (2008) *The New Foreign Policy: Power Seeking in a Globalized Era*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers.

Nunes, João (2003) “Ucrânia: o novo horizonte” *O Mundo em Português*, 48, 30-31.

OJE (2009) “Projecto Nabucco tenta reduzir dependência energética da UE face à Rússia” *O Jornal Económico*, 13 de Julho. <http://www.oje.pt/noticias/negocios/projecto-nabucco-tenta-reduzir-dependencia-energetica-da-ue-face-a-russia> [19 de Abril de 2011].

Oprach, Marc (2008) “Dmitri Medvedev – President on Standby or Worthy Successor to Putin?” *International Reports 2/2008*. Berlim: Konrad-Adenauer-Stiftung e.V. [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_13283-544-2-30.pdf?080402162329](http://www.kas.de/wf/doc/kas_13283-544-2-30.pdf?080402162329) [15 de Março de 2012].

Ordzhonikidze, Maria (2009) “EU-RC New Survey: President Medvedev – A Force for Change or Continuity” *The EU-Russia Centre Review: President Medvedev’s First Year – Expectations and Progress*, 10, 4-15.

Osborn, Andrew (2003) “The EU’s Chechnya challenge”, *The Guardian*, 7 de Novembro, <http://www.guardian.co.uk/world/2003/nov/07/worlddispatch.russia> [15 de Março de 2012].

Pappon, Thomas (2003) “Chechênia é vítima do 11 de setembro, dizem analistas”, *BBC Brasil.com*, 30 de Maio, [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030523\\_checheniatp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030523_checheniatp.shtml) [7 de Março de 2012].

Parlamento Europeu (2007) “PE alerta para ameaça da Rússia de se retirar do Tratado sobre Forças Convencionais”, 14 de Novembro,

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=IM-PRESS&reference=20071109IPR12793&language=PT> [12 de Março de 2012].

Parlamento Europeu (2008a) “Situação na Geórgia (debate)”, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20080901+ITEM-020+DOC+XML+V0//PT> [3 de Maio de 2012].

Parlamento Europeu (2008b) “European Parliament resolution of 19 June 2008 on the EU-Russia Summit of 26-27 June 2008 in Khanty-Mansiysk”, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2008-0309&language=EN> [2 de Julho de 2012].

Petrov, Nikolai e Ryabov, Andrei (2006) “Russia’s Role in the Orange Revolution” in Aslund, Anders e McFaul, Michael (eds.) *Revolution in Orange*. Washington DC: Carnegie Foundation 145-164.

Pirani, Simon (2009) “The Russo-Ukrainian Gas Dispute, 2009”, *Russian Analytical Digest*, 53: 2-5.

Pirani, Simon *et al.* (2009) *The Russo-Ukrainian gas dispute of January 2009: a comprehensive assessment*. Oxford: Oxford Institute for Energy Studies, [http://lepii.centredoc.fr/opac/doc\\_num.php?explnum\\_id=125](http://lepii.centredoc.fr/opac/doc_num.php?explnum_id=125) [8 de Maio de 2012].

Popescu, N. (2007) “The European Union and conflicts in the South Caucasus” *Caucaz.com*, 8 de Janeiro, [http://www.caucaz.com/home\\_eng/breve\\_contenu.php?id=288](http://www.caucaz.com/home_eng/breve_contenu.php?id=288) [30 de Maio de 2011].

Popescu, N. (2009) “The quiet EU-Russia summit” *euobserver.com*, 21 de Maio de 2009, <http://blogs.euobserver.com/popescu/2009/05/21/the-quiet-eu-russia-summit/> [1 de Julho de 2012].

CEI (2012) “Sobre a Comunidade de Estados Independentes”, <http://www.e-cis.info/page.php?id=19397> [20 de Agosto de 2012].

Pravda (2009) “Conversation between President Medvedev and Gazprom CEO”, 11 de Janeiro, <http://english.pravda.ru/russia/kremlin/11-01-2009/106927-gazprommedvedev-0/> [8 de Maio].

Presidência Checa da UE (2009a) “EU calls for urgent resumption of gas supply from Russia through Ukraine to Member States”, 2 de Janeiro, <http://www.eu2009.cz/en/news-and-documents/cfsp-statements/eu-calls-for-urgent-resumption-of-gas-supply-from-russia-thr-4653/index.html> [8 de Maio de 2012].

Presidência Checa da UE (2009b) “EU declaration on the Russia/Ukraine problem and energy security”, 8 de Janeiro, <http://www.eu2009.cz/en/news-and-documents/cfsp-statements/january.htm> [8 de Maio de 2012].

Putin, Vladimir (2000) “Russia at the Turn of the Millenium” in *Parvitel'stvo Rossiyskoy Federatsii*, 17 de Janeiro, [http://www.government.gov.ru/english/statVP\\_engl\\_1.html](http://www.government.gov.ru/english/statVP_engl_1.html) [22 de Março de 2012].

Putin, Vladimir (2002) “Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation”, President of Russia Official Web Portal, 18 de Abril, [http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2002/04/18/0000\\_type70029type82912\\_70662.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2002/04/18/0000_type70029type82912_70662.shtml) [27 de Fevereiro de 2012].

Putin, Vladimir (2007a) “Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy”, President of Russia Official Web Portal, 10 de Fevereiro, [http://archive.kremlin.ru/eng/text/speeches/2007/02/10/0138\\_type82912type82914type82917type84779\\_118123.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/text/speeches/2007/02/10/0138_type82912type82914type82917type84779_118123.shtml) [27 de Fevereiro de 2012].

Putin, Vladimir (2007b) “Annual Address to the Federal Assembly”, President of Russia Official Web Portal, 26 de Abril, [http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2007/04/26/1209\\_type104017\\_120738.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2007/04/26/1209_type104017_120738.shtml) [1 de Março de 2012].

Quinn-Judge, Paul; Zarachovich, Yuri (2004) “The Orange Revolution” *Time*, 28 de Novembro.

Radaelli, Claudio (2004) “Europeanisation: Solution or problem?” *European Integration online Papers*, 8(16), 1-23, <http://eiop.or.at/eiop/pdf/2004-016.pdf> [9 de Abril de 2012].

Randig, Rodrigo Wiese (2008) “Guerra na Ossétia do Sul: a Geórgia como foco de conflito entre a Rússia e o Ocidente”, *Meridiano 47*, 97, 15-20.

Rech, Marcelo (2007) “Rússia Declara Moratória ao Tratado de Redução das Forças Convencionais na Europa” *Jornal de Defesa*, 3 de Agosto, [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=497](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=497) [7 de Março de 2012].

Reuters (2008) “Medvedev Gets Guarded Welcome From Berlin”. [http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from\\_our\\_own\\_correspondent/688047.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from_our_own_correspondent/688047.stm) [20 de Maio de 2012].

Reuters (2009) “Ukraine draws on gas reserves in prolonged row”, 13 de Janeiro. [8 de Maio de 2012].

Reuters (2012) “Tearful Putin wins back Russian presidency”, 4 de Março. <http://www.reuters.com/article/2012/03/04/us-russia-election-idUSTRE8220SP20120304> [25 de Maio de 2012].

- Reynolds, Paul (2008) “New Russian World Order: The Five Principles” *BBC News*, 1 de Setembro. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7591610.stm> [15 de Dezembro de 2011].
- RFE/RL (2004) “Putin Accuses West Of Double Standards On Terrorists”, 17 de Setembro <http://www.rferl.org/content/article/1054907.html> [2 de Abril de 2012]
- RIA Novosti (2009a) “Russia fully cuts gas to Ukraine, ups supplies to Europe”, 1 de Janeiro. <http://en.rian.ru/world/20090101/119302144.html> [8 de Maio de 2012].
- RIA Novosti (2009b) “Russia says 'no' to Energy Charter, urges new agreement”, 22 de Maio. <http://en.rian.ru/russia/20090522/155062766.html> [2 de Julho de 2012].
- Richard Sakwa (2008): “Putin's Leadership: Character and Consequences” *Europe-Asia Studies*, 60(6), 879-897.
- Rolofs, Oliver (2007) “A breeze of Cold War” Munich Security Conference <http://www.securityconference.de/Putin-s-speech.381.0.html?&L=1> [27 de Fevereiro de 2012].
- Rozeff, Michael S. (2005) “Good and Bad Lobby Groups” *LewRockwell.com.*, 18 de Agosto, <http://www.lewrockwell.com/rozeff/rozeff15.html> [15 de Dezembro de 2011].
- Sanchez, Giovana (2009) “Provocações entre Geórgia e Rússia mantêm tensão um ano após guerra” *G1*, 7 de Agosto, <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1255658-5602,00-PROVOCACOES+ENTRE+GEORGIA+E+RUSSIA+MANTEM+TENSAO+UM+ANO+APOS+GUERRA.html> [1 de Maio de 2012].
- Schlamp, Hans-Jürgen (2008) “Brussels and Moscow Rediscover Friendship” *Spiegel Online*, 15 de Novembro, <http://www.spiegel.de/international/europe/eu-russia-summit-brussels-and-moscow-rediscover-friendship-a-590673.html> [2 de Julho de 2012].
- Segrillo, Angelo (2011) “A Diarquia Putin-Medvedev: Dimensões da Política Interna e da Política Externa” in Alves, André (ed.) *Uma Longa Transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 137-154.
- Simão, Licínia (2012) “Do leaders still decide? The role of leadership in Russian foreign policymaking” *International Politics*, 49(4), 482-497.
- Smith, Karen (2005) “The outsiders: the European neighbourhood policy”, *Internacional Affairs*, 81(4), 757-773.

Snyder, Richard *et al.* (2002) “Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics” in Snyder, Richard *et al.* (ed.) *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 21-152.

Soares, Gina (s/d) “A União Europeia no conflito entre a Geórgia e a Rússia”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, <http://www.ieei.pt/post.php?post=705> [29 de Maio de 2011].

South Stream (2011) “South Stream: Europe’s Energy Security”, <http://south-stream.info/?L=1> [14 de Dezembro de 2011].

Staun, Jorgen (2007) “Siloviki versus Liberal Technocrats: The Fight for Russia and its Foreign Policy” *DIIS Report 2007*, 9. Copenhaga: Danish Institute for International Studies.

Stefen Batory Foundation (2005) *Will the Orange Revolution Bear Fruit? EU – Ukraine relations in 2005 and the beginning of 2006*. Varsóvia: Stefan Batory Foundation.

Stewart, Catrina *et al.* (2008) “Investor Breathe a Sigh of Relief”, *The Moscow Times*, 11 de Dezembro.

Stuermer, Michael (2009) *Putin e o Despertar da Rússia*. Lisboa: Editorial Presença.

Svanidze e Svanidze (2008) *Medvedev*. S. Petersburgo: Amfora.

The Moscow Times (2008) “Medvedev Address Hints at Change”, 23 de Janeiro, <http://www.themoscowtimes.com/news/article/medvedev-address-hints-at-change/303224.html> [30 de Abril de 2012].

The New York Times (2008) “Medvedev’s Statement on South Ossetia and Abkhazia”, 26 de Agosto, <http://www.nytimes.com/2008/08/27/world/europe/27medvedev.html> [5 de Julho de 2012].

Treisman, Daniel (2011) *The Return: Russia’s Journey from Gorbachev to Medvedev*. Nova Iorque: Free Press.

Trenin, Dmitri (2006) “Russia Leaves the West” in *Foreign Affairs*, 85(4), 87-96.

Trenin, Dmitri (2009a) “Russia Reborn: Reimagining Moscow’s Foreign Policy”, *Foreign Affairs*, 88(6), 64-78.

Trenin, Dmitri (2009b) “Russia’s Spheres of Interest, not Influence”, *The Washington Quarterly*, 32(4), 3-22.

Trenin, Dmitri (2012) “What Will Putin Do in Foreign Policy?” *Diplomaatia*, <http://carnegieendowment.org/2012/05/30/what-will-putin-do-in-foreign-policy/b0pd> [25 de Maio de 2012].

União Europeia (2007) “Alargamento 2004: o desafio acrescido de uma UE a 25”, [http://europa.eu/legislation\\_summaries/enlargement/2004\\_and\\_2007\\_enlargement/e50017\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/enlargement/2004_and_2007_enlargement/e50017_pt.htm) [10 de Março de 2012].

União Europeia (2008) “EU-Russia Summit in Nice on 14 November”, <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/1701&type=HTML> [2 de Julho de 2012].

USA Today (2009) “EU monitors deploy to end Russian gas deadlock”, 11 de Janeiro, [http://www.usatoday.com/news/world/2009-01-11-eu-gas\\_N.htm](http://www.usatoday.com/news/world/2009-01-11-eu-gas_N.htm) [25 de Maio de 2012].

Vertzberger, Yaacov (1990) *The World in Their Minds: Information Processing, Cognition, and Perception in Foreign Policy Decision making*. Stanford: Stanford University Press.

Watson, Rob (2007) “Putin’s Speech: Back to Cold War?”, BBC News, 10 de Fevereiro, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6350847.stm> [27 de Fevereiro de 2012].

Whitmore, Brian (1999) “13 Years Ago Putin Became Prime Minister for the First Time: Yeltsin Sacks Stepashin, Anoints Putin” *The Moscow Times*, 10 de Agosto, [http://www.themoscowtimes.com/20th/welcome/13-years-ago-putin-became-prime-minister-for-the-first-time\\_-yeltsin-sacks-stepashin\\_-anooints-putin.html](http://www.themoscowtimes.com/20th/welcome/13-years-ago-putin-became-prime-minister-for-the-first-time_-yeltsin-sacks-stepashin_-anooints-putin.html) [12 de Março de 2012].

Wilson, Andrew (2008) “Meeting Medvedev: The Politics of the Putin Succession”, European Council on Foreign Relations, Policy Brief, 5, 28 de Fevereiro.

Yasmann, Victor (2006) “Russia: Moscow gets tough with the EU”, RFE/RL, 5 de Junho, <http://www.rferl.org/content/article/1068906.html> [12 de Março de 2012].

Youngs, Richard (2009) *Energy Security: Europe’s new foreign policy challenge*. Londres: Routledge.